



#001 ► DEZEMBRO 2018 ► 15 €

Brian Doherty

Carlos Moreira

Christian Krell

Colectivo Metamorfia

Cristina Alves

David Autor

Fábio Morgado

Filipe Barroso

Iraci da Costa

João Ferreira Dias

João Vasco Almeida

José Ventura

John Simkin

John Zerzan

Jorge Martin

Henning Meyer

Paul Heideman

Rui Martins

Rodrigo Lima

Sönke Hollenberg





001 ► DEZ 2018

Um espaço de liberdade e autarcia

Ao longo das últimas décadas vimos como a Terceira Via impulsionada por Bill Clinton e Tony Blair

acabou, na prática, por transformar os partidos socialistas em mera ala esquerda do centro-direita, tentando compatibilizar cada vez mais políticas capitalistas e neo-liberais que não beneficiavam nem o povo nem o próprio Estado, resultando no actual panorama político onde os partidos tradicionais do socialismo europeu

acumulam derrota atrás de derrota.

Actualmente vemos a imprensa apodar de radicais ideias que, na prática, se limitam a defender bandeiras que historicamente sempre foram do centro-esquerda mas que fomos descuidando, ignorando, metendo na gaveta e que agora surgem como trunfos eleitorais dos partidos à esquerda (ou até à direita) da família da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu. A remar contra a maré centrista e eleitoralmente suicidária da família socialista europeia encontram-se apenas António Costa,



Flávio Gonçalves

Jeremy Corbyn e, mais recentemente, Pedro Sánchez – este último assumindo como inspiração a solução portuguesa da “Geringonça”. Em Portugal, a esmagadora maioria das publicações de esquerda encontram-se ligadas, directa ou indirectamente, a partidos que defendem causas fracturantes, modelos autoritários ou revolucionários,urgia uma voz descomplexada ao centro-esquerda que resgatasse o legado ideológico, histórico e cultural dos fundadores do socialismo democrático e desse a conhecer em Portugal as vozes de alguns dos seus principais intelectuais contemporâneos. Não é por acaso que escolhemos para imagem de capa deste primeiro número Eduard Bernstein, dirigente do SPD original e um dos reformistas que na Segunda Internacional “funda” o socialismo democrático, afastando-se do modelo autoritário e revolucionário, cujo legado se encontra encarnado na actual Internacional Socialista.

A revista foi pensada para ir a contracorrente nesta hegemonia cultural e política que tem por base a falsificação ideológica herdada tanto do Estado Novo como da permissividade da Terceira Via, afinal estamos no país europeu onde o único partido verdadeiramente social-democrata não pode utilizar essa etiqueta dado que a mesma foi usurpada há décadas e transformada em sinónimo de direita conservadora, liberal ou até neo-liberal.

Surgindo com base no voluntarismo de uma pequena equipa de militantes e simpatizantes do Partido Socialista, com inclinação de esquerda libertária, a revista não será alvo de uma periodicidade fixa, irá sair ao ritmo que os voluntários da redacção nela conseguirem colaborar, com ênfase no poder local, pois são os autarcas quem mais próximos estão das realidades do povo e cujo labor se repercute directamente na melhoria das condições de vida e do bem estar das populações.

DEMOCRACIA DIGITAL

Entrevista com David Autor

Henning Meyer

06

Democracia “Participativa” ou “Verde”

Rui Martins

16

Tecnologia e estratégia socialista

Paul Heideman

18

BIOGRAFIA

Eduard Bernstein

John Simkin

30

IDEOLOGIA & PENSAMENTO

Itália: o pavio populista

Flávio Gonçalves

32

BRASIL EM FOCO

Inebriados por uma ditadura no Brasil

Iraci del Nero da Costa

36

Pontes, não trincheiras

Christian Krell e Sönke Hollenberg

40

Entrevista com Filipe Barroso

Flávio Gonçalves

44

BRASIL EM FOCO

Chuta que é Macumba

João Ferreira Dias

48

A esquerda que não é Esquerda

João Vasco Almeida

52

Olá... Miúda OBRIGADO!

José Ventura

54

BRASIL EM FOCO

Brasil: a eleição de um demagogo

Jorge Martin

56

OUTROS RUMOS

Colectivo Metamorfilia

Contracultura

62

64

Entrevista com Carlos Moreira

Flávio Gonçalves

68

ECOS DE CANUDOS

O massacre 120 anos depois

Rodrigo Lima

74

NÃO CULPEM MARX

Politicamente correcto,

não é um plano comunista

Brian Doherty

78

ENSAIO

SÓS Acompanhados

John Zerzan

88

OPINIÃO

Vivemos tempos estranhos

Fábio Romão Morgado

95

96

CONTRACULTURA



Foto: Ralph Alswang

Os Limites da Revolução Digital

David Autor é professor de Economia no Instituto de

Tecnologia de Massachusetts (MIT) e nesta entrevista com Henning Meyer debate o impacto das alterações tecnológicas no âmbito do mundo do trabalho e da economia em geral. O debate realça a razão pela qual as máquinas de lavar não irão à Lua nos tempos mais próximos e as

razões pelas quais os países em vias de desenvolvimento têm mais a recear com a revolução digital do que os países ricos. *Henning Meyer*

David, muito obrigado por se reunir connosco hoje para falar acerca do futuro dos mercados laborais, o futuro do trabalho e como a digitalização e o progresso tecnológico os irão afetar de modo geral. Nas suas publicações tem mencionado existirem, tal qual os vê, limites à polarização dos mercados

de trabalho que já vislumbramos. A que se refere; quais são esses limites?

Certamente. Para clarificar, não me refiro a limites quanto ao progresso tecnológico nem no que esse irá concretizar; creio que ao longo dos últimos 20 anos, talvez até 30 anos, as manifestações mais importan-

tes da computorização foram a automatização de tarefas de rotina. Portanto, pegando em coisas que as pessoas faziam e que eram cognitivamente intensas, mas que seguiam procedimentos bem delineados, como adições e subtrações, preenchimentos e detecções, processamento de informação, foram mecanizadas de um modo que seria muito, muito difícil, antes da era da informação.

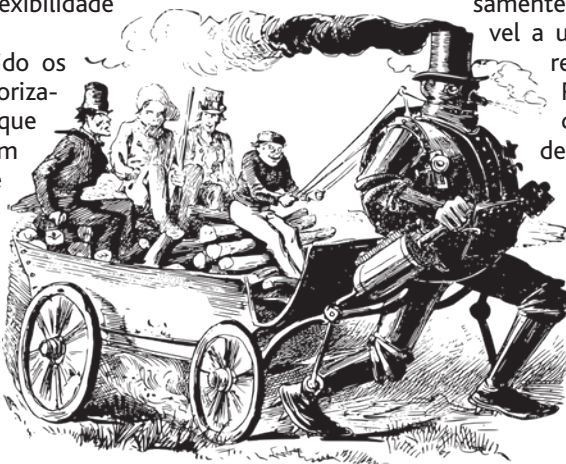
Atualmente os computadores fazem a maior parte do trabalho dos empregados de escritório, muito do trabalho dos operários, efetuando tarefas repetitivas e por aí fora. Tal levou a um tipo de polarização pois teve o efeito de transferir o trabalho de muitas pessoas medianamente formadas, com uma educação mediana e ordenados medianos em escritórios, escriturários, apoio administrativo e vagas em postos de produção e operação das pessoas para os computadores.

Quando digo que não faz mal, refiro-me a muito do que sucedeu até agora e ao facto de atualmente existirem muito menos trabalhadores a efetuar tarefas simples e a processar informação repetitiva. Na medida em que essas tarefas ainda existem, mudaram substancialmente. É certo que ainda existem empregados de escritório, mas já não se limitam a dactilografar e arquivar; basicamente são solucionadores de problemas. São pessoas que coordenam eventos; pessoas que lidam com questões de finanças, de reembolsos, de complexidade.

Portanto, a questão que realço quanto aos limites da polarização resume-se ao facto de muito do que podia ser automatizado devido à repetição de dados e tarefas já foi feito, e os limites estão agora noutros patamares; a delimitação surge agora num nível mais alto do raciocínio abstrato e tarefas que requerem alguma criatividade, intuição, especialidade e num nível mais baixo em empregos que requerem alguma destriedade física e alguma flexibilidade cognitiva.

Não é que tenhamos atingido os limites de como a computorização irá mudar o trabalho que fazemos; essa vertente em particular foi extremamente importante e ainda não se desenvolveu por completo, mas nesta altura também já deixou de ser o limite.

Por isso considera, basicamente, que a computorização, a pior parte pelo menos, já ficou para trás?



Não, não iria tão longe; diria apenas que, "o futuro é diferente do presente." Nem sequer digo que vá ser "pior", pois não creio que tenha sido mau, limito-me a dizer que a sua forma irá mudar. A maior parte da computorização foi mais evidente nas ditas 'atividades que requerem uma formação mediana' e que esse processo está substancialmente completo, mas tal significa que irá migrar para outras atividades. Se isso será melhor ou pior depende muito de quem somos.

De modo geral é bom; corresponde a um aumento da produtividade e em última instância tal melhora o sistema social, mas claro está que também tem consequências distributivas. Se estamos a fazer um trabalho e subitamente uma máquina consegue fazê-lo mais barato, isso raramente será bom para nós. Se temos um trabalho no qual uma máquina o consiga tornar mais produtivo, isso geralmente será bom para nós.

De um modo geral, as mudanças tecnológicas, tal como as comerciais, não são aperfeiçoamentos Pareto¹. Aumentam o leque de possibilidades, aumentam o agregamento de riqueza, mas não possuem o efeito de melhorar a vida de todas as pessoas.

Sim, já iremos abordar a questão da distribuição, mas não acha que muitos dos empregos que até à data foram excluídos desses tipos de computorização estão agora suscetíveis? Por exemplo, esta manhã num programa da BBC um repórter visitou uma firma de advogados em Londres onde, basicamente, estão a utilizar um algoritmo para contratar trabalhos, trata-se basicamente de uma análise de texto – substituindo na prática, como referiram, três solicitadores em início de carreira. Não acha que neste tipo de áreas ainda está muito por vir?

Sim, em absoluto; refiro-me precisamente a isso. Antes, esse tipo de trabalho seria considerado 'intensamente abstrato'; não era permeável a uma automatização porque requeria muitos fatores... Requeria uma grande dose de flexibilidade cognitiva e de resolução de questões mal estruturadas.

Agora temos mais máquinas a aprender, engenhos de inteligência artificial que podem começar a fazer esse tipo de trabalho. Não lhe chamaria 'polarização' no sentido típico, pois obviamente tem por

¹ Alterações Pareto são modificações que não afetam quaisquer indivíduos e melhoram as condições de vida de pelo menos um indivíduo, de acordo com a teoria da economia neo-clássica de Vilfredo Pareto (1848-1923).

alvo um sector mais alto do mercado de trabalho; por isso, em absoluto.

Também veremos ocorrer no lado oposto; veremos cada vez mais... veremos máquinas que irão fazer coisas que requeiram a desteridade não de trabalhadores com estudos superiores nem dos funcionários dos serviços mais bem pagos, mas coisas que estavam relativamente imunes à automatização por as máquinas ainda não serem suficientemente flexíveis. Portanto, creio que o exemplo que deu corrobora precisamente o meu ponto de vista.

Ok, mas onde deteta o equilíbrio em termos de substituição e criação de empregos? Basicamente, parecem existir três categorias nas quais a tecnologia irá ter um impacto no trabalho. Há a substituição, o aumento ou a alteração dos requisitos de trabalho e há obviamente a criação de emprego, mas o grande debate, como sabe, é o equilíbrio entre os três, onde considera que recairá o equilíbrio?

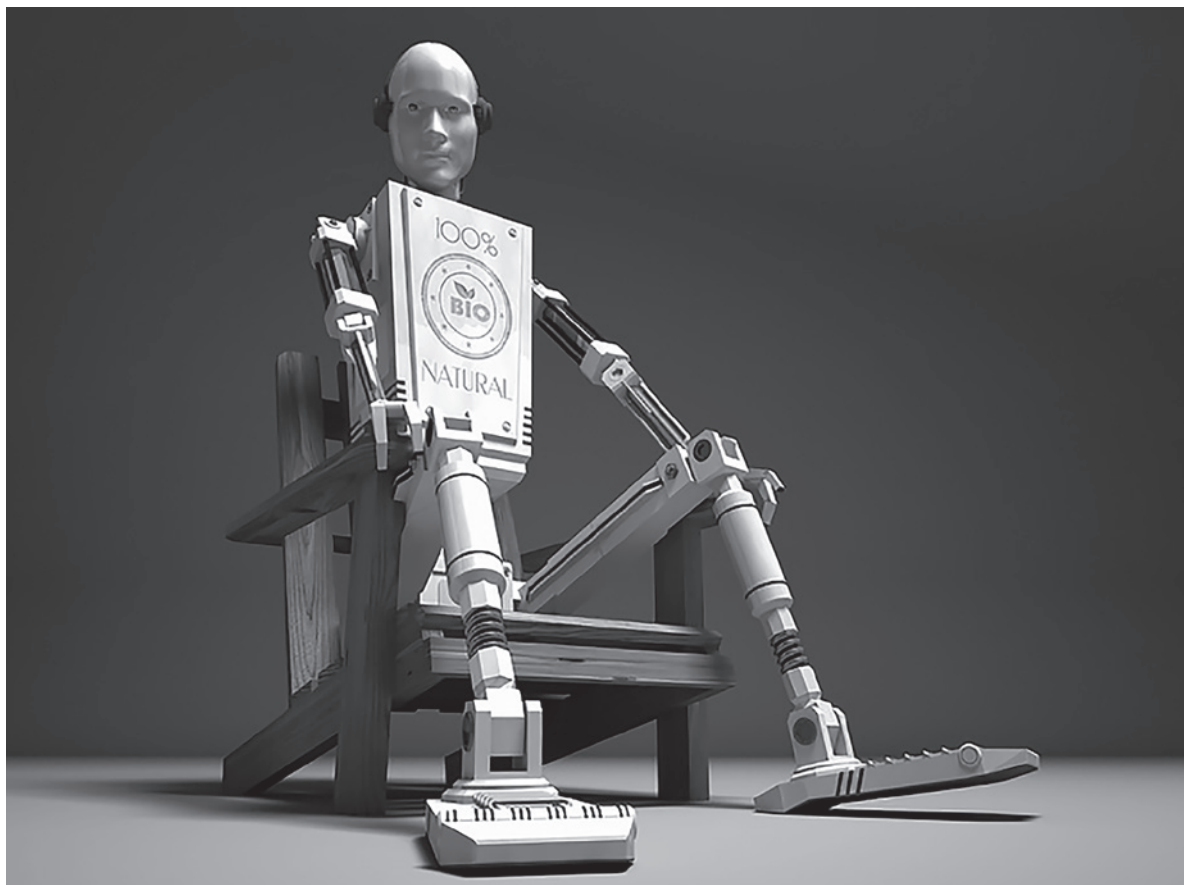
Creio que as pessoas são extremamente pessimistas, quase histéricas, tanto entre os opinadores mais populares, os empresários e até mesmo alguns economistas, quanto à probabilidade de uma destruição massiva dos empregos. Digo-o com base em três ra-

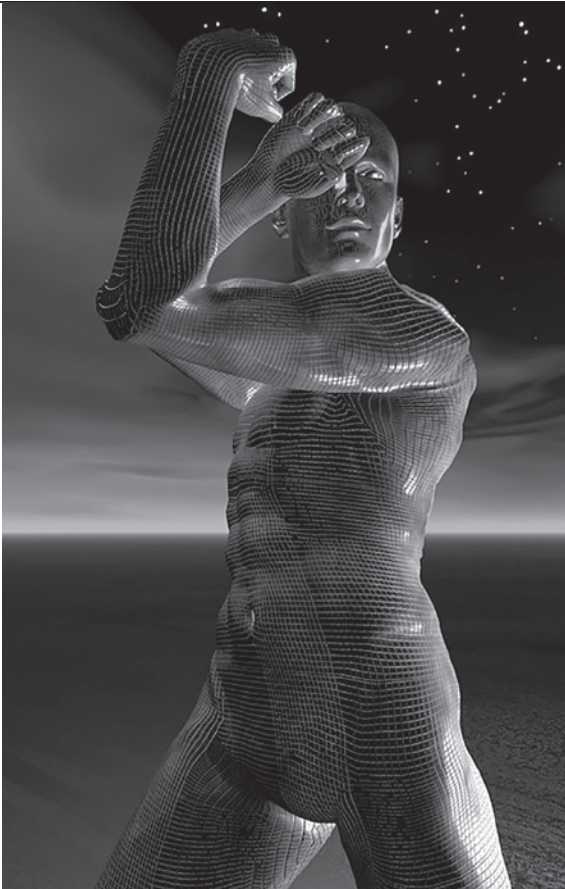
zões; uma é por as máquinas nos complementarem de muitas, muitas maneiras e nos melhorarem.

Isso sempre foi verdade e essa tem sido a base – os avanços tecnológicos que nos têm complementado – para o melhoramento da nossa qualidade de vida, há centenas de anos. Podíamos ter o mesmo debate há 100 anos sobre se a eletricidade, os transportes em massa e as telecomunicações não afetariam o que as pessoas fazem, e não sucedeu nada disso. É a primeira, negligenciamos os elementos complementares.

Segunda, negligenciamos o facto de ao criar riqueza, o que certamente iremos concretizar aperfeiçoando a produtividade, criarmos também mais consumo. As pessoas querem mais experiências; querem mais bens e serviços. Consequentemente, à medida que as pessoas enriquecem, tendem a consumir mais, tal também cria procura.

A terceira é subestimarmos a criatividade das pessoas, e a inovação, e quão maravilhosas são em inventar coisas novas. Atualmente existem imensos negócios e atividades que nem sequer conseguíamos imaginar há 50 anos. Temos sido bastante exemplares em mantermo-nos úteis e a pensar em coisas de valor para fazer.





Creio em absoluto que muitos tipos de trabalho irão desaparecer, muitos tipos de trabalho já desapareceram, mas olhar para a economia e afirmar que "47% dos empregos estão em risco", é uma parvoíce; é pensar como um engenheiro, não como um economista. A noção de que se o trabalho puder ser efetuado por uma máquina e for efetuado por uma máquina, haverá menos trabalho para fazer, é o que apodamos de 'nódulo de falácia trabalhista' e não é uma descrição correta de como funciona realmente o crescimento económico.

Portanto, considera que o equilíbrio final possa ser... no seu todo a quantidade de empregos disponíveis poderá até aumentar em vez de decrescer, e as pessoas continuarão a trabalhar? Os empregos serão diferentes, mas ainda serão empregos como sempre?

Há muitas nuances; não quero simplificar. Por um lado, poderemos ter mais tempo de lazer, mas temos maneira de lidar com isso. De facto, atualmente temos mais tempo de lazer do que há 100 anos. Trabalhamos semanas mais curtas e reformamos-nos mais cedo em relação ao termo de vida. Por outras palavras, temos mais anos de reforma, não porque nos reformemos muito mais cedo, mas por vivermos mais tempo. Por isso, temos muito mais lazer que antes,

o que tem tanto de bom como de mau. Pode ser um desafio se as pessoas estiverem involuntariamente desempregadas. Por outro lado, pode funcionar bem se o seu emprego for partilhado em certo grau.

Vejamos, por exemplo, dois países: a Noruega e a Arábia Saudita. Ambos têm quantias imensas de riqueza soberana. Podemos dizer que têm uma máquina que lhes cria riqueza. Não se trata de um computador, só de petróleo, mas não faz mal; cria superavit. Poderíamos dizer que "nesses países, talvez ninguém precise de fazer nada, pois têm imenso dinheiro", mas a Noruega e a Arábia Saudita têm lidado com isto de modo completamente diferente.

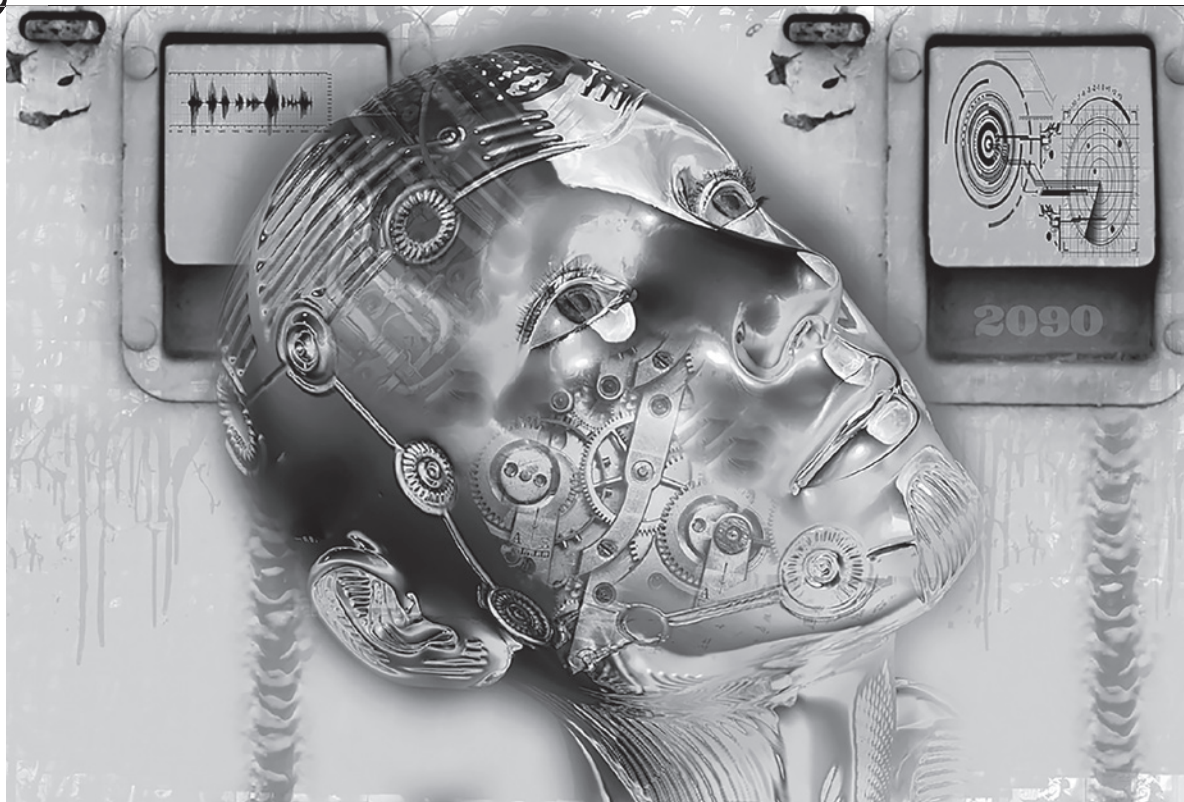
Na Arábia Saudita pouco mais de 10% da força de trabalho é saudita, o restante são trabalhadores convidados. Trata-se a longo prazo de uma receita para problemas económicos e sociais. Na Noruega praticamente todas as pessoas trabalham, homens e mulheres, mais que na maior parte dos restantes países europeus, mas não trabalham muitas horas. Mantiveram-se relevantes, envolvidos e prósperos, e bastante felizes se acreditarmos nas estatísticas.

Por isso, há várias maneiras de lidar com o desafio da abundância, mas não é um problema grave de se ter na escala dos problemas sociais com que nos poderíamos deparar. É disso que estamos a tratar aqui, do problema da abundância – por outras palavras, da abundância produtiva, da abundância da capacidade de fazer coisas com máquinas que antes requeriam a utilização do labor e da fadiga humana.

Isso chega-nos com desafios. Um é o do lazer; outro, claro está, o de algumas profissões rapidamente se tornarem menos relevantes que outras. As pessoas que foram claramente afetadas pelas mudanças tecnológicas, principalmente ao longo dos últimos 30 anos, foram os adultos com o ensino básico e secundário cujas capacidades são mais substituíveis pela automatização, que na verdade nem é necessária nos empregos de baixa formação, mas muitos viram-se despojados desses empregos.

Se sou um empregado de escritório ou um operário fabril e esse tipo de trabalho deixou de existir, ainda posso servir à mesa, posso trabalhar na segurança, posso fazer limpezas e provavelmente irei despojar alguém com ainda menos estudos que eu e que queria esse emprego. Por exemplo, nos EUA vemos cada vez menos adolescentes nos empregos ditos 'juvenis'; agora são desempenhados por adultos.

Cria desafios e resumem-se a desafios de distribuição [de riqueza]. Não é uma questão de não haver emprego suficiente; é o desafio das habilidades das pessoas não serem escassas ou importantes, por isso podem não ser bons empregos e não pagar bem. A situação é esta, o desafio, a meu ver, não tem a ver com o desaparecimento dos empregos; tem a ver com a distribuição dos rendimentos e com a desi-



gualdade de oportunidades. Creio que é um desafio muito maior.

Abordou duas questões extremamente relevantes. Algumas das pessoas com que falei, e também no tipo de investigação que efetuei e publiquei sobre o tema, parte da polarização é exatamente o que acabou de descrever. Por exemplo, imaginemos que um camionista fica desempregado porque os camiões agora são automáticos. O novo emprego que essa pessoa conseguir encontrar será provavelmente de baixo ordenado; seria como empregado de mesa.

Exatamente.

Portanto, temos uma polarização onde regredimos socialmente e só uns poucos irão ascender, mas a ameaça parece ser, para a maior parte das pessoas que forem substituídas a curto prazo, o facto de não os podermos treinar para serem engenheiros de software de um dia para o outro, por isso a probabilidade de regredirem na pirâmide social é muito maior que a de ascenderem.

O segundo ponto que menciona – e é obviamente uma questão crucial – tem a ver com a distribuição das mais valias desses dividendos tecnológicos. Vai ao encontro do pano de fundo da desigualdade social com a qual já estamos a lidar. A questão será então, contra o pano de fundo das sociedades em que já vivemos, como poderá solucionar-se a distribuição?

Mencionou a Noruega, por exemplo; a Noruega tem um modo agradável de lidar com isso graças ao seu fundo de riqueza soberana. O debate tem rondado sobre se os detentores do capital, uma vez que os dividendos quase de certeza irão para as pessoas que forem donas dos robots e da tecnologia, se a detenção do capital também terá que ser repensada, por via do público como tal, via governamental, via fundos de riqueza soberana, via veículos diferenciados de investimento que detenham no futuro uma fatia cada vez maior do capital que recolhe os dividendos, ou talvez até os próprios trabalhadores. É o ponto de vista de Richard Freeman.

Claro.

Que ideias tem nesta área, como repensamos esta questão da distribuição?

Creio que são questões excelentes. Não estou disposto a declarar o atual sistema – que distribui os rendimentos com base na detenção do capital e da escassez da mão-de-obra – não estou disposto a declarar o seu óbito. Creio que ainda estamos muito num campo onde podemos dobrá-lo sem o arrancar pela raiz.

Com isto quero dizer que antes de mais muita gente ainda ganha muito dinheiro com base na mão-de-obra, dos seus ordenados, e a maior parte do aumento da desigualdade tem a ver com a desigualdade dos ordenados, não com a desigualdade dos dividen-

dos do capital. Essa coisa de "tem tudo a ver com a propriedade dos robots", os dados não apoiam essa ideia. Sei que tal é intelectualmente apelativo e excitante, mas nada sugere que na realidade seja o que está a suceder. Tem tudo a ver com a desigualdade salarial; é aí que se encontra o cerne da desigualdade. Por exemplo, no livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*², nem sequer se aplica aos EUA; não houve grande crescimento da desigualdade no capital, pelo menos com base nos dados das melhores estatísticas dos EUA.

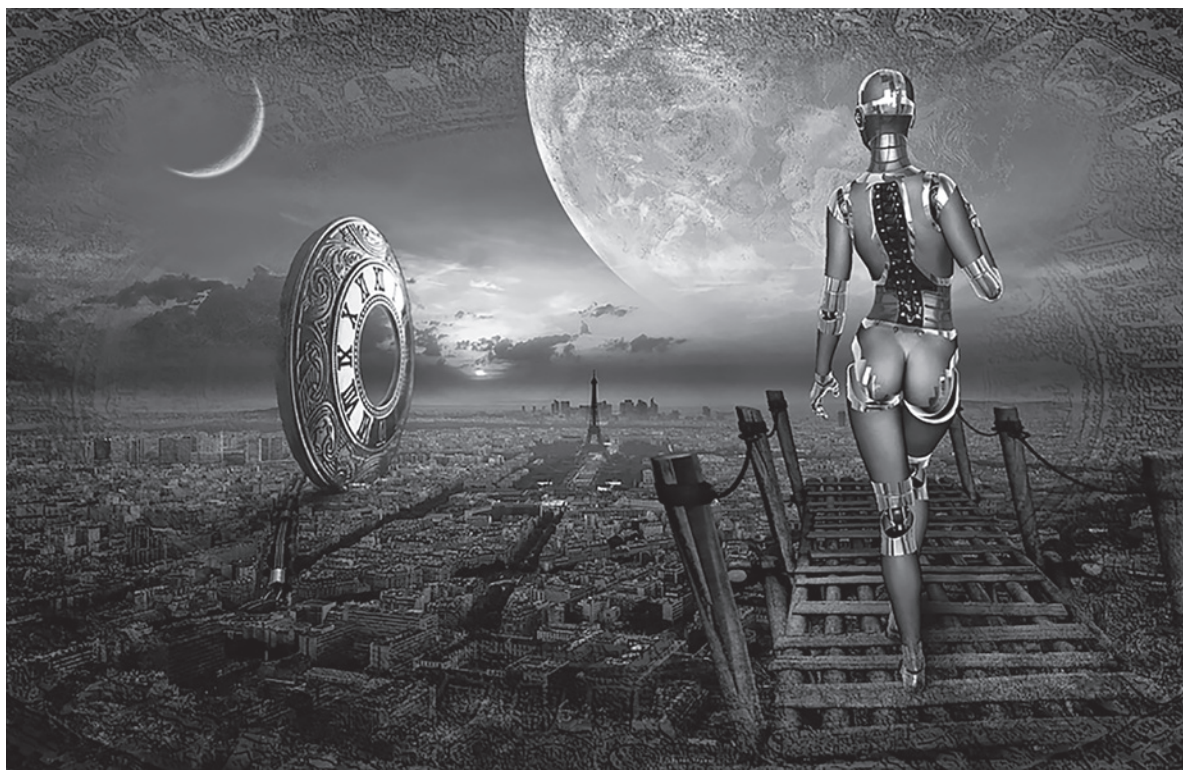
Temos maneiras de moderar as consequências da desigualdade que ainda têm algum alcance funcional, há duas... na realidade três coisas; a primeira é o investimento – investir na formação das pessoas. A educação é a melhor ferramenta e longo prazo para combater a desigualdade, ao permitir o sucesso das pessoas ao venderem a sua perícia, a sua mão-de-obra, através do mercado de trabalho.

É assim que a maior parte de nós obtém o seu ordenado: temos conhecimentos, que adquirimos, que aprimoramos, e que depois vendemos ao longo da nossa carreira, para atribuir um valor acrescentado aos nossos empregadores, aos nossos clientes ou quem seja. É a melhor maneira, mas claro está, não

pode ser feita dum dia para o outro; não podemos alterar a composição educativa da população. Para alguém que perdeu o emprego a meio da carreira, não podemos limitar-nos a dizer: "oh, bem, parece que devia ter estudado algo diferente."

A segunda ferramenta são os impostos, que atribuem ao governo os recursos para lidar com estes problemas. A terceira, claro, é termos um sistema de transferência e apoios que por um lado poderá mitigar os riscos com que as pessoas se poderão deparar por intermédio de um seguro de saúde, um seguro de desemprego ou um seguro de incapacidade, por intermédio de programas de rendimento mínimo e senhas de refeição, por exemplo, temos isso nos EUA. Temos também programas que subsidiam ou apoiam a mão-de-obra. Nos EUA, o principal exemplo é o Crédito do IRS, que é basicamente a subsidiação dos trabalhadores que têm baixas perspectivas de rendimentos. Simultaneamente aumenta os ganhos e reduz o desemprego; um misto de ambos. Na verdade, não sei ao certo qual a receita desta mistura, infelizmente.

Estes programas podem funcionar razoavelmente bem, mas funcionam muito, muito melhor se tivermos uma população razoavelmente bem letrada. Se



² *O Capital no Século XXI*, Temas e Debates, 2014.

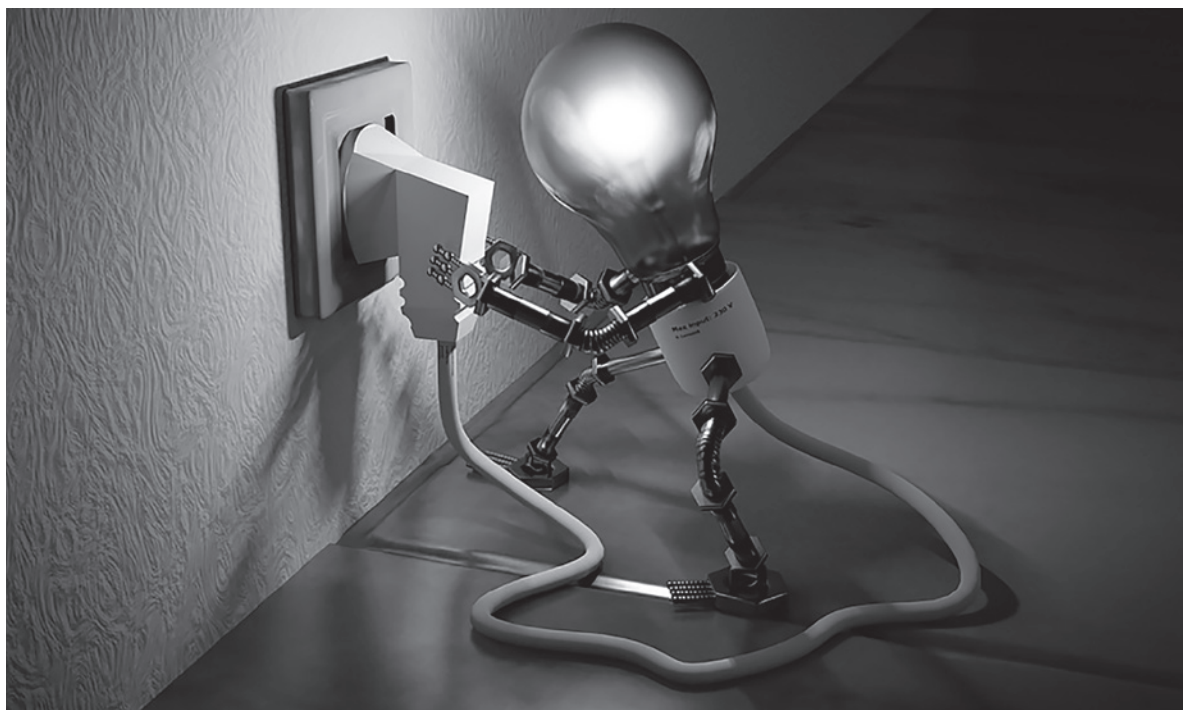
tivermos uma grande massa de pessoas, por exemplo, que sejam analfabetas e não saibam contar, não há subsídio possível que faça com que os patrões os vão querer contratar numa economia avançada, a não ser que façam trabalho agrícola, por exemplo, ou um trabalho de baixo escalão, essencialmente manual.

Estas políticas são meros complementos, não são substitutos. É fácil utilizar impostos e subsidiação para assegurar a qualidade de vida e manter o emprego dos trabalhadores com poucos estudos se não forem em grande número e se não forem demasiado incapazes.

balhar e ao mesmo tempo constituir família. Espero não me ter desviado demasiado do assunto aqui.

Não, obviamente toda a gente tem realçado a importância da política de educação; é a melhor ferramenta que se pode providenciar à população. A dúvida é se esta condição será justa e suficiente para lidarmos com o futuro.

Não sabemos, e quem nos disser que tem a certeza que desta vez será diferente tem um grau de certeza que é, a meu ver, infundamentado. E quem nos disser que desta vez não será diferente está também a expressar uma certeza que não deve, e nem tem direito, a ter.



Um dos problemas com que nos batemos nos EUA, mais que na Europa Ocidental, é a realidade de termos deixado o nosso sistema de ensino decair desde os anos 80, ou na verdade desde meados dos anos 70, temos tido uma taxa de crescimento do ensino superior muito baixa, principalmente entre os homens. Os problemas laborais nos EUA centram-se nos homens. Entre as mulheres a educação aumentou bastante, os seus rendimentos aumentaram bastante e as taxas de emprego aumentaram bastante até aos anos 2000.

Algo que os EUA precisam de fazer é imitar algumas das políticas de apoio familiar que muitos países europeus adotaram e que fizeram com que fosse muito mais fácil, tanto para homens como mulheres, tra-

As coisas são sempre um tanto ou quanto diferentes. Não há dúvida de que as tecnologias que estamos a adotar agora são diferentes das que nos trouxeram tanta riqueza e prosperidade ao longo dos séculos XIX e XX, e que acarretam consequências diferentes. Afetam empregos diferentes, e irão colocar tipos diferentes de deslocações e tipos diferentes de crescimento. Aqueles que afirmam, "é impossível virmos a ter empregos suficientes" estão basicamente a exprimir uma afirmação extremamente ousada, que as pessoas... basicamente estão a dizer, em duas frases, que "primeiro, não consigo imaginar o que as pessoas vão fazer e, segundo, estou certo também de que mais ninguém consegue." Ou seja, que não vai acontecer nada, porque ninguém tem a criatividade de pensar em coisas novas para fazer.

Sim, creio que toda a gente concorda que simplesmente não sabemos o que irá acontecer, temos versões diferentes de especulações bem informadas.

Na realidade, creio que nas partes em que discordo, é por haver muita arrogância nas previsões, e muitas previsões arrogantes não vão solucionar esta questão, que não vamos conseguir pensar em coisas para as pessoas fazerem. É certamente isso que verificamos no livro

de Martin Ford, *Robôs a Ameaça de um Futuro sem Emprego*. É

o que obtemos de Frey e Osborne acerca dos 47% de empregos que irão desaparecer. Trata-se de uma previsão extremamente ousada quanto ao falhanço do génio e da criatividade humanas em pensar em coisas novas para as pessoas fazerem, e eu não apostaria assim tanto contra a humanidade.

Por outro lado, também não está correto afirmar que “nunca foi um problema antes; por isso também não será um problema desta vez.” As alterações tecnológicas foram sempre disruptoras, criaram sempre vencedores e perdedores, e desta vez tanto pode ser melhor como pior que das outras vezes.

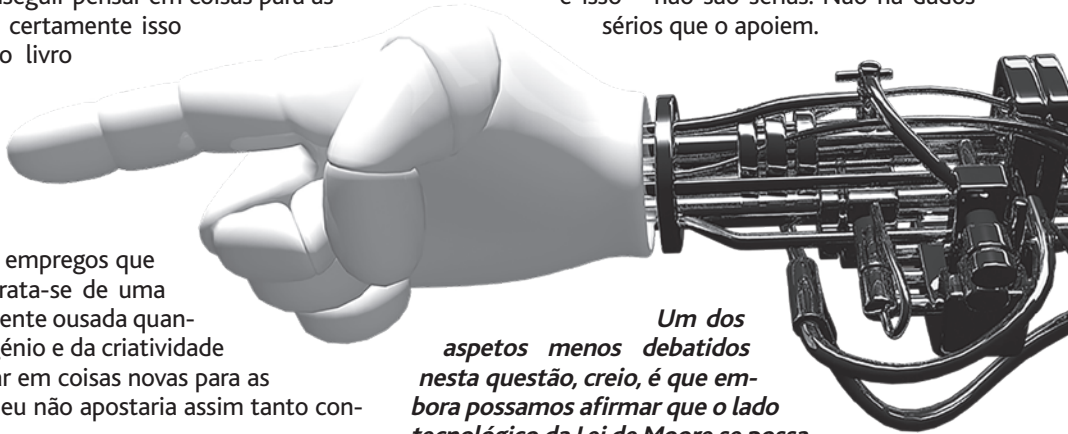
Posso afirmar que estou muito menos pessimista que a maioria. Digo-lhe porquê, na verdade, creio que o que está a ser subestimado ou subenfatizado neste debate é a importância do rácio da mudança. Não se trata só de para onde estamos a ir, é quão rapidamente lá chegaremos, pois só nos conseguimos adaptar a uma certa velocidade.

Se soubéssemos, se lêssemos hoje no “The Guardian” ou no “The Wall Street Journal” que daqui a 15 anos ninguém estaria a conduzir veículos porque seriam todos operados por maquinarias, diríamos “isso é bom, mas vai criar alguns desafios. É melhor começarmos a treinar as pessoas para serem condutores de carruagens e prepará-las para outros empregos”, mas conseguiríamos lidar com isso.

Se anunciassem para na próxima segunda-feira ninguém iria conduzir veículos, seria um problema muito maior – não que não obtivesse os mesmos benefícios económicos de um transporte mais seguro, barato e eficaz, mas teríamos muitos trabalhadores deslocados com os quais lidar.

É importante a velocidade a que as coisas mudam, não só para onde se dirigem, e, de facto, não há indícios de que estejam a mudar extremamente rápido. As estatísticas da produtividade não o demonstram, as

estatísticas do investimento não o demonstram. Creio que há muito entusiasmo e não há dúvidas de que o progresso está a acontecer, mas o tipo de ideia singular com que estamos a abordar esta singularidade – só o poderemos verificar à medida que o ritmo da mudança acelerar; são coisas da Lei de Moore e isso – não são sérias. Não há dados sérios que o apoiem.



Um dos aspetos menos debatidos nesta questão, creio, é que embora possamos afirmar que o lado tecnológico da Lei de Moore se possa aplicar a coisas desse género, não significa necessariamente que a velocidade da mudança seja equivalente.

De todo.

Pois existem obstáculos éticos, legais e de poder antes de se poder implementar mesmo isto.

Mais, temos que distinguir entre as mudanças qualitativas e quantitativas. O meu computador pode correr o Microsoft Word 1.000 vezes mais rápido do que há 20 anos, mas isso não me torna 1.000 vezes mais produtivo; talvez 20% mais produtivo. O cerne da questão é que há uma falsa equivalência erguida entre os ciclos dos processadores de computador e a produtividade ou resultado final, e tal diminui os ganhos marginais.

Para te dar um exemplo, estava numa conferência e um executivo da McKinsey levantou-se e disse, “a sua máquina de lavar tem hoje mais poder de processamento do que todo o projeto da Apollo”. Afirmou-o para demonstrar o enorme grau de mudança e o progresso fantástico que ocorreu, e isso para mim só revelava “o reducionismo dos ganhos marginais”.

Não deixou de lavar a roupa, sim.

Exatamente, revela que “quando o poder de processamento é praticamente livre nas margens, utilizamo-lo para coisas que têm muito pouco valor marginal”. Não há poderio suficiente nas máquinas de lavar que nos leve à Lua.

A questão que destaco é que muitas destas evoluções quantitativas, destas reduções nos custos da computação, são ótimas, mas marginalmente muitas delas têm muito, muito pouco valor. É para isso que vão ser

³ Robôs, a Ameaça de um Futuro sem emprego, Bertrand Editora, 2016.

utilizadas; não são avanços qualitativos nem aumentos gigantescos de produtividade.

Aproximando-nos do final desta conversa, permita-me fazer-lhe outra questão que vai ao encontro do que se está agora a debater no Reino Unido sob o título do "Pós-Capitalismo"⁴ de Paul Mason. Paul essencialmente argumenta que, como refere, as economias se baseiam obviamente na escassez, o mecanismo da marcação de preços se baseia na procura e na oferta, tendo esta por base a referida escassez, mas se cada vez mais serviços e produtos tiverem por base a informação, e a informação for abundante, o mecanismo típico para a estipulação dos preços deixa de funcionar.

O que Paul prevê é que há, eu diria, um novo tipo de economia mais complementar a surgir em paralelo à economia capitalista, eu diria que uma grande parte da economia capitalista será substituída por tipos diferentes de transações uma vez que as economias deixarão de se basear na escassez e na abundância.

Sim, creio que o verificamos em determinadas áreas nas quais os bens informativos são muito, muito baratos, mas creio que muitas das coisas que consumimos na realidade são bastante escassas – relacionadas com comida, por exemplo, ou bens de experiências como visitar um local bonito, com o transporte, o aglomerado de pessoas nas estradas e o congestionamento, o custo da energia, da educação e da saúde. Na prática estas coisas são bens materiais que são bastante escassos e caros de produzir.

A informação divulga muitas destas coisas, mas seria o mesmo que dizer que "não há escassez de água em muitos locais, por isso não gastamos fortunas com água em sítios que não sejam áridos". Mas tal não significa que as economias diminuam, mesmo apesar de a água ser utilizada praticamente em tudo, pois existem muitas, muitas outras coisas que são escassas.

No geral, enquanto as coisas forem complementares, enquanto o aumento da informação aprimorar a qualidade dos produtos que quero comprar, então a queda do preço dos bens informativos na realidade irá tornar esses produtos ainda mais caros. Não importa o que se lhes adicione, seja silicone, eletricidade, cristais líquidos, ouro, a utilização das montanhas Sierra, essas coisas tornam-se mais escassas, mais valiosas à medida que os dados complementares baixam de preço.

O meu palpite pessoal é que também iremos verificar uma variedade muito maior de atividades económicas diferentes.

Exatamente.

O meu palpite é que, como bem afirmou, a longo prazo a tendência tem sido a redução daquilo que apodamos de 'horas de trabalho típico'.

Exatamente.

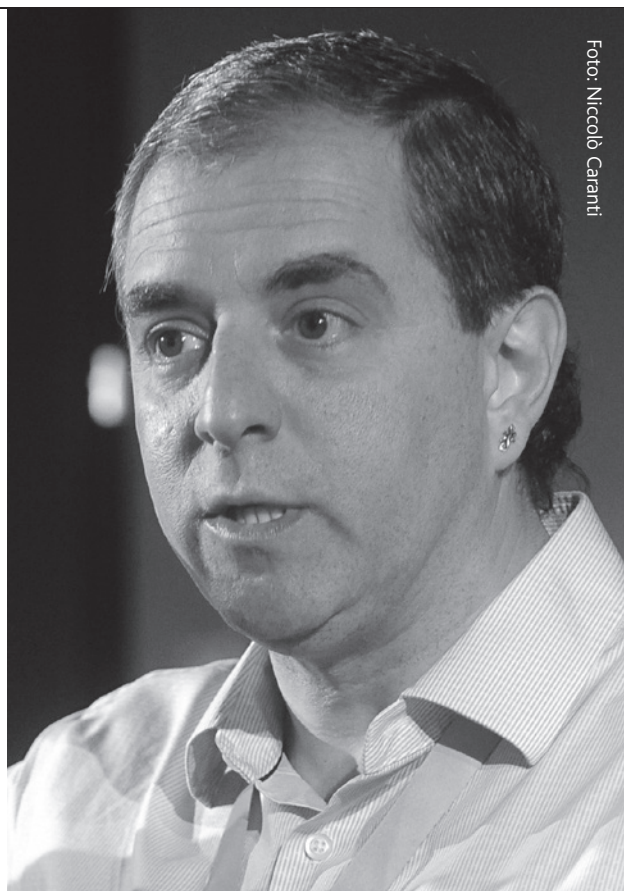


Foto: Niccolò Caranti

Dependendo da distribuição dos dividendos da automatização. Vemos um dismantelar daquilo que os economistas costumavam ver como uma distinção típica entre o trabalho e o lazer, com base em novos modelos de negócio: economia entre pares, economia partilhada, esse tipo de coisas.

Será um tipo de economia misto, digamos assim, e o tipo de economia onde abunde a informação e se crie mais-valias, sem qualquer tipo de transação monetária. O meu palpite é que nos dirigimos para uma vida económica muito mais colorida.

Sim, aqui concordo contigo. A minha preocupação tem muito mais a ver com as consequências para com os países em vias de desenvolvimento, pois a maior parte da riqueza desses países vem de duas fontes – de três fontes.

Uma os bens de primeira necessidade, que creio irem continuar a ser valiosos; a segunda é basicamente servir de mão-de-obra laboral intensa para o mundo rico – por exemplo, nos têxteis e nos produtos de pele e outros, onde a destreza e a flexibilidade manual são cruciais e valiosas pois atualmente essas tarefas não podem ser desempenhadas por máquinas.

⁴ Pós-Capitalismo, Objectiva, 2016.

Depois, claro está, a terceira resume-se ao trabalho doméstico. Existem muitos fluxos de trabalhadores em todo o mundo que são essencialmente de pessoas que vêm fazer trabalho doméstico e algum trabalho de construção civil nos países ricos.

Preocupa-me que a automatização tenha o potencial de fazer erodir a vantagem comparativa do mundo em vias de desenvolvimento quanto aos bens e serviços de mão-de-obra intensiva. Eles, tal como os patamares menos escolarizados dos adultos dos EUA, tornam-se cada vez menos empregáveis nas economias avançadas, receio que a automatização, no grau em que substitui a mão-de-obra, no futuro poderá substituir a mão-de-obra das pessoas que desempenham estas tarefas mais manuais.

Não é um problema grave para os países ricos, pois não temos assim tantas pessoas a desempenhar essas tarefas. Caso tivéssemos, iria de algum modo aumentar a nossa riqueza, principalmente por sermos os detentores da tecnologia, mas para os países em vias de desenvolvimento é um recurso precioso com o qual nos abastecemos. É a minha principal preocupação.

Portanto, talvez estejamos a olhar para o tipo errado de desigualdade se só vislumbrarmos as desigualdades internas dos países, em vez da desigualdade global e o que irá significar para a divisão internacional do trabalho.

Sim. Eu diria que nos últimos 10, 20 anos, têm sido ex-

tremamente bons para os países em vias de desenvolvimento. A questão é se isso irá mudar, principalmente quantos mais países irão conseguir fazer o que a China fez, ou seja enriquecer por intermédio da produção industrial. A produção fabril terá a mesma importância quando podemos imprimir mais coisas no computador? Será a produção de bens eletrônicos, uma das principais tarefas da China, continuar a ser relevante quando tivermos no nosso local de trabalho robôs que fazem isso muito melhor?

Como disse, não me preocupo assim tanto com o mundo desenvolvido; creio que a maior parte das coisas que fazemos não podem ser automatizadas. Somos detentores da tecnologia; vamos beneficiar imenso com isso. Já para o mundo em vias de desenvolvimento, será um desafio imenso.

Portanto, trata-se de um debate completamente diferente no qual teremos que enveredar, mas teremos que o fazer noutra altura David, lamento, pois estamos a ficar sem tempo hoje. Muito obrigado por te teres juntado a nós neste debate.

Ótimo.

Estou certo de que não será a última vez em que estes temas vêm à tona.


Espero que não.

O nosso muito obrigado.

© socialeurope.eu | Todos os direitos reservados, publicado sob expressa autorização.



“Democracia Digital Participativa” ou “Democracia Verde”



Num mundo em que as novas tecnologias assumem um papel cada vez mais importante em todas as atividades humanas e no relacionamento social entre cidadãos e comunidades resulta sobremaneira estranha a aparente incapacidade de integração destas novas realidades no contexto do exercício do poder democrático.

O voto eletrónico – que é apenas uma implementação “suave” das novas tecnologias no campo da democracia – é utilizado há longos anos e sem problemas dignos de registo em duas das maiores democracias do mundo: Índia e Brasil e em muitos Estados dos Estados Unidos da América. Por “implementação suave” leia-se aqui a transposição direta do voto físico, em papel e em urna física ou “caixa”, para o voto realizado de forma eletrónica, numa urna eletrónica (computador) que, depois, descarrega os sufrágios para uma qualquer localização central. Neste tipo de leitura, a “democracia digital” seria apenas uma atualização tecnológica de metodologias tradicionais de exercício do poder democrático, sem mais amplitude nem desenvolvimento reformista da forma como se exerce e aplica a democracia. É possível levar um pouco mais longe esta experiência e colocar “urnas eletrónicas” em cada residência familiar e, assim, simplificar o acesso dos cidadãos à democracia. Estas “urnas”, de facto, não seriam mais que computadores comuns, com acesso à Internet (o que significa que a acessibilidade à Internet seria um direito constitucionalmente garantido) e com métodos simples mas seguros de exercício remoto do direito de voto recorrendo, por exemplo, ao cartão do cidadão, ao seu chip seguro e ao leitor que hoje em dia já pode ser adquirido em qualquer repartição das Finanças e que, nesta proposta, passaria a ser distribuído gratuitamente a todos os cidadãos. A partir desta implementação “suave” de democracia digital é possível depois, de forma sustentada e segura, realizar a transição para a fase seguinte da democracia digital e trabalhar no sentido da transformação da democracia representativa numa “democracia participativa digital”. Neste modelo tecnológico de exercício da democracia é mais simples, ecológico e financeiramente mais económico realizar eleições, já que os cidadãos podem votar a partir das suas próprias residências e que não é necessário montar estruturas pesadas de distribuição de boletins de voto, processamento, recolha, contagem e recontagem que além de serem financeiramente pesadas, também implicam despesas desnecessárias em papel e combustíveis criando assim uma pegada de carbono que não é displicente e que permitiria designar esta forma de democracia eletrónica também como uma “Democracia Verde”.

Após a implementação – sólida e segura – da segunda fase desta “democracia digital participativa” a sociedade estaria suficientemente amadurecida para poder planear e executar a transição para a fase seguinte: formas seguras e eletrónicas (via Internet)

de realizar petições, referendos, a criação (e revalidação) de novos partidos políticos, candidaturas autárquicas independentes e candidatos à Presidência da República. Graças a estas formas de democracia digital seria mais fácil aplicar metodologias participativas como referendos revogatórios ou propositivos de leis e revogar mandatos eletivos (“recall” ou “impeachment”) com um outro nível de simplicidade e agilidade. A partir dos fundamentos provados e executados nas fases anteriores seria possível construir um plano sensato e com métricas de qualidade e segurança que possibilite a implementação de uma verdadeira Democracia Digital completa, que, a longo prazo, pudesse conduzir à extinção (por redundância) das estruturas representativas tradicionais e à transferência direta para os cidadãos de uma completa capacidade legislativa. Esta capacidade seria exercida



de forma online, segura e eficiente, garantindo a privacidade de cada cidadão eleitor e a confidencialidade do seu voto. Os eleitores neste modelo de democracia digital participativa completa poderiam assim exercer o seu voto de múltiplas formas, quer através da Internet, quer através de televisões “inteligentes” com acesso à Internet, Smartphones ou até SMS ou ainda através de sistemas automáticos de chamadas telefónicas. Com estas novas tecnologias, as sociedades democráticas poderiam renovar de forma radical o seu funcionamento e abrirem os seus processos decisórios a todos os cidadãos, introduzindo novos mecanismos de controlo e de participação que permitiriam colmatar a separação que é hoje patente entre Eleitos e Eleitores e que está na base do descrédito das democracias e dos altos níveis de abstenção que se registam um pouco por todo o mundo.

Tecnologia e Estratégia Socialista



“Ao que quer que seja, salvo ao capital” Para os economistas mainstream, esta é a regra implícita que rege a discussão no que concerne ao assacar da culpa pela desigualdade. Da resposta petulante de Greg Mankiw ao [Movimento] Occupy passando pelo argumento de Tyler Cowen de que a tecnologia terá tornado obsoleta a classe média, os incumbidos de explicarem o sistema econômico aos americanos parecem apostados em exonerar os ricos.

A argumentação de Cowen em particular desenvolve um tema que, de forma gradual, se tem vindo a tornar mais proeminente no debate sobre a desigualdade. Confrontados com as provas irrefutáveis da ascensão do 1%, muitos economistas refugiaram-se na ideia de uma "mudança tecnológica focada na auto-proficiência." Afirmam que o progresso tecnológico tornou obsoletas as aptidões de muita da população laboral, ao mesmo tempo que recompensa aqueles que possuem talentos que se enquadram na nova economia.

Numa outra era, defender tal postura teria sido arriscado. A ideia de que o progresso tecnológico proporcionaria bem-estar a todos os sectores da sociedade foi sempre uma ideia-chave da ideologia Americana.

Contudo, hoje em dia, com os movimentos de oposição em retirada, apenas resta a inevitabilidade do progresso tecnológico. Outrora o desenvolvimento técnico albergava a promessa de limar as arestas da sociedade americana, hoje é apresentado como a explicação para essas mesmas arestas e como uma justificação para a sua perenidade.

Alguns, não obstante, não se mostram dispostos a desistir do potencial utópico da tecnologia. Uma organização auto-intitulada Institute of Customer Experience - uma subsidiária da Human Factors International, Inc.- apresentou um plano ousado (no Indiegogo, é óbvio) para lidar de frente com o flagelo da desigualdade. O plano tem uma aplicação chamada Equalize.

No curto vídeo que acompanha a apresentação, o CEO da ICE, Apala Lahiri Chavan (conhecido no Twitter como "FuturistApala") oferece aos utilizadores a possibilidade de reduzir a desigualdade em seis áreas-chave, donde se incluem o género, a fome e a felicidade. Tal pode ser conseguido através de uma aplicação para smartphone que permite aos utilizadores acumularem pontos, chamados "smileys", ao executarem vários tipos de trabalho voluntário, desde a doação de livros até à mentoriação de crianças. Este tipo de ludificação promete soluções para a desigualdade mais rápidas e eficientes do que aquelas

que os governos podem facultar, proporcionando para tal "um software capacitado para influenciar o mundo social." Desigualdade? Há uma aplicação para isso!

A tecnofobia parece ser a única resposta da esquerda. Para cada injustiça apresentam-nos uma solução de cariz tecnológico, alegadamente neutra no domínio político, a qual promete resolver os problemas dos espoliados sem sequer perturbar os privilégios dos

poderosos. Num clima tão despolitizado, não constitui qualquer surpresa que alguns radicais tenham acabado por suspeitar da tecnologia, vendo as relações sociais de dominação inscritas nas próprias forças produtivas.

Tal atitude, por mais justificada que seja, comete uma injustiça contra o legado do pensamento socialista acerca da tecnologia. Desde o início do movimento moderno dos trabalhadores que as preocupações sobre o enquadramento do progresso tecnológico nas tentativas de confrontar o "problema social" têm sido centrais na teoria socialista.

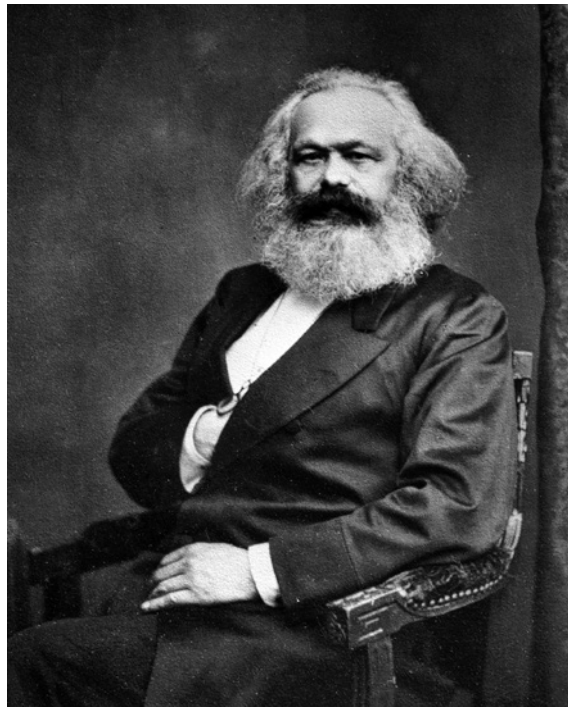
Se examinarmos algumas das posições que moldaram o pensamen-

to socialista sobre a tecnologia, poderemos usá-las na reconstrução de um papel para os que se recusam a deixar aquilo a que Brecht chamou "as novas coisas más", nas mãos de ludificadores e disruptores.

Marx e o Conjuuro do Feiticeiro

O progresso tecnológico estava no cerne do pensamento de Marx sobre a sociedade capitalista e os problemas da transformação socialista. Ao invés dos socialistas utópicos que o precederam, Marx porfiava em que o seu socialismo era científico, sempre a par dos últimos desenvolvimentos do conhecimento humano.

Tal posição minorizava drasticamente pensadores como Robert Owen e Charles Fourier, também eles filhos do Iluminismo, nos seus esforços para alcançar um auto-governo racional da humanidade. Ainda assim constituiu um poderoso movimento retórico para traçar uma linha divisória entre o científico e o utópico.



Todavia o engajamento de Marx com a ciência e a tecnologia ultrapassava em muito a mera competição pela hegemonia no movimento socialista. Foi o primeiro a especificar de onde provinha o incrível dinamismo tecnológico do capitalismo. Enquanto economistas burgueses como Adam Smith viam a divisão do trabalho e o desenvolvimento do mercado como uma fonte inevitável de progresso económico, Marx viu as linhas fracturantes de classe subjacentes neste processo.

Ainda mais importante foi ter reconhecido a produtividade tecnológica do capitalismo como sendo uma das suas prerrogativas mais fulcrais. Sem o excedente que o capitalismo criou, o igualitarismo mais não seria do que a generalização da carência. No Manifesto Comunista, Marx foi ainda mais entusiasta nos seus elogios:

A burguesia, durante o seu domínio de parcos cem anos, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações que a precederam no seu conjunto.

Claramente Marx não era um tecnófobo. Não obstante no enfiamento desta passagem deparamo-nos com uma das mais famosas entre todos os seus escritos. Parafraseando Goethe, descreve o capital como “um feiticeiro que já não é capaz de controlar os poderes do submundo que ele próprio conjurou através dos seus encantamentos.”

Como bem denota S.S. Praver no seu “Karl Marx and World Literature”¹, a alusão de Marx contém de facto uma modificação significativa do original de Goethe. No final das contas em Goethe é o aprendiz de feiticeiro que perde o controlo, enquanto que para Marx é o próprio feiticeiro. Nenhum adulto responsável se predisporá a ordenar a balbúrdia do capital. Para Marx a produtividade e a anarquia do capitalismo estão aglutinadas no seu âmago.



A crítica de Marx ao poder destrutivo do capital no Manifesto está em linha com a sua concepção de socialismo científico. Como bom radical Iluminista, usou valores racionalistas contra o próprio sistema que os advogava como seus. Enquanto ideólogos tais como Smith ou Bentham pleiteavam que o capitalismo era a encarnação da racionalidade, fruto da eclosão da capacidade humana para

innovar, Marx via nestas declarações uma máscara dissimuladora da fundamental irracionalidade existente no âmago do sistema.

No capitalismo assistimos a crises que “em épocas anteriores, teriam parecido um absurdo - a epidemia da sobreprodução.” O sistema extrai cada vez maiores níveis de produtividade do trabalho do homem, simultaneamente essa mesma produtividade cada vez mais se afasta do controlo humano. Marx, para quem o domínio consciente do seu próprio destino era o supremo bem, via nesta contradição a chave para a queda do capitalismo

Embora se focasse nas irracionalidades sistémicas do capital, Marx estava também atento à natureza de classe das suas injustiças tecnológicas. Sob o capitalismo, o trabalhador é “diariamente

e hora após hora escravizado pela máquina,” da qual se torna num “mero apêndice,” descartável e explorado. O carácter de classe do progresso tecnológico viria a receber ainda maior atenção no “Grundrisse” e no “Capital”, onde Marx explorou em maior detalhe as consequências da mecanização e a luta de classes à qual deu azo.

O legado de Marx sobre a tecnologia é pois complexo, constituído por dois conjuntos de oposições. Em primeiro lugar devido ao seu dinamismo tecnológico, viu no capital quer a danação quer a salvação da humanidade. Recusando-se quer a aceitar ou a rejeitar simplesmente a



¹ Karl Marx and World Literature, Verso, 2011.



Frederick Taylor 1856-1915

natureza do progresso tecnológico sob o capitalismo, em vez disso Marx dissecou-a, identificando as suas forças motrizes e o seu papel potencial no processo de transformação social.

Em segundo lugar Marx debruçou-se sobre ambas as formas de irracionalidade socialmente abrangentes desencadeadas pela produtividade do capitalismo, as crises económicas e as formas específicas de dominação de classe, exemplificadas pelo impacto da mecanização nos trabalhadores.

Com efeito na temática dos debates acerca da tecnologia Marx delimitou um novo campo, este sobreviver-lhe-ia por mais de um século. A geração de socialistas após Marx falhou, redondamente, em assegurar esta posição, ao invés acabaram por tomar partido por um ou outro dos termos das contradições que ele procurara transcender.

Socialistas na era de Taylor

Os socialistas que se confrontaram com a I guerra Mundial e os seus horrores enfrentavam um mundo muito diferente daquele que Marx deixara em 1883. Nas décadas supervenientes a ciência tinha progredido com alarmante alacridade, demonstrada à saciedade pelo gás mostarda e pela metralhadora. Para além disso a natureza de classe desta mudança tinha-se

tornado cada vez mais óbvia, à medida que o Taylorismo e a gestão científica foram procurando sujeitar os próprios trabalhadores fabris a princípios similares aos usados para as suas máquinas.

A ascensão destes novos tipos de conhecimentos científicos deu azo a um grande conjunto de debates no movimento socialista. Neste espectro as posições variavam da mais absoluta rejeição ao mais extasiado dos apoios às novas tecnologias da dita eficiência. Por consequência os socialistas não souberam ater-se às conquistas teóricas e políticas de Marx, caindo num unidimensionalismo que os tornou incapazes de confrontarem os aspectos chave da sua conjuntura.

Os Industrial Workers of the World (IWW) constituíam o mais puro exemplo do impulso de rechaçamento durante a era socialista da Primeira Guerra Mundial. Aplaudida pela esquerda pela sua militância, a IWW obteve particular notoriedade por advogar actos de sabotagem. São famosas as declarações de Big Bill Haywood na Cooper Union: " Entre tudo aquilo que possamos vir a fazer nada há que vos traga tanta alegria e irrite tanto o patrão quanto uma bela dose de sabotagem no lugar e à hora certas. Informem-se. Não vos prejudicará e provocará danos ao patrão."

Por causa disto Haywood e outros esquerdistas foram expulsos do Socialist Party of America (SPA), tendo tido de organizar os Wobblies sem o respaldo de uma organização muito mais possante. Apesar de tudo, em vez de recuar a IWW expandiu o seu apadrinhamento da sabotagem, elevando-a a um patamar bem acima da mera destruição de maquinaria.

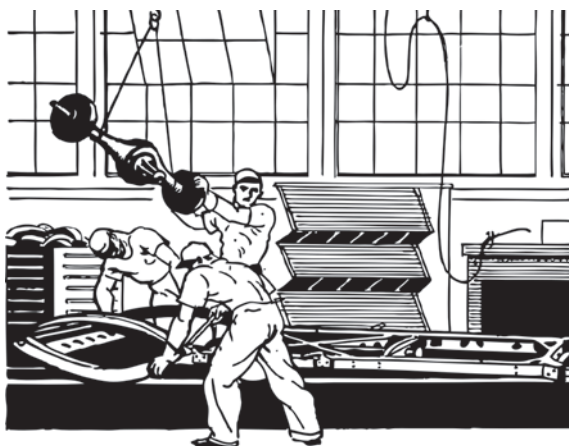
Durante a duríssima greve de 1912 na Patterson, dirigida pelos Wobblies, só foram contabilizados 25 dólares de danos nas instalações fabris. Para a IWW a sabotagem consistia numa consciente drenagem da eficiência, por todo e qualquer meio à disposição. A sabotagem baseava-se simplesmente na asserção de que aos próprios trabalhadores cabia o direito de con-



Henry Ford, 1863-1947

trolar o ritmo e o nível de esforço do seu trabalho. Num contexto Taylorista e de gestão científica isto era nada mais, nada menos, do que uma declaração de guerra contra o patronato, e os Wobblies sabiam-no. Muita da sua luta era conscientemente dirigida contra os "efficiency men," que diligentemente iam dismantelando o pouco controlo que os trabalhadores ainda tinham sob o seu posto de trabalho. A IWW reconheceu que a gestão científica do trabalho, que englobava desde estudos sobre a temporização e o ritmo até à implementação da linha de produção, representava um desastre para a classe trabalhadora, e por isso mesmo lutava contra ela.

William English Walling, um socialista da ala esquerda e apoiante dos Wobblies, afirmou: "À medida que os métodos científicos visando o aumento da eficiência vão sendo aplicados na indústria uma das melhores e mais naturais armas dos trabalhadores é o desenvolvimento científico de métodos para interferir com essa eficiência." Para os Wobblies o objectivo era sabotar a engrenagem do progresso, literalmente se necessário. A luta dos Wobblies contra a Taylorização era decerto completamente justificada. Contudo devido à sua rejeição imobilista da mudança tecnológica viriam a comprometer partes dessa mesma luta. Nisto, como em muitas outras coisas, A IWW preocupava-se mais em destruir a ordem vigente do que em construir uma nova. O seu ultra esquerdismo, manifestado pelo seu absoluto desinteresse em, fosse sob que circunstância fosse, alguma vez assinar um acordo com o patronato, impediu-os totalmente de proceder a uma retirada táctica, quando necessário. E se esta é sempre uma manobra importante para os trabalhadores, que geralmente estão em desvantagem face ao capital, é particularmente crucial na luta pela drenagem da eficiência. No final das contas, se os trabalhadores forem demasiado bem-sucedidos nesta drena-



gem os seus empregadores serão simplesmente arruinados por companhias que conseguiram dominar os seus trabalhadores de forma mais eficaz. Em tais situações a capacidade de negociar uma retirada temporária que preserve o poder da classe é crucial, e a negligência dos Wobblies face ao impulso pró-tecnológico presente no legado socialista impediu-os de o fazer. Nesta situação, tal como de ordinário

nos esforços da IWW, uma simples rejeição das exigências do capital provou ser insuficiente para lhes levar a melhor.

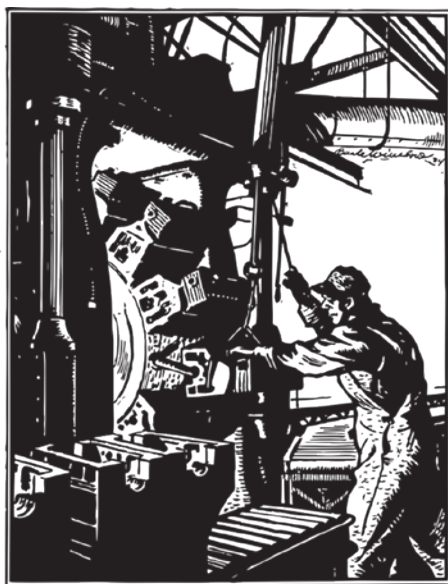
Na Rússia Soviética

Os primórdios da União Soviética viriam a assistir a um debate muito mais vívido sobre os princípios da gestão científica. Antes da revolução Vladimir Lenine tinha expressado uma atitude ambivalente em relação ao Taylorismo. Num artigo de 1914, "O Sistema Taylor – A Escravidão do Homem pela Máquina," não dirigiu apenas invectivas contra o barbarismo do sistema, cogitou igualmente nas suas implicações para a construção do socialismo.

Lenine era claro quanto ao conteúdo de classe do Taylorismo. Num artigo anterior sobre o assunto declarara "os avanços nas esferas da tecnologia e da ciência

na sociedade capitalista não são senão avanços na extorsão do suor." No "Sistema Taylor", assinalou que os ganhos obtidos em eficiência pela gestão científica jamais tinham chegado aos trabalhadores, antes lhes tinham trazido apenas excesso de trabalho e desemprego.

Contudo o que chamou a atenção de Lenine sobre o Taylorismo foi simultaneamente a produtividade que prometia e o desperdício que gerava. Realçou com desapontamento que "esta racional e eficiente distribuição do trabalho está confinada a cada fábrica," enquanto a economia no seu conjunto continuava a ser regida pela anarquia do mercado.





Lenine ansiava pelo dia em que os trabalhadores viessem a controlar o sistema económico, e asseverou que estes seriam "capazes de aplicar estes princípios de distribuição pertinente do trabalho social quando este último for libertado da escravidão a que o capital o sujeita." Para Lenine, o Taylorismo era bárbaro na sua forma hodierna, mas facilmente poderia ser reimplantado pelos trabalhadores numa sociedade socialista.

Depois da revolução de Outubro, os bolcheviques aplicaram estas ideias. Num país brutalizado por conflitos imperialistas, seguidos de guerras civis, a questão da produtividade laboral era bem mais urgente do que nas análises pré-guerra de Lenine. No Taylorismo, Lenine e outros bolcheviques proeminentes viram uma potencial solução para o problema da escassez. Contrataram especialistas dos Estados Unidos e puseram mãos à obra para transformar o mundo do trabalho soviético.

A discussão acerca do Taylorismo no partido Bolchevique cedo desembocou num debate com duas alas principais. A primeira, à volta de Alexei Gastev, entusiástica acerca do potencial que teria a aplicação de estudos sobre o tempo e o ritmo aos trabalhadores russos, tendo-se dedicado a organizar laboratórios para os conduzir. Um segundo grupo, ainda comprometido com a eficiência na produção, mas menos enamorado das pretensões científicas do Taylorismo, viria eventualmente a formar uma organização auto-apelidada Liga Vremya - a Liga do Tempo. Estes dois grupos viriam a esgrimir argumentos durante os primeiros anos da União Soviética.

Gastev assegurava que as técnicas de gestão científica tinham muito a oferecer aos trabalhadores russos. Para além de elevarem o nível de vida, a reorganização científica da fábrica era objectivamente do interesse dos trabalhadores. Perante a escolha entre uma fábrica caótica e uma organizada, eficientemente, Gastev não tinha dúvida alguma sobre qual destas recairia a escolha dos trabalhadores. A propaganda e a agitação, em prol do Taylorismo Soviético poderia fazer-se, em grande parte, através do exemplo demonstrativo.

Por outro lado os opositores de Gastev eram muito mais cépticos acerca do que o taylorismo tinha para oferecer à construção do socialismo. Em vez de reformular as acções dos trabalhadores em linhas mais eficientes, punham a ênfase na automação dos trabalhos indesejáveis. A Liga Vremya rejeitava a estreiteza do Taylorismo no seu engajamento pela eficiência. Não se tratava de simplesmente reorganizar o lugar de trabalho, queriam que o Partido Comunista liderasse um combate pela reorganização de toda a sociedade em linhas mais eficientes.

Propostas para este fim incluíam a substituição de linguagem imprecisa como "talvez" ou "deia por onde der" por "cálculos precisos" ou "um plano bem estruturado" e a limitação da duração dos discursos nas assembleias. A Liga Vremya procurou difundir a paixão pela eficiência por toda a classe trabalhadora russa através de meios de agitação e propaganda. Esta via no laboratório de Gastev o baluarte do "barbarismo cronometrado."

No final das contas o Taylorismo não foi implantado de qualquer forma sistemática na Rússia revolucionária, embora isto se ficasse menos a dever a uma oposição organizada do que ao caos e privações da sociedade pós revolucionária. Mais tarde, na URSS de Estaline, os funcionários estatais soviéticos enviam grandes esforços para aumentar a produção laboral. Note-se, contudo, que tais esforços se apoiavam menos no redesenho Taylorista e mais na exor-





tação moral. O movimento Stakhanovista, que procurou convencer os trabalhadores a seguir o exemplo de um mineiro do carvão, que tinha registado novos recordes de produtividade é representativo desta tendência.

Não obstante o debate acerca do Taylorismo nos primórdios do estado soviético é testemunha do predomínio dos cuidados com a eficiência nas discussões soviéticas sobre a gestão científica. A angústia e a fragilidade da sociedade soviética sem dúvida que contribuíram para estas preocupações, mas como demonstram os apontamentos pré-guerra de Lenine existia uma profunda fascinação pelas potencialidades do Taylorismo no pensamento bolchevique. Embora atentos quer às irracionalidades sistémicas do capitalismo quer à necessidade de progresso tecnológico para uma reorganização socialista da sociedade, os escritores soviéticos permaneceram comparativamente alheios da natureza de classe do Taylorismo.

O Romance Fordista de Gramsci

O mais encomiástico apoio de um socialista ao Taylorismo, na era da I Guerra Mundial, não proveio, todavia, do leque dirigente do novo estado soviético, mas duma cela de prisão. António Gramsci, escrevendo duma prisão fascista, era um entusiasta das pers-

pectivas de transformação social abertas por aquilo a que chamava Fordismo.

Preocupado, como sempre, com o relativo atraso da Itália, Gramsci via no Fordismo uma ameaça às camadas retrógradas e parasitárias da sociedade italiana. O fordismo representava os impulsos mais modernizadores da sociedade capitalista. De facto Gramsci pensava que o Fordismo era um tal avanço que não tinha a certeza de que este pudesse ser ultimado num sistema capitalista: talvez apenas o socialismo pudesse consumir o seu desenvolvimento. Gramsci acreditava que o Fordismo requeria a metamorfose da classe trabalhadora para que esta se pudesse adaptar aos novos métodos de produção industrial. Afirmava que a indústria moderna exigia "uma disciplina rigorosa dos instintos sexuais (ao nível do sistema nervoso) e com esta um reforço da 'família'... e da regulação e estabilidade das relações sexuais."

Sejamos claros, Gramsci pensava que esta repressão dos instintos sexuais - a que chamou, noutra passagem, uma luta "contra o elemento de 'animalidade' no homem" - era uma coisa boa. A classe trabalhadora era ameaçada, e sentia-se nauseada, pelo "libertinismo" da classe média, a qual não se conseguia remodelar tendo em conta os requerimentos da sociedade industrial.

A Proibição nos Estados Unidos era um dos aspectos da criação do novo homem industrial, e Gramsci advogou, de forma bastante implausível, que a classe trabalhadora americana era a favor da Proibição mas que era desestabilizada pelos contrabandistas de bebidas alcoólicas da classe média.

Tal não quer dizer que Gramsci não fosse crítico do Fordismo. Mas as suas críticas derivavam quase inteiramente da implementação do sistema numa sociedade de classes. No capitalismo, a reconstrução do homem industrial tornada indispensável pelas modernas técnicas de produção apenas poderia ter se, tanto, um parco sucesso, uma vez que era sempre imposta aos trabalhadores de forma coerciva, pelo lado de fora. Gramsci argumentava que o Fordismo apenas poderia completar-se quando a classe trabalhadora tomasse o poder, adaptando-se por escolha consciente aos requerimentos do Fordismo.

Na mente de Gramsci, as preocupações com a eficiência acabaram por dominar as concepções de mudança social. Em vez de a tecnologia tornar possível o socialismo, a transformação socialista tornou-se num simples meio para libertar as forças de produção. É claro que houve sempre apontamentos deste teor em Marx. Mas nos encômios de Gramsci ao homem industrial e à disciplina sexual, estes ascendem ao cerne da promessa socialista.

Gramsci e outros socialistas durante os princípios do século vinte mostraram-se incapazes de se ater à nuance de Marx face ao dinamismo tecnológico do capital. Não os devemos julgar muito severamente por causa disto. Entre os desafios da construção socialista e uma prisão fascista, estes revolucionários viram-se confrontados com as contradições sociais da ciência e da tecnologia de forma muito mais aguda do que Marx alguma vez enfrentou. Mas temos de ter consciência de onde ficaram aquém do desejado para podermos fazer melhor na próxima vez.

A Nova esquerda e as Máquinas

A Nova esquerda nos anos sessenta e setenta, embora nunca tenha levado a cabo lutas da magnitude das de Lenine e Gramsci, saiu-se melhor na subsistência da fidelidade às complicadas análises de Marx sob a dinâmica da tecnologia no capitalismo. Há duas linhas de análise em particular que podem ser úteis aos radicais que hoje em dia se debruçam sobre a tecnologia: "Labor and Monopoly Capital"² de Harry Braverman e os esforços agitacionais do socialista britânico Chris Harman sobre a temática da computadorização.

Braverman foi um trotskista Americano que após um longo período como trabalhador metalúrgico acabou por se tornar no director executivo da Monthly Re-



² Labour and Monopoly Capital, Monthly Review Press, 1998.

view Press, braço editorial da venerável revista socialista. Nessa altura, escreveu "Labor and Monopoly Capital", baseado na sua própria experiência no local de trabalho e num extensivo estudo das teorias de gestão de Frederick Winslow Taylor a Peter F. Drucker.

Braverman concluiu que o Taylorismo estava no cerne das modernas práticas de gestão laboral. Mas o que queria dizer com Taylorismo era muito diferente daquilo a que a maioria das pessoas o associava. Na cultura popular, tal como na esquerda, o que mais se evidenciou no Taylorismo foi a sua obsessão pelas melhores práticas e pela eficiência. O cronómetro simbolizou esta versão do Taylorismo: uma prática de reformatação do processo laboral para o tornar mais eficiente.

Braverman argumentou que a esta perspectiva faltava em absoluto o conteúdo de classe do Taylorismo, o qual era em si mesmo essencial para a compreensão da globalidade do projecto. O taylorismo, argumentou ele, não era uma prática abstrata para aumentar a eficiência laboral, mas antes um exercício de gestão da

mão-de-obra assalariada numa sociedade capitalista. Examinando o extensivo trabalho de Taylor, Braverman concluiu que o Taylorismo podia ser reduzido a três princípios essenciais.

Primeiro: dissociação do processo laboral das aptidões dos trabalhadores. Isto significava redesenhar o processo laboral para que este não ficasse dependente das competências dos trabalhadores. Nos finais do século dezanove muita da produção industrial estava dependente de trabalhadores especializados, cujo conhecimento do processo de produção muitas vezes excedia largamente o do patronato; Taylor viu que isto dava uma enorme vantagem aos trabalhadores sobre o seu empregador na luta pelo controlo do ritmo de produção.

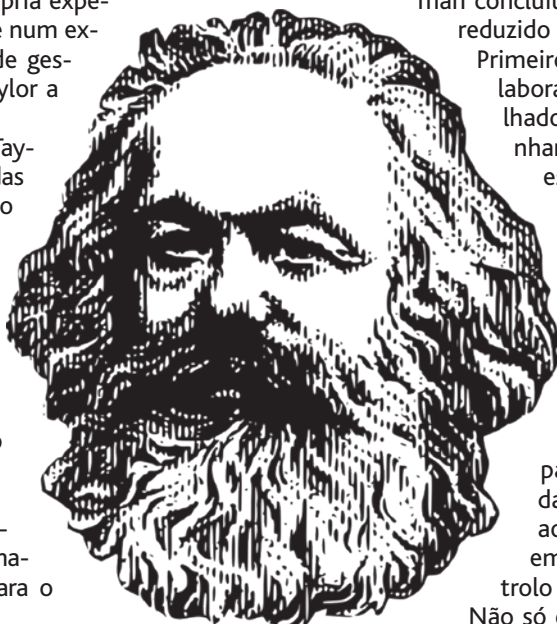
Não só os capitalistas não poderiam estatuir sobre técnicas em que eram ig-

norantes, como não estavam igualmente em posição de julgar os trabalhadores quando estes lhes diziam que o processo simplesmente não podia ir mais depressa. O trabalho teria que ser redesenhado para que o patronato não dependesse dos seus trabalhadores no que ao conhecimento do processo de produção dizia respeito.

A situação tinha que ser revertida. Braverman chamou a este segundo princípio separação das fases de concepção e execução. Anteriormente os trabalhadores gizavam muito do processo laboral por si mesmos, decidindo quando e quão depressa levariam a cabo várias tarefas.

Taylor argumentava que também isto enfraquecia o patronato face aos seus empregados. O processo laboral nunca poderia ser racionalizado enquanto os trabalhadores detivessem o controlo sob o seu delineamento. Os trabalhadores jamais esboçariam um processo a ser executado por sete trabalhadores quando já o é por oito. Este tipo de mudança, obviamente, é o que a gestão procura de forma contínua. Para a conseguir na empresa o planeamento teria que ser separado da execução.

Esta separação permitiu o aparecimento do último princípio da gestão científica – o aproveitamento pela gerência do seu monopólio de conhecimento e controlo sobre a produção para redesenhar todos os aspectos do processo laboral. A partir do momento em que a entidade gestonária tenha dissociado a produção das competências e separado a





concepção da execução, ficará numa posição que lhe permitirá testar todos e cada um dos momentos do processo de produção, levá-lo para além dos seus limites e ver aonde é que pode obrigar os trabalhadores a produzir ainda mais.

O desapareço pelo trabalho que este processo inelutavelmente produziu foi mais uma benesse para os empregadores no panorama mais alargado da luta de classes, uma vez que facilitou em muito o uso de fura-greves. Era muito mais fácil encontrar amarelos capazes de carregar em botões numa linha de produção do que encontrar trabalhadores com as altas qualificações dos finais do século XIX.

Com estes três princípios Braverman restaurou a ênfase de Marx nas implicações de classe da tecnologia numa sociedade capitalista. A gestão científica não era uma técnica neutral para melhorar a eficiência, antes um esquema para controlar o trabalho na sua luta contra o capital. A falha de apreciação neste ponto é clara nas discussões sobre o Taylorismo e o Fordismo de Lenine e Gramsci, e leva de forma muito directa às conclusões unidimensionais a que chegaram acerca da aplicabilidade das técnicas Tayloristas numa sociedade pós-capitalista.

Braverman tem sido muitas vezes injustamente acusado de negligenciar a actuação [reactiva] dos trabalhadores no seu relato. Tal crítica ilude o seu objectivo, o qual pressupõe que os trabalhadores resistirão às imposições do capital sobre si e investiga o modo como o capital tenta ultrapassar esta resistência. Não obstante, é verdade que deixou de fora da obra preocupações mais agitacionais.

Estas viriam a desenvolver-se do outro lado do Atlântico, quase em simultâneo com a publicação de "Labor and Monopoly Capital". Em 1979, a classe trabalhadora britânica defrontava-se nitidamente com o princípio de uma fase de declínio. A onda de greves que atingira o pico em 1974, derrubando um governo conservador, tinha retrocedido velozmente e Margaret Thatcher preparava-se para iniciar a sua ofensiva de classe.

Sem surpresa, os empregadores ao olharem para os anos de luta que tinham experienciado voltaram-se para a mecanização e a computadorização. Uma maneira de lidar com a volatilidade dos encargos salariais era desviar o investimento dos trabalhadores para as máquinas. Isto coincidiu com o desenvolvimento de tecnologia computadorizada capaz de ser lucrativamente utilizada num ambiente de escritório. Como tal muito do debate centrou-se sobre a perda de postos de trabalho por parte de muitos trabalhadores de escritório no Reino Unido, que há data eram na sua grande maioria sindicalizados.

Foi neste contexto que o já falecido socialista britânico Chris Harman escreveu um panfleto intitulado "Is a Machine After Your Job?" Harman era um líder do Socialist Workers Party, o qual na altura tinha uma base trabalhista em resultado do seu trabalho no movimento dos representantes sindicais.

Para os socialistas americanos contemporâneos, os grupos radicais estão, quase por definição, isolados da classe trabalhadora, mas na Grã-Bretanha dos anos 70, as agendas dos grupos socialistas eram efectivamente levadas à prática por quadros e apoiantes



em locais de trabalho por todo o país. O panfleto de Harman era um esforço para providenciar uma orientação estratégica para militantes trabalhistas que procuravam ajustar-se a um período de retirada. No que nos diz respeito o aspecto mais importante do panfleto é "What to Fight For". Para Harman o tema-chave era a preservação do controlo dos trabalhadores no local de trabalho. Ele próprio o disse: "O que estamos a pôr em causa não é a tecnologia mas o controlo dessa mesma tecnologia por administrações empenhadas na obtenção de lucro."

A estratégia que delineou tinha mais nuances do que a da IWW. Em vez de simplesmente se oporem a qualquer tentativa para introduzir uma maior mecanização no local de trabalho, encorajou os trabalhadores a apensarem uma série de requisitos aos esforços racionalizadores das administrações, cada um dos quais destinado a preservar o poder da classe trabalhadora. Incluíam exigências tais como:

- Interdição do uso de tecnologia para medir a velocidade e o desempenho de trabalhadores individuais;
- Envolvimento na discussão de todos os trabalhadores que pudessem vir a ser afectados, directa ou indirectamente, pela mudança tecnológica;
- Não discriminação dos trabalhadores incapazes de se ajustarem à nova tecnologia;
- Não aproveitamento da atrição natural para aumentar a cadência tecnológica;
- Garantias escritas por parte da gerência garantindo a não introdução de nova tecnologia sem acordo prévio dos membros do sindicato.

Todas elas conformavam uma estratégia para os trabalhadores, que embora aceitando a mudança tecnológica no local de trabalho estava resolutamente engajada no seu redireccionamento para itinerários que não acabassem por desgastar o poder da classe trabalhadora na área fabril.

Harman queria particularmente diferenciar a estratégia que propunha da avançada pela direcção sindical, a qual simplesmente pedia garantias contra os layoffs. Esta estratégia, contudo, acabou por permitir uma dissolução mais gradual do poder sindical.

Qualquer negócio sofre num dado ano um certo grau de rotatividade do pessoal, e pelo simples facto de não substituírem as pessoas que saíram voluntariamente os empregadores conseguiram impor uma maior carga de trabalho aos trabalhadores restantes sem sequer terem de despedir ninguém. Estratégias sindicais que apenas se focaram na manutenção do emprego e nos níveis salariais, deixando de desafiar o poder gestor, permitiram que os empregadores atingissem os seus objectivos através de uma espécie de variante em vez de o fazer por uma reestruturação activa.

Para Harman o objectivo ideal de qualquer mobilização sindical sobre a tecnologia não era o de um mero acordo acerca dos assuntos em cima da mesa, mas antes o posicionamento dos trabalhadores para que pudessem ser ainda mais fortes na próxima confrontação. Tal como a análise de Braverman esta perspectiva apontava para uma mais profunda compreensão dos motivos do capital na introdução da tecnologia do que a que Lenine ou Gramsci evidenciaram.



Ao mesmo tempo o seu foco na prossecução de acordos com as administrações permitindo o continuar da racionalização, mas sob a premissa de poder resguardar o poder da classe trabalhadora oferece muito mais estrategicamente do que uma rejeição em bloco da mudança tecnológica no local de trabalho.

Desligando o Capital

Para os radicais que hoje se debatem com a tecnologia capitalista e os seus ideólogos, Braverman e Harman têm muito a oferecer. Em vez de verem a dominação inscrita nas formas tecnológicas, como alguns radicais contemporâneos parecem inclinados a fazer, Braverman e Harman desenvolveram as suas abordagens à tecnologia baseadas no contexto de classe em que esta é implementada.

Controlados pelos capitalistas os avanços tecnológicos são, como disse Lenine, avanços na extorsão de suor. Mas tal não esgota de todo as possibilidades do avanço tecnológico, que como Lenine e Marx viram, pode prometer a emancipação do trabalho, embora hoje tenha o efeito contrário.

As suas análises sugerem alguns pontos de orientação para as lutas sobre a temática tecnológica de hoje em dia. Acima de tudo a questão de preservar e aumentar o poder da classe trabalhadora dentro do local de trabalho deverá ocupar um lugar central nessas lutas.

Essencialmente tal sugere que abordagens à tecnologia que se focam primordialmente em preocupa-

ções distributivas não são suficientes. Garantias de emprego ou até de salários e benefícios perante a mudança tecnológica simplesmente não bastam; O poder de classe dos empregadores é tal que acordos como estes podem muito facilmente ser compatíveis com a destruição do poder da classe trabalhadora na área fabril. O capital não tem a mais das vezes qualquer problema em preservar os benefícios da actual geração de trabalhadores, ao mesmo tempo que se assegura de que a próxima nunca terá acesso a eles.

Esta perspectiva é particularmente importante hoje em dia, uma vez que o processo de reconstrução do poder da classe trabalhadora em todo mundo capitalista será indubitavelmente longo. Os capitalistas vão continuar a introduzir novas tecnologias que só deteriorarão ainda mais as condições de trabalho, e num futuro previsível o reinado tecnocrático dos especialistas em eficiência e dos disruptores do status-quo prosseguirá, com todas as ideologias patológicas que trazem consigo.

A teorização de Marx sobre as múltiplas faces da tecnologia no capitalismo será crucial para o entendimento destes processos. Mas mudar realmente a situação requererá que se formule uma estratégia para organizar os trabalhadores e revidar.

Paul Heideman é doutorado em Estudos Americanos pela Universidade de Rutgers–Newark



Eduard Bernstein

Eduard Bernstein nasceu em Berlim, Alemanha, a 6 de Janeiro de 1850. Filho de pais judeus, o seu progenitor era engenheiro ferroviário.

Bernstein trabalhou como funcionário bancário e, em 1872, filiou-se no Partido Social Democrata (SPD). Nas eleições legislativas alemãs de 1877 o SPD elegeu 12 deputados. Tal preocupou Otto von Bismarck, como tal em 1878 o mesmo criou uma lei anti-socialista que interditou todas as publicações e reuniões do partido.

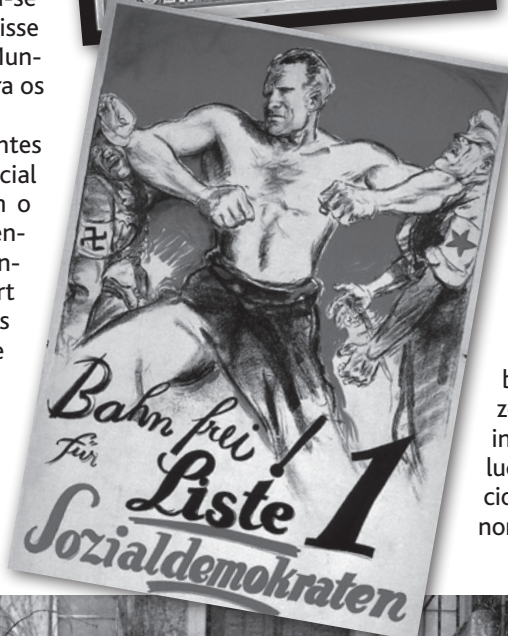
Após a aprovação da lei anti-socialista Bernstein emigrou para a Suíça, tornando-se editor da revista socialista clandestina *Der Sozialdemokrat* [O Social-Democrata]. Após a sua expulsão da Suíça, o mesmo trasladou-se para a Inglaterra onde trabalhou em grande proximidade com Frederick Engels e com militantes da Sociedade Fabiana.

Enquanto residia em Londres, Bernstein gradualmente convenceu-se de que as melhores vias para o triunfo

do socialismo num país industrializado era o activismo sindicalista e a política parlamentar. Publicou uma série de artigos nos quais defendia que as previsões efectuadas por Karl Marx quanto ao desenvolvimento do capitalismo não se tinham concretizado. Realçava que o ordenado real dos trabalhadores tinha aumentado e que a polarização das classes entre os capitalistas e os proletários oprimidos não se tinha concretizado. E que de igual modo o capital também não se tinha acumulado nas mãos de uns poucos.

A opinião revisionista de Bernstein foi publicada numa obra extremamente influente, "Socialismo Evolutivo" (1899). A sua análise do capitalismo moderno minava as afirmações de que o marxismo seria uma ciência e irritou revolucionários de topo, tais como Vladimir Lenine e Leon Trotsky.

Em 1901, Bernstein regressa à Alemanha. Tal colocou-o em conflito com a ala de esquerda do Partido Social-Democrata, que rejeitava a sua visão revisionista quanto à obtenção do socialismo. Esta incluía personalidades como August Bebel, Karl Kautsky, Clara Zetkin, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, que acreditavam ainda ser possível levar a cabo a revolução marxista. Bernstein foi eleito para o Reichstag (1902-1906 e 1912-1918), onde liderou a ala de direita do Partido Social-Democrata. Contudo, alinhou-se com a esquerda no que disse respeito à Primeira Guerra Mundial e, em 1915, votou contra os créditos de guerra. Em Abril de 1917 os militantes de esquerda do Partido Social Democrata (SPD) fundavam o Partido Socialista Independente. Entre estes militantes encontravam-se Bernstein, Kurt Eisner, Karl Kautsky, Julius Leber, Rudolf Breitscheid e Rudolf Hilferding. Após a guerra uniu-se à liderança do Partido Social-Democrata na condenação da Revolução Alemã. No governo constituído por Friedrich Ebert, Bernstein ocupou o cargo de secretário de Estado da Economia e Finanças. Eleito para o Reichstag em 1920, Bernstein opôs-se bravamente à ascensão da extrema-direita e pronunciou inúmeros discursos contra Adolf Hitler e o Partido Nazi. Sidney Hook encontrou-se com Bernstein em 1928 e na



sua autobiografia, "Out of Step: An Unquiet Life in the 20th Century" (1987), recordou uma conversa sobre Eleanor Marx e Edward Aveling: "enveredei vários esforços para conseguir encontrar-me com Eduard Bernstein, o famoso revisionista de Marx, então já reformado. A sua figura e visão, na perspectiva de já ter passado meio século desde a morte de Marx, tinha crescido imenso. O encontro foi-me negado várias vezes e quando finalmente o conheci, compreendi porquê. Padeceu com o estado mais avançado da arteriosclerose e estava acompanhado de uma enfermeira. Inicialmente pareceu relutante em falar acerca das suas reminiscências de Marx, mas ao longo da nossa conversa, para minha mortificação, estava ansioso por descrever o seu primeiro dia de escola, acerca do qual tinha recordações extremamente vívidas. Continuei a tentar desviar o tópico para vários episódios acerca da vida de Marx e alguns dos resquícios literários de Marx, os quais Engels confiara a Bernstein. Os seus modos eram benignos e afáveis. Só por duas vezes perdeu a compostura e explodiu intempestivamente com uma súbita lucidez. A primeira foi quando mencionei Edward Aveling, por quem Eleanor Marx, a filha mais nova de Marx, se enamorara e que fora a causa do seu suicídio. Bernstein ergueu-se da cadeira com o rosto ruborizado e agitado com igual tom de voz denunciou-o como um patife. Contudo, não conseguiu obter um relato muito coerente acerca da infâmia de Aveling." Eduard Bernstein faleceu em Berlim a 18 de Dezembro de 1932.



ITALIA O pavio populista e o BARRIL europeu

Adiei propositadamente pronunciar-me sobre a aliança dos extremos populistas em Itália, pessoalmente não me chocou uma vez que desde as Eleições Europeias que tenho vindo a acompanhar as alianças e acordos pontuais efectuados nos corredores do Parlamento Europeu pelas várias forças populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita.

Sempre me ocorreu que estes acordos decorriam graças à segurança dos muros de Bruxelas e Estrasburgo, onde os populistas de ambos os lados podem negociar resguardados da fiscalização do seu eleitorado natu-

ral. Alguns destes acordos foram menos pontuais que outros dado que permitiram a criação de vários grupos parlamentares e partidos europeus e produziram estranhas alianças que um dia espero relatar em livro.



Resumindo, que os populistas de esquerda e de direita se entendam não me chocou e não é nada de novo para aqueles que, como eu, já se aperceberam que actualmente os eurodeputados são muito mais relevantes para as políticas nacionais de cada Estado membro da União Europeia do que as eleições nacionais, algo que os partidos portugueses ainda teimam em ignorar uma vez que uma quota parte dos nossos eurodeputados é seleccionado pelos aparelhos para afastar vozes dissonantes do território nacional e não pelas suas qualidades e fidelidade ao projecto europeu. Há muito que denuncio esta realidade, seja na blogosfera ou nos jornais por onde passei anteriormente, as Europeias actualmente são as eleições mais importantes para todas as nações e povos europeus! Antes de avançar creio que seria de bom tom afirmar primeiro algumas balizas quanto ao meu posicionamento ideológico em relação à União Europeia: sou um convicto federalista europeu, é uma bandeira que assumo há muitos anos e cuja convicção devo em grande parte ao posicionamento público e aos escritos do meu conterrâneo José Medeiros Ferreira, cujo obituário e elogio fúnebre tive o desprazer de redigir para o semanário "O Diabo" em Março de 2014. A meu ver a União Europeia já se devia ter consolidado

poucos anos após a criação do Euro em uma autêntica Federação (os "temidos" Estados Unidos da Europa) e nem lhe era preciso alterar o nome. Com um governo europeu, uma política económica de âmbito continental, a criação de um Senado Europeu e de um Ordenado Mínimo Europeu conjugados com uma política externa própria não teríamos chegado ao actual desastre. Mas por interesses alheios aos povos e às nações europeias tal não aconteceu e agora há que lidar com a realidade que se nos apresenta: em vez de uma Europa Federal, temos já uma Europa em desagregação, com Estados como o Reino Unido a desvincularem-se e bolsas de resistência social e nacional a surgirem eleitoralmente em praticamente todos os países, com a excepção de Portugal. O processo de integração europeia estagnou-se de tal modo que perdemos a oportunidade de consolidar uma Turquia europeia e laica em vez do actual espectro islamita de laivos fascistas na qual a tornou Erdogan. Cimentada acima a minha opinião e posicionamento ideológico pessoais, socialista, libertário e federalista europeu caso não tenha ficado suficientemente claro, debruçemo-nos agora sobre a crise política italiana na qual além dos populistas de direita da Liga e de esquerda do Movimento 5 Estrelas terem consegui-



do atingir um acordo histórico para formar governo (está no seu direito, goste-se ou não o voto popular é soberano e em democracia há que aceitar posições e opiniões que nos são antagónicas) tal de nada serviu uma vez que o Presidente de Itália preferiu levar a cabo uma espécie de golpe de Estado, recusar o governo que lhe foi proposto e, pela segunda vez na história recente da Itália, impor um primeiro-ministro tecnocrata europeu, desta vez ligado ao Fundo Monetário Internacional.

A vacina italiana?

Ora bem, como se atrasou a integração europeia ao ponto de surgirem estes sintomas claros de desagregação agora optou-se por uma emenda pior que o soneto e, na mentalidade do eleitorado italiano, confirmou-se aquilo que os populistas eurocépticos sempre propagandaram: a União Europeia é uma força externa que nos é imposta de forma tirânica. Tal significa que se nestas Legislativas a Liga e o Movimento 5 Estrelas já conseguiram a maioria necessária para governar, nas próximas uma destas duas forças irá obter uma maioria absoluta ou, no pior dos casos, ambas saem reforçadas e apresentam o mesmo acordo, primeiro-ministro e ministros que agora... e então? Terá o Presidente a coragem anti-democrática de, uma vez mais, lhes recusar o poder?

O mais curioso de tudo isto é que o governo Liga/Movimento 5 Estrelas bem pode moldar o futuro da Europa, quer resulte quer não. Como? Referi anteriormente que desde 2014 que acompanho as alianças, moções e votos dos eurodeputados populistas, é algo ao alcance de qualquer estudioso ou curioso pois o Parlamento Europeu e algumas ONG disponibilizam gratuitamente várias ferramentas virtuais que nos permitem escrutinar as andanças dos eurodeputados. Quem o tenha efectuado verá que, salvo os casos fracturantes como o aborto e os direitos das minorias, os populistas europeus tendem a apresentar moções e a defender posicionamentos semelhantes em questões económicas e de relações internacionais.

Em Espanha o Ciudadanos (populistas de direita) e o Podemos (populistas de esquerda) já surgem nas sondagens como cativando maior simpatia eleitoral que o PSOE e o Partido Popular! Nas eleições francesas que colocaram a Frente Nacional de Marine Le Pen (populista de direita) em segundo lugar, o "Le Monde Diplomatique" deu-se ao trabalho de comparar o programa desta com o da França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon (populista de esquerda) para concluir que tinham mais semelhanças que dissonâncias, inclusivamente em questões delicadas como os refugiados sírios! Estamos a falar de partidos que

em Portugal obtiveram simpatias do Partido Nacional Renovador (caso de Le Pen) e do Bloco de Esquerda (caso de Mélenchon).

Os partidos acima podem muito bem aliar-se e constituir maiorias absolutas nos seus respectivos parlamentos. E estamos a descurar outro gigante, a Alemanha! Sim, os eurodeputados populistas alemães não raras vezes têm colaborado – mormente em questões de política externa, mas tal pode expandir-se. Refiro-me à Alternativa Para a Alemanha (populista de direita) e ao A Esquerda (populista de esquerda). Aliás, a aliança entre populistas não é nova e já aconteceu na Grécia ao abrigo do silêncio da comunicação social de massas. Em Portugal, que me ocorra, só Ricardo



Araújo Pereira se atreveu a mencionar isto no decorrer de uma entrevista com Catarina Martins, onde provocativamente perguntou se em Portugal um dia veríamos um governo BE e PNR como o governo Syriza (populista de esquerda) e Gregos Independentes (populista de direita), que o BE então apoiava!

Portanto, um governo Liga/Movimento 5 Estrelas em Itália arrisca-se a ser ou um modelo a seguir caso prove ser um sucesso de crescimento económico e de qualidade de vida para o eleitorado italiano ou, pelo contrário, se correr mal, pode bem ser a vacina que irá salvar o Projecto Europeu, pois se falhar e os italianos após um governo popu-

lista se virem piores do que estão é certo que os restantes populistas europeus manterão as suas alianças no resguardo dos corredores do Parlamento Europeu e não tentarão repetir o modelo italiano nos seus respectivos países.

A meu ver a única solução passa pela revitalização da esquerda democrática e europeísta, pelo Labour de Jeremy Corbyn (a ponderar rebater o Brexit), pelo PS de António Costa (a aliar-se à esquerda e abandonando o centrão que por pouco não tornava o PS em mera ala esquerda do centro-direita), pelo PSOE (que conseguiu agora aliar-se ao Podemos na moção de censura ao governo de direita), por um SPD alemão e um PS francês mais disponíveis à esquerda e menos próximos do sistema da direita subserviente a interesses que são alheios aos direitos e ao bem estar dos seus respectivos povos. Conseguiremos?

Flávio Gonçalves
@flagoncalv



Aos que se deixaram inebriar pela ideia de uma ditadura que se aproxima do Brasil



Vários cronistas brasileiros, e sobretudo estrangeiros, deixaram-se tomar pela perspectiva de que a eleição de qualquer um dos atuais presidentiáveis, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, coloca em xeque nossa democracia, o primeiro por seu caráter de extrema direita, o segundo por sua vinculação com um partido cuja pretensão seria a de ocupar para sempre o poder da nação.

Conforme penso tais opiniões estão completamente erradas e caracterizam-se por imensa ignorância de nosso momento histórico e desconsideração de elementos nacionais de ordem política e administrativa que barrariam de pronto qualquer iniciativa do presidente eleito visando ao estabelecimento de uma nova ordem nacional a qual viesse a colocar em xeque a constituição vigente.

Tal alarmismo, deletério por si só, relembra um passado negativo semeado de golpes, desconsidera um

presente fortemente embasado em instituições que têm demonstrado alta consistência e despreza um futuro de novo tipo decorrente de novas atitudes assumidas tanto pelas referidas instituições como pela população a qual se posiciona contrária aos governos e partidos que mancharam definitivamente seu passado largamente semeado pela corrupção.

Vejamos, pois, alguns argumentos nos quais lastreiam-se minhas opiniões.

1. Como demonstrado pelo impeachment de Fer-



nando Collor e de Dilma Rousseff o poder Legislativo tem sido obedecido e suas deliberações não sofreram ataques frontais de nenhuma outra instituição ou da população brasileira.

2. Nosso poder Judiciário, juntamente com órgãos a ele vinculados como o Supremo Tribunal Federal e a Operação Lava Jato, ganhou uma força com a qual jamais contou no correr de nossa história. Ademais, o julgamento e a condenação de líderes políticos ou partidários é aceita e prestigiada pela imensa maioria tanto de nossos compatriotas como das mais variadas entidades atuantes em nossa sociedade.

3. Tenha-se presente que compondo o conjunto das corporações citadas acima encontram-se organismos legalmente existentes como, por exemplo, a OAB e demais associações de classe como sindicatos às quais juntam-se meras agremiações populares de assistência social assim como organizações não governamentais da mais variada ordem.

4. Uma parcela expressiva dos próprios membros do corpo militar brasileiro parece entender que a ditadura instituída em 1964 representou um desvio das efetivas funções constitucionais às quais devem submeter-se nossas

forças armadas. Estas lembranças do aludido desvio atuam, a nosso juízo, de sorte a fazer com que a constituição seja respeitada e defendida por tais forças.

5. Lembre-se, por fim, que ambos presidenciáveis, embora reconheçam a necessidade de aprimoramentos marginais à constituição, comprometeram-se a não propor uma nova Assembleia Constituinte submetendo-se, portanto, à Constituição de 1988 ora vigente.

Como é evidente, não nos escapam os lamentáveis acontecimentos os quais temos vivenciado com o horror e preocupação. O ataque a Bolsonaro, a morte do mestre Moa do Katendê e ataques a jovens de ambos os sexos representam, embora sejam marginais, uma séria agressão à democracia e têm de ser repudiados intransigentemente e combatidos com todo vigor proporcionado pelas leis. Não obstante, nossas instituições impor-se-ão e a democracia brasileira não será abalada pelo novo presidente da República.

Iraci Costa é professor universitário aposentado

© PRAVDA.ru | Todos os direitos reservados, publicado sob expressa autorização.

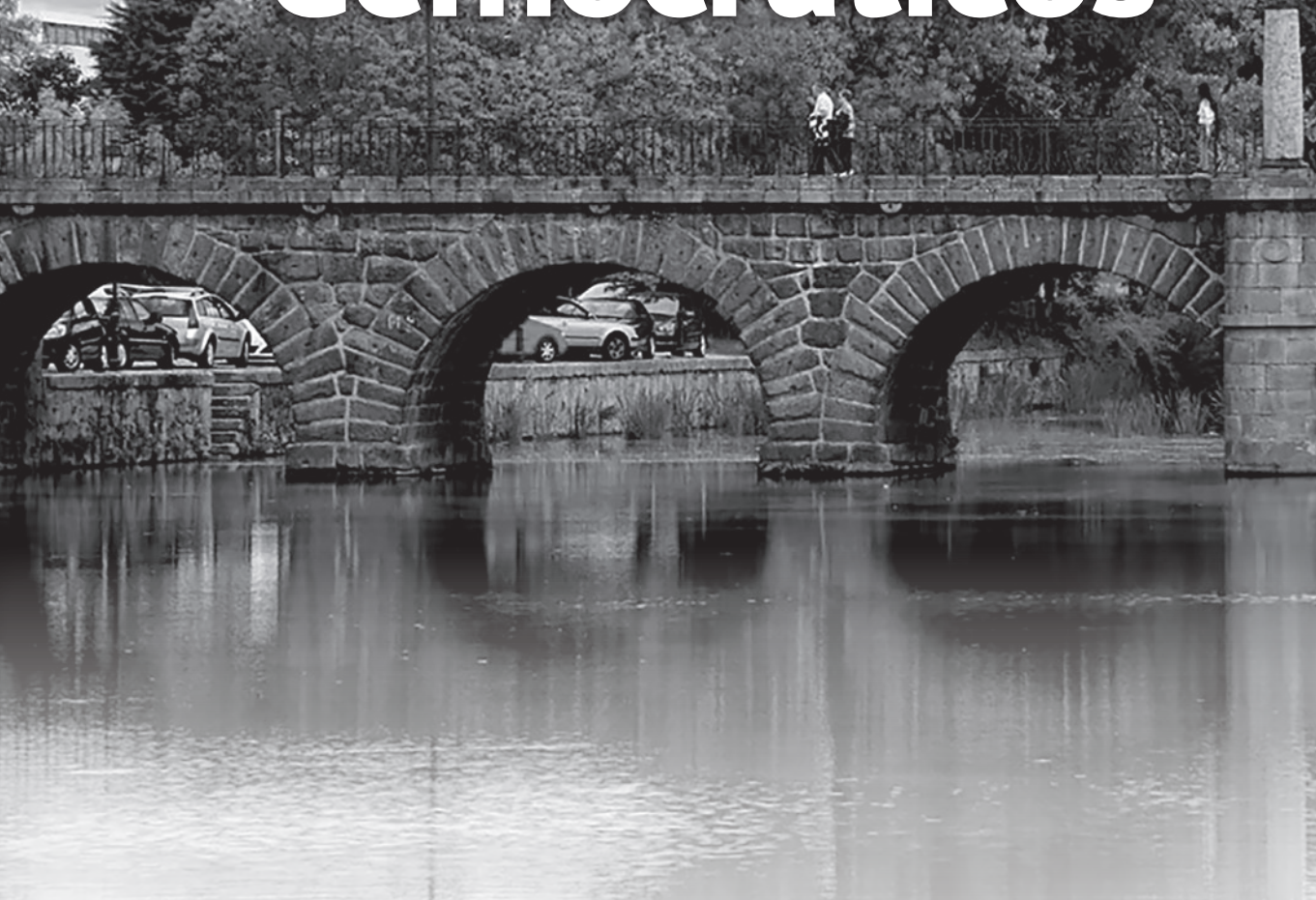




Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- Acompanhe-nos no Facebook e no Twitter, o mundo real hoje passa muito pela realidade virtual e pela dinâmica das redes sociais, nas nossas páginas encontrará os textos mais recentes do nosso portal, o meme ocasional e a divulgação de textos pertinentes à nossa linha editorial, partilhe-os com os seus amigos e seguidores;
- Efectue um donativo, no portal libertaria.pt poderá encontrar várias opções de donativos, sejam pontuais ou frequentes, não há um valor mínimo, contribua com o valor que achar que merecemos;
- Inclua-nos no seu testamento, caso preze os valores da liberdade, da igualdade e da democracia – que actualmente se encontram sob ataque cerrado – garanta a perpetuação da Libertária como foco de disseminação do socialismo democrático, seja uma módica quantia ou uma cave que possamos utilizar como armazém ou sala de conferências, a Libertária perpetuará o seu legado;
- Organize uma tertúlia ou sessão de apresentação da Libertária, faremos o possível por estar presentes (convém agendar com algumas semanas ou um mês de antecedência). A tertúlia é uma tradição portuguesa que em muito contribuiu para a disseminação do ideário libertário e socialista democrático, queremos ouvir a sua opinião e trocar ideias.

Pontes, não trincheiras, entre socialistas democráticos

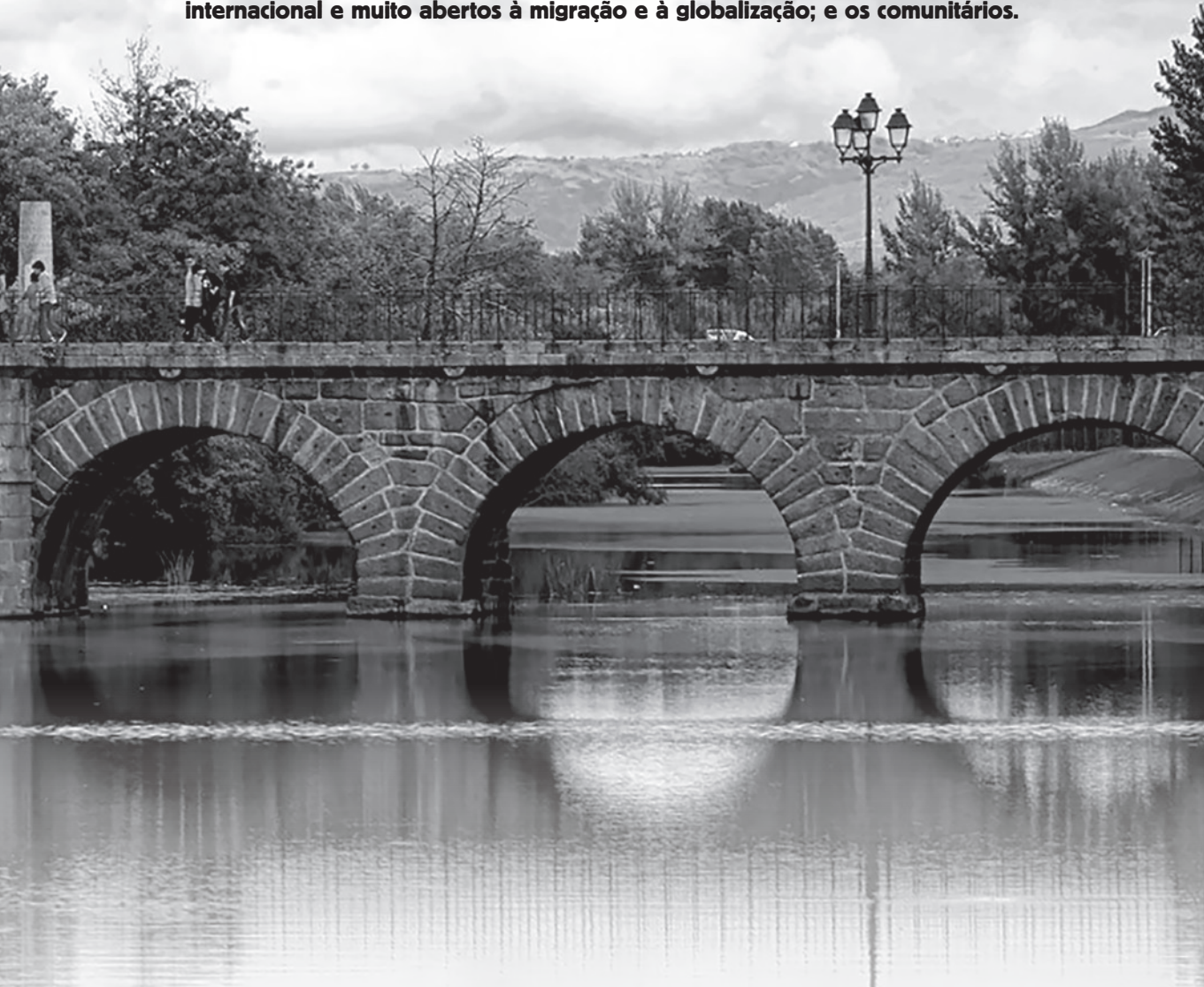


Estes tendem a possuir menos estudos, são oriundos dum ambiente de classe trabalhadora, mais céticos quanto aos refugiados e às fronteiras abertas, enfatizando o Estado-nação forte, as comunidades locais e a Heimat.

Verificamos esta divisão não só no eleitorado, de acordo com o debate, mas também na análise dos problemas dos partidos de esquerda. Alguns analistas con-

sideram que a abordagem social-liberal nas questões culturais e a ênfase nas políticas de identidade combinadas com o posicionamento neoliberal em questões económicas são a principal razão pela qual os partidos de esquerda estão a perder o seu apoio entre os trabalhadores e, como tal, a perder as eleições de um modo geral. A campanha de Hillary Clinton ilustrou perfeitamente isto no decorrer das eleições presidenciais dos

A análise comum das tensões políticas entre as democracias ocidentais centra-se no conflito entre os valores e os eleitores cosmopolitas e comunitários. Cientistas políticos como Wolfgang Merkel constataam uma grande divisão nas sociedades ocidentais entre os cidadãos cosmopolitas; com mais estudos, de classe média ou alta, culturalmente liberais, com orientação internacional e muito abertos à migração e à globalização; e os comunitários.



EUA: conseguiu mobilizar o eleitorado cosmopolita da Califórnia, mas não conseguiu obter o apoio dos trabalhadores do cinturão da indústria.

Outros, por sua vez, insistem no dever dos partidos de esquerda em assegurar as sociedades abertas, o fortalecimento dos direitos das minorias sexuais e étnicas e na prioridade da cooperação internacional, ou até da globalização, acima dos interesses nacionais.

Populistas de Esquerda

Nos partidos do espectro esquerdo podemos constatar as mesmas tendências e aglomerações políticas em rede destes dois polos. No caso alemão este conflito é mais notório no seio do partido de esquerda, Die Linke, no qual uma das duas líderes, Katja Kipping, insiste nas fronteiras abertas e na solidariedade internacional, enquanto que a outra, Sahra

Wagenknecht, a popular líder do grupo parlamentar no Bundestag, critica os cosmopolitas por se cingirem à defesa dos refugiados em vez dos direitos dos trabalhadores e de realçarem o ambiente neoliberal das políticas de identidade.

O Partido Social-Democrata (SPD) mantém-se bastante unido, mas alguns desejam uma mudança de curso. Sigmar Gabriel, o anterior líder do partido durante um longo período de tempo, criticou o que considera ser um papel demasiado dominante das questões ambientais nas políticas do partido e exigiu uma reorientação em questões de identidade e Heimat. Os partidos de esquerda sentem-se frequentemente inseguros quanto a este conflito, com receio de perderem os eleitores previamente fiéis como os trabalhadores ou os recém-adquiridos, urbanos e liberais. Alguns cientistas políticos, como Merkel, acreditam que os partidos de esquerda como o Die Linke ou o SPD devem decidir-se entre um dos dois lados e aconselha-os a optar pelo lado comunitário.

Tamanho conselho torna implícito que os dois posicionamentos são completamente incompatíveis, tanto substancial como estrategicamente.

Mas os partidos de esquerda têm que decidir entre os cosmopolitas e os comunitários? Ou podem dirigir-se a ambos? A nosso ver um posicionamento unilateral seria imprudente, na melhor das hipóteses.

Em vez disso, existem razões históricas, empíricas e normativas para uma abordagem simbiótica.

Amplo espectro

Os partidos da esquerda 'amplo espectro', como o Social Democrata, tiveram sempre que combinar os valores diferenciados dos seus eleitores e mediar entre dois tipos de agrupamentos, tanto no seio do partido como no seio da sociedade. O período de maior sucesso foi também o de uma base mais ampla, quando o SPD conseguiu representar uma extensa diversidade de consenso social. Mais, o sucesso de candidatos como Bernie Sanders e Jeremy Corbyn demonstra como é possível atrair eleitores de diferentes inclinações políticas: os trabalhadores de tipo comunitário que anseiam por justiça social bem como os liberais urbanos, cosmopolitas, que dão prioridade aos direitos das minorias. Contudo, o sucesso de um candidato junto de qualquer um dos grupos depende da sua credibilidade junto destes. Realçam a probabilidade de sucesso quando se tornam claros os interesses e as experiências em comum entre dois grupos muito diferentes, opondo-se simultaneamente ao neoliberalismo, à desigualdade e à injustiça.

Tecido Social

Mais, as razões normativas para unir os dois lados podem ser vislumbradas na divisão da sociedade e na





ausência de uma comunidade propriamente dita. As áreas segredadas dentro das cidades, as bolhas que filtram as redes sociais e a perda de contacto com pessoas de ambientes diferentes constituem o cerne dos actuais problemas sociais. O isolamento individualista e a ausência de crenças na pertença como cidadãos de uma mesma república, acaba por fortalecer a queixa comunitarista. Mas uma comunidade tem que ser etnicamente homogênea ou pode ser constituída por todos com base na narrativa de um "nós"? E a Heimat estará mesmo ameaçada pelos refugiados e pelos estrangeiros ou em vez disso estará ameaçada pelo capitalismo agressivo, que arruína o tecido social das cidades ao mesmo tempo que destrói a Natureza?

Caso a esquerda política queira unir ambos os lados e atrair eleitores dos dois agrupamentos, deve endereçar vários aspetos. Primeiro, há a necessidade de um discurso inclusivo de solidariedade, tanto para com as minorias como para com os trabalhadores. A solidariedade é um valor que ainda retém um forte apoio por parte da sociedade, apesar das três décadas de neoliberalismo. Mais, os partidos de esquerda devem recuperar a capacidade de agir contra as supostas restrições dos mercados internacionais e oferecer alternativas genuínas ao modo como devem estruturar-se as sociedades do futuro, em vez de se

manterem sob a hegemonia neoliberal. Por último, mas não menos importante, os partidos de esquerda têm que melhorar as condições de vida das pessoas comuns e aumentar as infraestruturas públicas ao mesmo tempo que lidam com questões de impacto local, mas que requerem soluções internacionais, tais como a justiça tributária, a fuga aos impostos ou as alterações climáticas, pois é nesse patamar que essas batalhas podem ser travadas e ganhas. Por todas estas razões, acreditamos que uma estratégia vencedora para a esquerda não pode ser construída com argumentos unilaterais, mas unindo ambos os lados deste debate no desejo comum por reconhecimento, igualdade e liberdade. A via para o sucesso será construída com pontes, não cavando trincheiras.

Christian Krell é diretor do Gabinete Nórdico da Fundação Friedrich Ebert em Estocolmo, membro da Comissão de Valores Base do SPD e professor na Universidade de Bona. Sönke Hollenberg é conselheiro científico para a integração e participação no Fórum de Berlim da Fundação Friedrich Ebert e orador na Universidade de Bona.

Filipe Barroso é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, autarca no distrito de Sintra, fez parte do Secretariado Nacional da Juventude Socialista tendo já ocupado os cargos de presidente da JS Concelhia de Sintra e vice-presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa da JS.



EUROPEIA

Nesta entrevista aborda com Flávio Gonçalves o sempre adiado futuro federal da Europa, para lá dos "tecnocratas e desistentes", termo empregue por Mário Soares para se referir ao atual rumo do projeto europeu.

Falar de federalismo europeu hoje tornou-se quase um tabu. Achas que há uma demonização de pessoas, como nós e o falecido Medeiros Ferreira, que defendem uma Europa Federal?

Sou como sabes profundamente federalista, e acredito que o futuro da União Europeia, para ser de sucesso, e a concretização de um verdadeiro projeto europeu viável e de prosperidade social, política, económica, cultural e noutras áreas, terá de passar por uma Europa Federal. Considero que há hoje uma ideia de que o federalismo é uma utopia, e isso é visto nalguns setores como negativo, mas são também pontos de vista

anti-UE ou de quem não deseja o aprofundamento do projeto da União Europeia, que com todos os seus erros, que são muitos, e problemas, é o projeto político mais fantástico de sempre.

Após a adoção de uma moeda comum o lógico seria ter avançado para a federalização da União Europeia, com o advento dos populistas um pouco por todo o lado a UE aparenta estar já em fase de desagregação, será já demasiado tarde?

Na altura procurou-se, embora nem sempre da melhor forma, avançar no projeto europeu, com uma Constituição Europeia, que estando longe de ser perfeita, seria um grande passo. Mas com os egoísmos e interesses nacionais de cada país a sobreporem-se a um verdadeiro interesse coletivo, ou seja, neste caso ao interesse europeu, isto falhou. Penso que também a



Foto: Ricardo Campos

para lá dos TECNOCRATAS E DESISTENTES

sensação muitas vezes real de que não tem existido um aprofundamento da democracia e um distanciamento das instituições europeias em relação aos seus cidadãos levou também a este impasse em que hoje a União Europeia se encontra. Mas nunca será tarde para continuar a melhorar a União Europeia. Aliás para grande parte dos Estados-membros será o único caminho positivo que terão.

Pessoalmente, considero que seria necessária uma Política Económica Comum que estipularia um Ordenado Mínimo Europeu como primeiros passos federais, revê-te nesta posição?

Como socialista democrático revejo-me nessa posição, até porque a Economia tem sempre muito peso naturalmente na opinião dos cidadãos. Hoje os nacionalismos ganham espaço, porque as pessoas sentem

problemas na Economia. Numa futura Constituição Europeia acho que esse ponto é fundamental, até para equilibrar as sociedades e para que haja mais igualdade. Mas atenção, provavelmente iria ser defendida a ideia de que o Ordenado Mínimo Europeu deveria ser proporcional e não igual em todos os países e aí haveria mais problemas a serem discutidos ao nível das desigualdades salariais existentes.

Dada as afirmações de Donald Trump quanto à Europa como "inimiga" e a exigência de contribuições milionárias para a NATO, achas que seria talvez a hora de ponderar a criação de um Exército Europeu e uma política internacional autónoma para a UE? Ou voltamos ao anterior debate sobre o mundo bipolar, em que a Europa se terá sempre que aliar aos EUA ou à Rússia, nunca seguindo uma política própria?



Foto: Ricardo Campos

Com Irene Flunser Pimentel e Catarina Marcelino

Bom são questões muito interessantes, mas de áreas diferentes. Uma delas é a construção de um exército Europeu, como a Europa não tem por si só mecanismos, nem uma Defesa comum, penso que será muito importante uma atenção maior em questões de Defesa mas devido à NATO é uma matéria muito complexa. Sobre uma política internacional autónoma, sem dúvida. Mas como sabemos ela praticamente não existe e quando é exercida é sempre feita sob receio. Veja-se agora as sanções comerciais duras que os Estados Unidos da América estão a aplicar ao Irão (não vou debater a justiça das medidas neste caso), a UE está receosa que isso venha a prejudicar as empresas Europeias, mas quando o afirma é a medo. Até porque voltamos ao mesmo problema, a Europa não fala a uma única voz. Tal como o Kissinger dizia: "se telefonar para a Europa, quem atende?".

Agora que falei de Trump, tu, tal como eu, apoias-te fervorosamente a campanha de Bernie Sanders como candidato do Partido Democrata. És da opinião de que muitos eleitores do centro-esquerda se terão absterido ou votado em Trump por verem em Hillary Clinton um mal maior?

Acho que de facto a oportunidade dos eleitores Americanos poderem votar em Bernie Sanders era uma oportunidade, não direi única, mas quase. Supostamente a Hillary Clinton, seria um mal menor. Mas as suas ligações profundas a Wall Street não ajudaram a uma imagem que se queria de mudança. Não nos podemos esquecer que durante 20 anos (de 1988 a 2008) a Casa Branca esteve na mão de duas famílias, os Bush pelo Partido Republicano e Bill Clinton pelo Partido Democrata. Hillary fez o seu caminho, teve sucesso em Nova Iorque, depois candidatou-se nas primárias contra Obama, perdeu, mas ganhou um lugar no seu governo, teve o apoio para esta candi-

datura, mas não convencia os mais desfavorecidos, o eleitorado mais jovem, os que ansiavam por mudança. Recordo-me de ter sido convidado para alguns debates sobre as eleições Americanas e ter dito que achava que Trump tinha sérias hipóteses de ganhar a Hillary (e curiosamente Bernie Sanders nas sondagens mais sérias era apontado como potencial vencedor contra Trump) e havia quem não acreditasse. Hillary tinha boa parte da imprensa europeia com ela. Mas essa imprensa não vota. Trump infelizmente ganhou e é uma desgraça. Mas Isso já se previa.

O teu federalismo europeu sempre foi instintivo, ou foi algo catapultado por algum intelectual ou obra em particular?

Sou federalista, porque acredito que é o caminho mais racional para a União Europeia ter futuro e porque considero que não faz sentido nenhum um europeísta não ser federalista. Mário Soares é a minha maior



influência política, portanto sendo ele profundamente federalista, penso que é natural. As obras são várias, algumas dele por exemplo. Embora estivesse desiludido com este caminho neo-liberal da Europa. Desilusão que também partilho.

Partilhas a opinião de que por trás do decréscimo eleitoral da nossa família política na Europa estará o centrismo do Terceira Via que nos tornou em mera ala esquerda do centro-direita e do qual, felizmente, António Costa nos libertou?

Sem dúvida. A Terceira Via de Blair no Reino Unido e de Schröder na Alemanha representaram e representam uma marca muito negativa nos partidos socialistas, trabalhistas e sociais-democratas (genuínos) em toda a Europa. Curiosamente em Portugal, essas correntes também foram aplaudidas durante muito tempo, alguns agora falam como se nunca tivessem

sido apoiantes de Tony Blair. O que é revelador de uma falta de coerência no mínimo gritante. Nessa questão, estou sem falsas modéstias, onde sempre estive. Pelos valores da esquerda democrática, sem terceiras-vias e pelo socialismo democrático, autónomo, gradualista, moderado e reformista.

Julgas que a Geringonça, que já inspirou o acordo PSOE-Podemos em Espanha, levará a uma possível revigoração da militância jovem do PS à esquerda, como sucedeu com o Partido Trabalhista de Jeremy Corbyn e o Partido Democrata depois de Bernie Sanders?

Apoiei António Costa para secretário-geral do PS. Algo que fiz de forma convicta, aliás dirigi a campanha interna dele, em Sintra, não o fiz por nenhuma recompensa, mas apenas por achar que ele era o melhor candidato naquele contexto e pelas minhas convicções. Eu apoiei e acho que o Jeremy Corbyn tem várias qualidades, e de

O maior receio de uma Europa Federal passa pelo poder desproporcional que a Alemanha e a França teriam, devido à proporcionalidade populacional dos eurodeputados. Admito aqui a influência do pensamento de Medeiros Ferreira sobre a minha pessoa, isto não poderá ser colmatado com a criação de um Senado Europeu onde os Estados europeus tenham igual peso, à semelhança dos EUA (que na prática são também uma federação de vários Estados)?

Medeiros Ferreira é uma personalidade relevante e que recorro com saudade. No dia que ele morreu, ganhei uma eleição importante e dediquei-lhe o momento. Ele teve um papel fundamental no pedido de adesão de Portugal à então CEE, pois era Ministro dos Negócios Estrangeiros do Primeiro Governo Constitucional, liderado por Mário Soares em 1977. Depende da forma como o Senado possa ser constituído e que poderes lhe serão atribuídos. Mas tudo o que seja para bem do federalismo, do aprofundar da democracia na Europa, tem o meu apoio.

Em tempos não me chocava a entrada da Turquia na UE, parecia-me até essencial para a consolidação militar, cultural e geopolítica da Europa. Agora que Erdogan aparenta ter-se afastado do laicismo de Kemal Atatürk e adoptado um autoritarismo islamita e militarizado, continua a fazer sentido essa inclusão? Teremos adiado também demasiado, e fatalmente, essa inclusão?

Foi de facto um erro grave não se ter aproveitado a Turquia, que pediu para entrar no final da década de 80. Na época era um país laico, que poderia servir para permitir um diálogo firme e concreto com o Médio Oriente e ter evitado uma série de problemas com graves consequências como se sabe. Hoje em dia, com aquele Presidente é impensável a entrada. Uma pena e uma oportunidade perdida para a Europa. Mas a História não acaba aqui. Veremos o que futuro nos reserva.

“Curiosamente em Portugal, essas correntes também foram aplaudidas durante muito tempo, alguns agora falam disso como se nunca tivessem sido apoiantes de Tony Blair

Foto: Inês Matos

facto nota-se uma crescente militância jovem no Partido Trabalhista e este encontra-se revigorado, agora veremos se ganha as eleições. Bernie Sanders é fantástico, se o Partido Democrata ficará melhor? Espero que sim. Algumas das suas propostas fizeram o seu caminho, mas mais uma vez veremos se convence a maioria do seu eleitorado. Eu dou grande importância à ideologia, e penso que se esta for reforçada o eleitorado responde de forma positiva a isso, mas na esquerda democrática para se transformar a sociedade, as eleições assumem grande importância. Não sou a favor do excesso de pragmatismo, sou aliás bastante contra essa ideia, mas há que haver equilíbrios sobretudo na mensagem a passar aos cidadãos e estar aberto às novas gerações. Jeremy Corbyn (pena não ser mais europeísta e o caso do Brexit é outra desgraça para a Europa) e Bernie Sanders são disso bom exemplo.

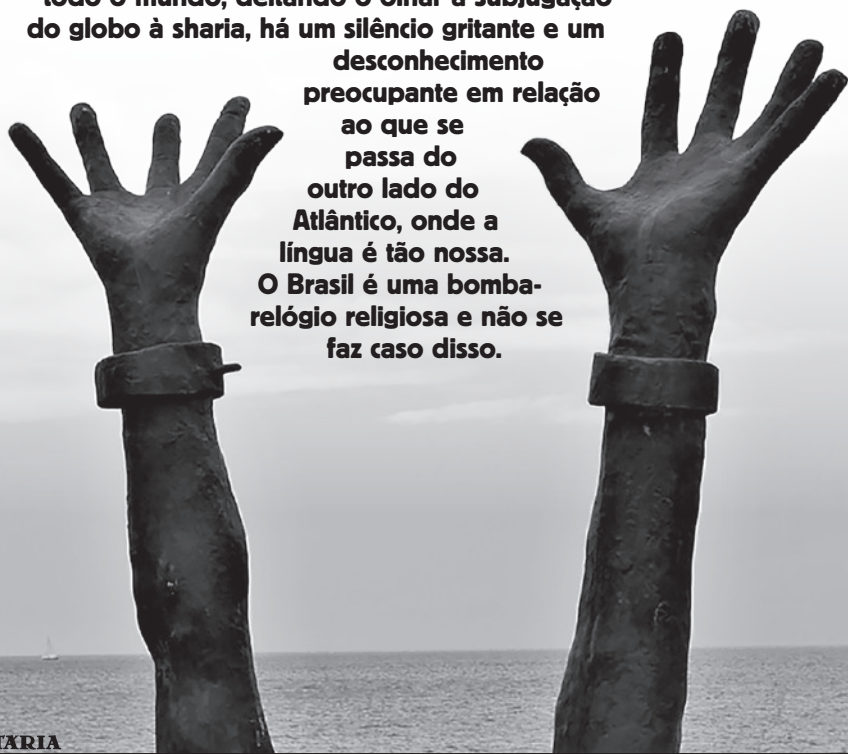


Foto: Ricardo Campos

“CHUTA que é MACUMBA” ou como o BRASIL é uma BOMBA-RELÓGIO em matéria RELIGIOSA

Enquanto o movimento “Estado Islâmico” espalha o terror um pouco por todo o mundo, deitando o olhar à subjugação do globo à sharia, há um silêncio gritante e um

desconhecimento
preocupante em relação
ao que se
passa do
outro lado do
Atlântico, onde a
língua é tão nossa.
O Brasil é uma bomba-
relógio religiosa e não se
faz caso disso.



Recordemos que a chegada dos africanos ao Brasil, em especial a partir do séc. XVIII, deu origem à consolidação das suas expressões religiosas como o Candomblé na Bahia, o Xangô em Pernambuco ou o Batuque no Rio Grande do Sul. Depois de divididos em lotes e transportados nos navios como mercadoria, os negros eram convertidos ao catolicismo e organizados em confrarias religiosas na Salvador da Bahia dos séculos XVIII e XIX, como menciona Verger (2002). Uma vez que a conversão formal não dava origem à real, a proibição e a perseguição das práticas religiosas africanas era denominador comum no Brasil, realidade que a Abolição da escravidão não teve o condão de eliminar. Durante a belle époque o processo de europeização das cidades brasileiras promovia o isolamento socioespacial dos negros, catalogados como marginais e promotores da desordem. De acordo com o Código Municipal do Rio de Janeiro de 1844, os negros só poderiam circular na cidade durante o tempo necessário para cumprir os seus deveres. Após a abolição da escravidão, em 1888, as religiões afrodescendentes passaram a ser tidas como um problema de "saúde pública", porquanto os ritos sacrificiais, as oferendas – que depositadas em lugares concebidos como religiosos ainda que no espaço público eram objeto de ataque, popularizando-se a expressão "chuta que é macumba" –, o som dos tambores e o transe colidiam com um ideal de civilização que se erigia. O Código Penal de 1890 proibia a prática de magia, espiritismo e feitiçarias, nas quais os costumes africanos cabiam particularmente. De igual modo, e não obstante a Constituição de 1891 proclamar a liberdade religiosa, a verdade é que o Candomblé e as outras formas religiosas africanas no Brasil ficavam de fora da categoria de religião, ao sabor do pensamento evolucionista em voga.

Durante o Estado Novo, ditadura de Getúlio Vargas, o mito da democracia racial faz avançar as liberdades afrodescendentes, ainda que controladas pela polícia, com a instituição em 1934 da Polícia de Costumes e em 1937 do Departamento de Tóxicos e Mistificações. Simultaneamente, os fenómenos de transe ritual, próprios das religiões afro-brasileiras, eram estudados como "delírios religiosos", por equipas médicas como o Serviço de Higiene Mental do Rio de

Janeiro ou o seu homónimo do Recife. Com a viragem para a segunda metade do séc. XX, as tradições africanas ganham uma dimensão nova, incorporando-se à cultura nacional e tornando-se o exótico que faz do Brasil um lugar sui generis.

Não obstante o exótico valorizado na música popular com Maria Bethânia, Beth Carvalho, Zeca Pagodinho ou Clara Nunes, entre outros, a realidade social brasileira apresenta-nos um quadro bastante diferente dos folhetins das agências de viagens. O mercado religioso, lugar onde se transacionam bens, concorrencial como os demais mercados, alimenta-se das tensões e da eficácia que subjaz ao ímpeto religioso. A modernidade ao permitir a ruptura com laços formais, a religião, como outros bens, torna-se opcional e aquisitiva, cavalcada na New Age, aglomerado de tendências que não compreendem uma organização real, dogmas ou textos sagrados. A religião adere-se, total ou em parte, adquire-se, abandona-se, reformula-se, edita-se como um programa digital ou compõe-se como uma nova partitura cujo sentido é individualizado.

Assim, de acordo com os Censos de 2010, 123 280 172 de brasileiros declaravam-se católicos contra os 124 980 132 contabilizados em 2000. A diferença não é muito significativa quando abordada por si mesma. Mas se atentarmos aos números relativos ao universo Evangélico (com todas as suas modalidades, movimentos e igrejas), em 2000, contabilizavam-se 26

184 941 pessoas e em 2010 os números subiram para uns expressivos 42 275 440. No entanto às religiões afro-brasileiras, temos em 2000, 397 431 para a Umbanda e 127 582 para o Candomblé, ao passo que em 2010 os dados são 407 331 no caso umbandista e 167 363 no caso candomblecista, com o detalhe dos censos de 2010 incluírem a categoria "Outras declarações de religiosidades afro brasileira", que contou com 14 103 pessoas. Destarte, os dados

relativos aos movimentos/igrejas evangélicas revelam um aumento significativo que coincide com o decréscimo do catolicismo histórico. No entanto, no caso das religiões afro-brasileiras não é possível dissociar o aumento dos números da intensa campanha "Quem é de axé [termo corrente para afro-religioso] diz que é", lança-



da em março de 2010 e que visava a declaração pública como membro/devoto/fiel de um templo afro-brasileiro, iniciativa que procurou derrubar as barreiras históricas e psicológicas que impunham aos membros das comunidades religiosas afro-brasileiras a sua afirmação primária como católicos, procurando fugir do preconceito vigente na sociedade brasileira. O crescimento massivo de fiéis evangélicos – em alguns lugares à taxa de 100% – traduz-se num aumento da perseguição às religiões afro-brasileiras, em particular de forma violenta por parte da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que apesar de se utilizar de



elementos das religiões afro-brasileiras, tem nestas o seu principal alvo, demonizando-as agressivamente, não apenas porque os fenómenos de possessão são categorizados como reveladores do caráter demoníaco daquelas, como

ainda devido ao facto das religiões afro-brasileiras, e em particular o Candomblé onde a moral cristã é menos presente, acolherem sem restrições homossexuais e transexuais. Em 2008 a IURD foi condenada a pagar 37.500€, por danos morais, aos filhos e marido da mãe-de-santo Gildásia dos Santos, do terreiro Axé Abassá de Ogum, de Nova Brasília, falecida em virtude da publicação da sua fotografia na capa do jornal Folha Universal. O impacto do caso levou à criação



do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a 21 de janeiro, data do falecimento da sacerdotisa. Este não foi, todavia, caso único. Em Olinda, em 2012, um grupo evangélico tentou invadir um templo afro-brasileiro, e nos últimos oito anos, a mãe-de-santo, Conceição de Lissá, viu o seu templo ser atacado oito vezes por membros de congregações evangélicas. Os exemplos sucedem-se por todo o Brasil. O elevado número de ataques está registado no estudo "Presença do axé - Mapeando terreiros no Rio de Janeiro", de pesquisadores da PUC-Rio, segundo o qual, das 840 casas de culto registadas, 430 foram alvo de discriminação. Mais da metade (57%) destes a ocorrem em locais públicos. Em contra resposta, as passadas dos praticantes das religiões afro-brasileiras em nome da liberdade e tolerância religiosa sucedem-se, ainda que os resultados práticos sejam ténues. O fomento evangélico à "guerra santa", de que o livro "Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?" do Bispo Edir Macedo, fundador da IURD, é exemplo paradigmático, tem um amplitude maior que as iniciativas em prol da paz inter-religiosa. Recentemente o local de culto em Cajazeiras, na Bahia, conhecido por Pedra de Xangô, foi alvo de vandalização por parte de elementos evangélicos, aumentando o número de ocorrências. Apesar da dimensão reparadora e inclusiva que lhes subjaz, a verdade é que iniciativas como a Lei 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileiras e ameríndias em escolas públicas e privadas do Brasil, estão



longe de resolver o problema, num quadro político em que a bancada evangélica tem enorme peso no Senado, ao mesmo tempo que o polémico Pastor Marco Feliciano preside à Comissão dos Direitos Humanos do Congresso, ideologizando o órgão. O tombamento dos templos mais antigos, i.e., a classificação como património histórico, cultural e arquitectónico, em alguns Estados federais, em particular na Bahia, não resolve o problema, porquanto o Candomblé permanece acantonado, no imaginário coletivo, na fronteira entre tradição popular e religião. As discussões sobre a natureza das tradições religiosas afro-brasileiras, entre culto e religião, de que se destacou a polémica decisão e recuo do juiz da 17ª Vara de Fazenda Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, espelham bem o problema não apenas das limitações da definição de religião a partir de um quadro referencial judaico-cristão, mas também a necessidade de rever a questão jurídica em matéria de liberdade religiosa. Se ao longo da história o lugar das religiões de matrizes africanas ficaram no limbo entre projetos ideológicos e os direitos humanos, a Constituição de 1988 assegura a liberdade de culto num sentido amplo, mas continua a carecer de uma lei própria, capaz de evitar a discriminação e a perseguição, promovendo uma inclusão consciente, positiva e dialogante. Seria fundamental que o Brasil observasse a Lei da Liberdade Religiosa Portuguesa para daí extrair inúmeros ensinamentos. O problema é que o Brasil deixou que a ação política evangélica ganhasse espaço em favor do poder económico subjacente. O que é inaceitável. Qualquer lei de liberdade religiosa irá colidir com esses interesses e tenderá a não ter sucesso. A bomba-relógio continua o seu tic-tac e o governo brasileiro, onde ainda é democrático, dorme um sono inaceitável.

João Ferreira Dias é Doutor em Estudos Africanos pelo ISCTE-IUL, Mestre em História e Cultura das Religiões pela FLUL doutorado em estudos africanos e investigador do CEI-IUL
joaoferreiradias.net

A Esquerda que NÃO É Esquerda

A nova esquerda europeia, que nasce das franjas populistas do Podemos, Bloco de Esquerda, Syriza e movimentos análogos, pouco têm da Esquerda académica, clássica, operária e, por isso, internacionalista e liberal.

Há uma confusão extrema, premeditada e até concubina dos media, para que estes movimentos se apresentem como a esquerda pura – aquela que a social-democracia e os resistentes comunistas, aparentemente, falharam em cobrir.

Esta esquerda, que se arroga ao militantismo moral e ético, não tem três condições soberanas para ser a verdadeira. A saber: sem raízes operárias, não compreende o trabalho; sem raízes de militância ideológica, não debate interna nem externamente os seus propósitos e ideias; sem qualquer intenção de ocupar o poder, quando o faz transforma-se numa amálgama de “possíveis”, pedindo desculpa pela distopia que propalavam antes, em campanhas de “tags” murais e dichotes internetianos.

Os restantes partidos e movimentos que ocupavam, de forma tradicional, a Esquerda, também fogem da matriz e da raiz. Os socialistas, a Sul, e os sociais-democratas, a Norte, na presente Europa, soçobraram às regras do capitalismo modera-

do: quem manda são as contingências, normalmente ditadas pelos credores privados e públicos. Os bancos, seguradoras, sindicatos financeiros, criadores de dívida vendida sobre os “futuros” determinam já hoje o preço do pão, do aço e da gasolina em 2030 – e sobre esta ficção com resultados reais, a social-democracia-socialista nada fez.

A base dos valores da Esquerda simples, como a solidariedade, a equidade, a sociedade justa ou a defesa das culturas desapareceu.

Ser solidário com quem foge à guerra tem um preço orçamental, senão ninguém aceita pessoas massacradas. Equidade só se o Ecofin e o Eurogrupo deixarem. Para isso seria preciso federalizar pela média rendimentos e política fiscal – uma dor de cabeça numa Europa que sobrevive da desigualdade de rendimentos Norte/Sul. A sociedade justa, com acesso a meios judiciais, de advocacia dos direitos, liberdades e garantias submeteu-se ainda, e ainda mais, à factura das taxas





nada moderadas e menos moderadoras no acesso dos cidadãos a uma arbitragem justa às iniquidades. Por fim, a defesa da cultura, dos valores de cada povo, de cada tradição, outrora louvada como fundamental pela culta Esquerda, hoje tanto serve para documentários no Artè como para apontar o dedo a grupos que se tornam xenófobos aos olhos da cosmopolita, pequena e ignara esquerda urbana.

A verdadeira Esquerda está assim órfã de representantes. Penalizar o piropo ou submeter o diálogo entre a Eslovénia e Portugal a um mero documento protocolar administrativo, com associações de "amizade" que piscam o olho aos negócios em vez de atentarem nas cores comuns de um bordado resulta na submissão ao mercado da "mão invisível": aquela que não sabe bordar, apenas desbotar e separar.

A louva pueril e provinciana dos movimentos de cidadania locais enquadra-se aqui na confusão: os de Mértola defendem Mértola, não defendem a Vidigueira, numa demonstração natural de falha do "internacionalismo" propagado. Aliás, a "política patriótica e de esquerda" é uma contradição de termos, pathos e ethos, a que nenhum intelectual que se preze se deu ao trabalho de desmontar, com silogismo simples.

Em suma: a Esquerda enquanto tal desapareceu para dar lugar a uma espécie de palavras-chave de bom senso, que podiam

sair da *Rerum Novarum* ou de um discurso moderado do inefável John Major. Entre conservadores e liberais luta-se a esmo pela mesma coisa. E falta muito para que, se é que, a Esquerda pura volte a ser solidária, equitativa e libertária, em vez desta ladainha de costumes em que dizer "cego" é uma ofensa e "invisível" é a normativa administrativa carimbada. Os media, pobre gente, sem inteligência que lhes valha nem dinheiro que os sustente, única fonte da verdadeira força diligente do contrapoder, há muito que desistiram da sua missão de formar, informar e divertir.

Por tudo isto, vencem em bando os ignoros, sobre uma sociedade cativa da mensagem falsa e dos youtubers tontos que, sem notarmos, formam em bando e em força a nova geração, cheia de ideias ultrapassadas e preconceituosas.

A responsabilidade recai, em absoluto, sobre os desistentes que, sem capacidade do apelo "proletários,

uni-vos", andam solitários a lamentar-se ao sustento de antidepressivos diários. Que a verdadeira Esquerda curaria, ao estilo das paisagens dos panfletos das testemunhas de Jeová, mas com dialécticas apoiadas na História. Ficaré, talvez, para outro século, a demanda.



Jornalista, editor e autor, é mestre em Ciências da Comunicação pelo ISCSP e preside à associação cultural "Rossio". Chefiou a "Focus" e "O Diabo"

De acordo com Abraham Maslow, professor de Harvard, os seres humanos nascem já com um senso de valores pessoais positivos e negativos. Tal particularidade no humano, afecta a maneira de reagir de cada um de nós simples mortais, no concernente aos “sentimentos” que têm duas vertentes. Uma positiva e outra negativa.

Olá... Miúda OBRIGADO!

Na primeira podemos considerar a honestidade, a justiça, a verdade e a beleza, o vigor, o poder, a ordem, a inteligência e o humor. Na segunda, temos a tristeza, pena, morbidez, falsidade, engano, fraqueza e, muitas mais maldades que só o homem pode magicar.

Certos estamos que, na vertente positiva, a “Solidariedade” é, das que maior importância apresenta. Não fosse a mesma, a identificação em relação ao sofrimento do outro. Ela apresenta diversos figurinos, diversas formas de coexistência no dia a dia de cada um de nós.

Hoje, a “solidariedade” é como uma “coqueluche” da política e de uma classe social dita de “mais esclarecida”, bem assim de instituições ditas de Segurança Social embora, ela a “Solidariedade” com letra maiúscula, exista em qualquer grupo social e, quantas vezes não mais explícita, num gesto simples, de um abraço, de um beijo. Na forma, de dar com uma mão sem a outra saber. Até dos nossos animais de companhia quantas vezes não vemos autêntico gesto de solidariedade, do “sentimento” positivo, no abanar de uma cauda ou no roçar do corpo por nós, acompanhados de uma lambidela, como beijo ternurento.

Na nossa já longa experiência de vida e, porque ela algumas vezes foi “madrasta” procuramos algumas vezes a “solidariedade”. Não chega aos dedos de uma mão os gestos de sentimento solidário recebidos desinteressadamente pois que, sempre houve uma contrapartida quando ela, meio envergonhada, aparecia. Outras levamos como incentivo, o - “olha, o melhor que fazes é saíres de cá” ou -, se “fulano” quiser resolver o problema que “se cale” bem como, a cínica e hipócrita palmadinha nas costas, foram as respostas ao nosso apelo. Não fosse o sentido de Família (mulher e filhas e filho) baseado no Amor e, da formação recebida na nossa juventude de mentores morais e sociais, já nestas páginas referidas, não sabemos como teria sido possível sair do fosso que esteve aos nossos pés. Perguntarão os nossos leitores, o porquê desse rosário de lamúrias. Respondemos: - Para justificação do Título “Olá... Miúda! Obrigado!” e, porque na realidade estamos numa fase de tensão que nos faz pensar e viver, a recordação de quando procuramos D. Solidariedade. Sentimos estar muito perto do estatuto previsto na segunda vertente dos valores do “Sentimento”, como referimos no princípio desta redacção. A negativa. Vivemos tristes e ansiosos.



Obriga-nos por imposição de serviços prestados (vejam só) a uma Instituição Social sediada numa freguesia da nossa Ilha, (S. Miguel), que a refeição do almoço, nos dias em que ali nos deslocamos, seja feita num restaurante da localidade, sucedendo que alguma vez talvez umas seis e espaçadas no tempo, fossemos atendidos por uma "miúda" que mesmo de início e deslocada da função, se esforçava para bem servir.

Na primeira vez, a coisa não correu pelo melhor (a falta de experiência assim não o permitiu). Com o tempo e a experiência, veio a "miúda" aperfeiçoando o atendimento embora se notasse no seu olhar a interrogação de "estou bem?". Atitude que levou a uma sã cumplicidade entre as partes.

Hoje dia 24 de Setembro de 2018, um daqueles em que não nos sentimos no nosso melhor, o que vem

sucedendo há alguns dias a esta data, terminada a refeição e, ao levantar da mesa, diz-nos a "miúda": - Hoje está muito triste! - São momentos de vida... respondemos. (Não estamos seguros da mesma). - Diabo! que "lamechas" nos saístes - pensamos.

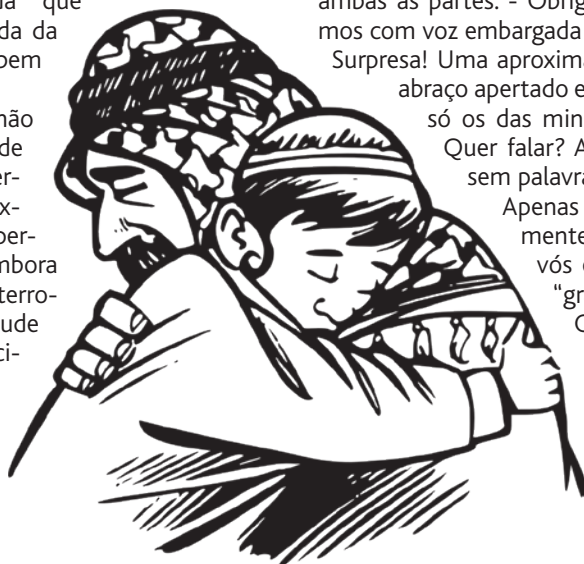
Volta trazendo o café como costume. Embaraço de ambas as partes. - Obrigado pela sua atenção, dizemos com voz embargada e lágrima no olho.

Surpresa! Uma aproximação um pegar na mão. Um abraço apertado e um beijo na face, que iguais, só os das minhas netas. Uma pergunta: - Quer falar? A nossa resposta - um olhar sem palavras.

Apenas quero dizer-lhe publicamente, partilhando com todos vós e, porque desconheço a sua "graça"...

OLÁ "MIÚDA" ... MUITO OBRIGADO!

Alguns são felizes pelo que carregam no bolso, outros pelo que têm no coração.





Bolsonaro venceu a segunda volta das eleições presidenciais do Brasil com 55 por cento dos votos, derrotando Haddad – o candidato do Partido dos Trabalhadores

(PT) – que obteve 45 por cento. Quaisquer esperanças de uma alteração em cima da hora viram-se goradas.

Este resultado é um retrocesso para a classe trabalhadora e para os pobres. Precisamos de compreender o que significa, o que levou a esta situação e que estratégia deve seguir o movimento dos

trabalhadores, perante este governo reaccionário.

Como ganhou as eleições um demagogo de extrema-direita?

A segunda volta da campanha presidencial foi extremamente polarizada. Houve uma mobilização de base por parte da esquerda numa tentativa de travar Bolsonaro, e dezenas de milhar saíram à rua em enormes manifestações por Haddad em São Paulo, São Salvador da Bahia, etc. Numa amostra do que virá sob o governo de Bolsonaro, a polícia, seguindo ordens do Tribunal Eleitoral, levou a cabo uma ampla campanha para a prevenção de encontros públicos "contra o fascismo" nas universidades e nas sedes dos sindicatos, removendo faixas anti-fascistas das faculdades e dos campus e inclusivamente apreendendo revistas sindicais. Tudo isto em nome da "equidade eleitoral" uma vez que estas acções foram interpretadas como "propaganda eleitoral" levada a cabo fora dos trâmites legais. Encorajados pela retórica de Bolsonaro, ocorreram ataques físicos contra activistas de esquerda por parte de pequenos bandos fascistas, incluindo o homicídio de Moa do Katendê: um mestre de capoeira.

Estes ataques exigem uma reacção ousada por parte do movimento trabalhista, incluindo até a organização de segurança e auto-defesa nos encontros sindicais e estudantis bem como a rejeição de quaisquer formas de censura ou limitações à liberdade de expressão.

O Brasil sob Bolsonaro: um regime fascista?

Contudo, aqueles que berram que o "fascismo" venceu no Brasil estão errados. O fascismo é um regime político que tem por base a mobilização das massas

pequeno-burguesas enfurecidas em bandos armados, com o propósito de esmagar as organizações de classe trabalhadora. Historicamente, o fascismo chegou ao poder após a derrota da classe trabalhadora no decorrer de várias oportunidades revolucionárias devido à ausência de uma liderança apropriada. Com base nessas derrotas e oportunidades falhadas, o desânimo alastrou e os bandos fascistas conseguiram esmagar as organizações trabalhistas.

Essa não é a situação actual do Brasil. Bolsonaro não depende de bandos fascistas armados. De facto, existem grupelhos fascistas no Brasil, e sentir-se-ão encorajados por esta vitória. São perigosos e devem ser encarados de frente. Mas a classe trabalhadora brasileira não foi derrotada; na verdade, nem sequer começou a mobilizar-se de modo relevante.

Recorde-se que já passaram dois anos desde a eleição de Trump nos EUA. Na altura, muitos comentaristas liberais e alguns de esquerda também falaram da vitória do fascismo nos EUA. Não haja dúvidas de que Trump é um político reaccionário e as suas políticas representam um ataque aos trabalhadores, às mulheres, aos homossexuais, aos migrantes, etc. Mas seria um erro descrever a situação nos EUA como sendo uma ditadura fascista. De facto, as tentativas por parte dos grupos de supremacistas brancos dos EUA para tomar as ruas depararam-se com mobilizações em massa que os ultrapassaram bastante em número. Houve uma série de greves de professores extremamente militantes (e vitoriosas) em vários Es-



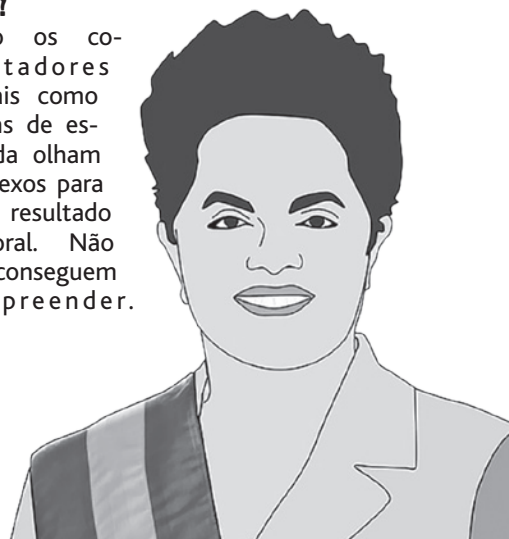


tados. Há uma maior polarização da sociedade para a direita, mas também para a esquerda.

O mais provável será vermos no Brasil a continuação de um processo (que já começara antes das eleições) de características bonapartistas a surgirem no seio do Estado. Tal foi notório na utilização do aparelho judiciário como árbitro político no escândalo do Lava Jato, a detenção de Lula e a proibição de poder concorrer, etc. Em simultâneo, as bases para um regime de características bonapartistas são muito fracas, em condições de crise económica extrema e da amplitude do descrédito de todos os partidos e instituições tradicionais da classe dirigente.

Como chegamos aqui?

Tanto os comentaristas liberais como alguns de esquerda olham perplexos para este resultado eleitoral. Não o conseguem compreender.



Como foi possível? Um demagogo de extrema-direita foi eleito por meios democráticos. Como puderam milhões de pessoas votar em alguém que expressa pontos de vista tão odiosos de um modo tão abrasivo?

Recorrem a toda uma série de explicações que nada explicam: foi culpa das redes sociais em redor das igrejas evangélicas, ou foi uma campanha de notícias falsas no WhatsApp. É o mesmo modo com que a classe dirigente tenta "explicar" as greves e as revoluções como obra de "agitadores comunistas". No Brasil já houve, nos anos 90, uma enorme campanha de propaganda contra Lula: "é um mero metalúrgico sem qualquer experiência ou qualificações", "é

comunista", "nem sequer tem um grau académico".

Contudo, tal não o impediu de eventualmente ganhar as eleições, com 61 por cento dos votos.





Na Grã-Bretanha, vemos uma campanha sem precedentes de demonização de Jeremy Corbyn, contra quem o sistema tem atirado as acusações mais alucinadas e ultrajantes (que é anti-semita, amigo do Hamas, que adora terroristas, marioneta de Putin, etc.). Nada disso teve grande impacto. Pelo contrário, o seu apoio cresceu com base no seu programa de renacionalização, de ensino gratuito, habitação, etc. Na realidade, a vitória de Bolsonaro é resultado da prolongada crise do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando Lula foi eleito pela primeira vez em 2002, fê-lo na forma de uma aliança com os partidos burgueses. Nomeou Meirelles, um banqueiro sediado nos EUA, para presidente do Banco Central, respeitou os acordos com o FMI e levou a cabo uma política de austeridade fiscal. Também levou a cabo uma contra-reforma do sistema de pensões. Este não é o local para efectuar um balanço da sua governação, mas será suficiente afirmar que não representou quaisquer mudanças fundamentais ao poderio do imperialismo nem à classe governante brasileira. Contudo, conseguiu beneficiar de uma relativa estabilidade que resultou num período de crescimento económico.

Quando Dilma Rousseff foi eleita em 2010, a situação já tinha começado a mudar. As suas políticas eram semelhantes às que Lula implementara, mas com um passo à direita. O seu companheiro de candidatura foi um político burguês, Michel Temer.



Nomeou o representante dos proprietários de terras e dos criadores de gado para o cargo de ministro da Agricultura e um funcionário do FMI para ministro do Tesouro. A principal diferença foi lidar com uma crise económica em vez de com um crescimento económico. Às costas do abrandamento da economia chinesa, a economia brasileira entrou numa séria recessão entre 2014-16, da qual ainda não recuperou.

Já, em 2013, houve protestos em massa por parte da juventude contra os aumentos nos preços dos transportes, que se depararam com uma repressão brutal por parte dos governadores regionais, com total apoio do governo nacional. Os "dias de Junho" de 2013 reflectiram uma ampla oposição ao sistema por uma

camada cada vez mais ampla da juventude, e também dos trabalhadores. O PT, que estava no

poder há mais de uma década, foi visto como parte do sistema contra o qual a juventude se erguia. Em vez de alterar as suas políticas, Dilma anunciou

então um pacote de privatizações e medidas de austeridade. Aos protestos em 2013 seguiram-se protestos em massa em 2014 contra o Campeonato do Mundo, que levaram também com uma repressão brutal. Com o intuito de lidar com estes protestos, o governo de Dilma

aprovou uma série de leis (sobre Organização Criminosa, Anti-Terrorismo...) que reduziram drasticamente o direito ao protesto e à manifestação.

As eleições de 2014 e a impugnação de Dilma

As eleições de 2014 foram um ponto de viragem neste processo. Dilma conseguiu vencer a segunda volta com base na mobilização do voto da classe trabalhadora no PT, com a desculpa de combater as políticas de direita do candidato burguês, Aécio Neves. Contudo, traiu o seu eleitorado, implementando de seguida políticas que tinham sido defendidas por Neves: austeridade, cortes, privatizações e ataques aos direitos dos trabalhadores.

A sua taxa de aprovação, que tinha ultrapassado os 60 por cento em 2012-13, caiu para uns meros 8 por cento em 2015: a mais baixa de todos os presidentes desde a restauração da democracia. Foi nessa altura, ao sentir a sua fraqueza, que os políticos burgueses do seu próprio governo começaram a mobilizar-se para a afastar do poder por intermédio da impugnação.

Depois, quando vislumbraram o perigo de Lula se tornar candidato e vencer as eleições (uma vez que muitas pessoas se recordam deste ter presidido durante o crescimento económico, combinado com os seus laços à tradição histórica revolucionária do PT) o sistema judicial interveio com um processo de corrupção. Foi considerado culpado, apesar do facto de não ter sido apresentada qualquer prova para o crime de que o acusavam. Depois expandiram os limites da própria legalidade ao evitar que pudesse concorrer. Contudo, mesmo nessa altura, quando Lula ainda liderava as sondagens, ainda mais pessoas afirmaram não ir votar em mais ninguém além dele, demonstrando uma rejeição generalizada para com todo o sistema político.

Portanto, pode dizer-se que o registo do PT no poder – apoiando-se nos votos da classe trabalhadora para se manter no poder enquanto aplicava políticas capitalistas aliado aos partidos burgueses – destruiu a reputação do partido e cortou muitos dos seus laços com a classe trabalhadora organizada, abrindo a via para a vitória de Bolsonaro no Domingo. Mesmo quando os partidos burgueses estavam ocupados a tentar afastá-lo do poder, o PT e os líderes dos sindicatos não tentaram organizar qualquer defesa digna desse nome. Houve manifestações e demonstrações, muitas ameaças, mas nenhuma campanha séria para um aumento de mobilização sustentável.

A situação piorou quando o impopular governo de Temer continuou e intensificou os ataques contra a classe trabalhadora. Houve gigantescas manifestações “Fora Temer” e finalmente uma greve geral em 2017. A juventude e os trabalhadores brasileiros demonstraram estar dispostos a lutar, mas os seus líderes não lideraram nem fomentaram essa luta, dissipando todo o potencial de resistência.

Claro está, Bolsonaro sabiamente utilizou as redes sociais e as redes das igrejas evangélicas para espalhar a sua mensagem combinada de mentiras, meias verdades, ódio histórico ao “PT-comunismo” e um apelo a “tornar o Brasil grande outra vez”. Contudo, estes métodos só tiveram impacto graças às políticas e ao registo desastroso do PT no governo.

Houve, claro, outros factores: tais como a assustadora crise económica na Venezuela (em última análise, resultado da tentativa de regular o capitalismo em vez de o abolir), que foi eficazmente utilizada contra o PT (cujos líderes para começar nunca apoiaram realmente a revolução bolivariana).



Foto: Ricardo Stuckert



Foto: Joka Madruga



Foto: Ricardo Stuckert

“Defesa da democracia”?

A política e a estratégia de Haddad na segunda volta foram suicidárias, como explicou Serge Goulart. Enquanto que Bolsonaro fez alguns avanços – tais como a promessa de um bônus de Natal para os recipientes do subsídio Bolsa Família – para apelar aos eleitores mais desfavorecidos que tinham apoiado o PT na primeira volta, Haddad guinou para a direita, numa tentativa fútil de captar o dito centro. Na primeira volta tinha-se apresentado como candidato de Lula e a imagem de Lula foi predominante em todo o material de propaganda eleitoral. Na segunda volta, abandonaram a imagem de Lula e o vermelho do partido foi substituído pelas cores da bandeira nacional.

Perante alguém “de fora e anti-sistema”, como Bolsonaro se apresentou, Haddad pensou conseguir derrotá-lo ao apresentar-se como candidato... do sistema! Apresentou-se como o candidato da democracia, apelando à união de todos os democratas (inclusive os mesmos partidos burgueses que tinham dado a facada nas costas de Dilma). A única maneira de recuperar o terreno perdido teria sido enveredar por uma campanha séria que denunciasse o programa económico de Bolsonaro (privatizações, ataque às pensões e por aí fora) e oferecer como alternativa a luta pela defesa dos direitos e das condições da classe trabalhadora numa linha claramente anti-capitalista. Em vez disso, tivemos apelos abstratos à defesa da democracia, ao diálogo e à compreensão, e ao “fortalecimento da Constituição”.

O nível da abstenção já fora bastante elevado na primeira volta: 20,3 por cento num país onde o voto é obrigatório, o mais alto desde 1998. Na segunda volta, foi ainda mais alto, 21,3 por cento (31 milhões), com outros 9,5 por cento (11 milhões) que votaram em branco ou nulo, que demonstra que uma camada significativa do eleitorado rejeitava Bolsonaro, mas também não conseguia votar em Haddad.

As políticas económicas de Bolsonaro

Os comentadores capitalistas aplaudem a vitória de Bolsonaro e encorajam-no a levar a cabo o seu programa eleitoral de privatizações por atacado e uma

profunda contra-reforma do sistema de pensões. “Os mercados cresceram na esperança de que o Sr. Bolsonaro concretize as suas promessas de reforma económica, principalmente uma revisão do custoso sistema de pensões brasileiro e a privatização das empresas detidas pelo Estado” afirmava hoje o Financial Times. Depois cita uma nota do Goldman Sachs: “Em última instância a administração depara-se com o desafio de, por intermédio de uma combinação de políticas disciplinadas e reformas estruturais, acelerar o ajuste fiscal e aumentar os espíritos anímicos e empreendedores, para finalmente libertar o potencial enjaulado da economia.”

A classe governante avalia todos os governos de acordo com uma regra simples: quão bem concretiza os seus interesses de classe.

O ponto de viragem crucial será quando Bolsonaro tentar implementar o seu programa, liderado pelo economista “Chicago boy” ultra-liberal Paulo Guedes, irá defrontar-se com a resistência organizada da classe trabalhadora, que ainda não foi derrotada. Tal como o governo de Macri na Argentina, Bolsonaro irá bater-se com uma vaga de activismo sindical, mobilizações em massa e greves gerais contra as suas políticas económicas. Mais, a sua posição não é tão forte quanto aparenta, pois ainda tem que fazer passar a legislação por um Parlamento extremamente fragmentado no qual estão representados 30 partidos diferentes com os quais terá que negociar.

A tarefa agora é não ceder ao desespero, mas preparar-se para as batalhas que aí vêm. Em primeira instância há que compreender claramente como chegamos aqui, para que possamos iniciar o processo para a reconstrução de um movimento trabalhista combativo.

Há também lições mais genéricas a tirar da experiência brasileira. Os governos de esquerda que aplicam políticas de direita estão meramente a preparar o solo fértil para a vitória da reacção. Não podemos combater a extrema-direita apelando à defesa do sistema repleto de crises e do regime capitalista que a fez surgir.

Na secção Outros Rumos damos a palavra a colectivos nacionais ou internacionais que primam por uma transformação progressista da sociedade tal qual a conhecemos.

Propósito do Colectivo Metamorfilia



Vamos imaginar que temos ar puro para respirar, água limpa e abundante para beber, alimentos nutritivos em quantidade suficiente para comer, que o clima não está em colapso, as florestas são saudáveis, os animais não estão em sofrimento nem em risco de extinção, e as fontes de energia são inofensivas e inesgotáveis. Por momentos, vamos imaginar que a sobrevivência dos mais de sete mil milhões de seres humanos que pesam sobre o Planeta Terra, assim como a dos seus descendentes, não está em causa. De seguida, vamos imaginar que nada disto é verdade, e a realidade é o oposto, mas

que não há nada que esteja nas nossas mãos, nada que um único ser humano possa fazer, para mudar o rumo desta história.

Agora, com estes dois cenários presentes, perguntamos a nós próprios: faz sentido a forma como vivemos e existimos? Como nos relacionamos uns com os outros, com nós próprios, com o mundo que nos rodeia, de que fazemos parte e que faz parte de nós?

Não procuramos dar resposta a nenhuma destas per-





guntas. O que queremos é que cada um de nós faça estes exercícios de imaginação, e se coloque a si mesmo perguntas como estas. Que se questione, procure as suas próprias respostas e formule novas perguntas, e pense no que pode fazer para dar sentido aos seus dias.

“Não herdamos a Terra dos nossos pais. Pedimo-la emprestada aos nossos filhos.”

Não queremos convencer ninguém de nada: quanto muito, só da necessidade de nos questionarmos. Mais importante do que a resposta, é colocar a pergunta. É esse o ponto de partida para qualquer transformação. Mas também não queremos alimentar um desespero cínico e nihilista, por mais que seja uma fase natural do processo. Como na metamorfose de uma lagarta, há uma espécie de morte que tem que ocorrer para haver lugar ao nascimento da borboleta. O que queremos é acolher e nutrir um desespero construtivo, fundado no amor pela vida, pelo Planeta, pela Natureza a que pertencemos. Um desespero que nos permita acreditar que vale a pena fazer algo de diferente, agir de forma diferente, apenas e só porque faz (mais) sentido.

Que herança queremos deixar aos nossos filhos e netos? Em que mundo queremos participar e que mundo queremos ajudar a construir? Como queremos ser recordados? Que pegada vai ficar marcada na memória

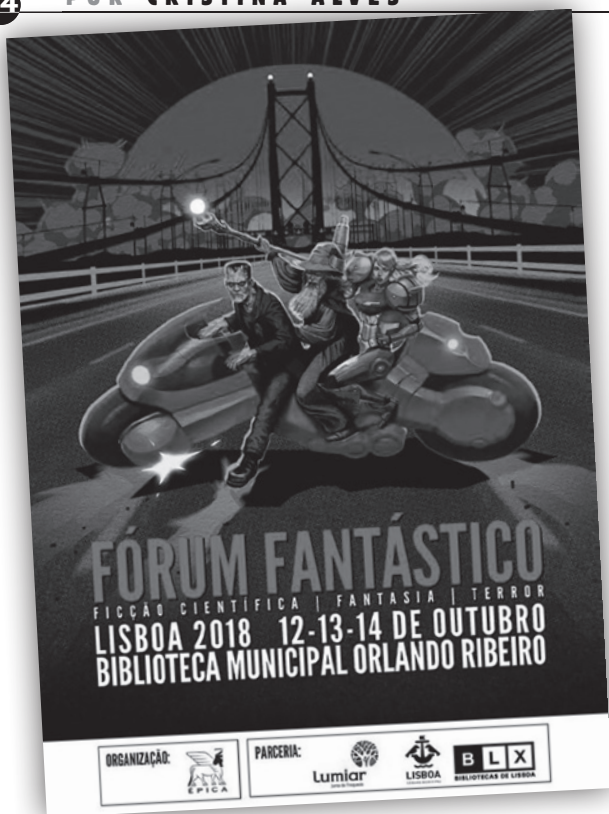


e na consciência e no coração dos que vêm depois de nós? A ideia que está na génese do Colectivo Metamorfia é dar um contributo para esta(s) conversa(s): com nós próprios e uns com os outros no presente, com nós próprios e uns com os outros no futuro, e com aqueles que ainda não podem conversar nem questionar-se. Mas vão fazê-lo. E quando o fizerem, vão perguntar: “Porquê?”. Por isso perguntamos agora: “Porque

não?”.

As palavras têm o poder de transformar. Transformar ideias, emoções, estados de espírito e atitudes. Aqui, queremos dar acesso em português a textos que têm um potencial transformador, que podem ser fonte de reflexão e de mudança de consciências. A sua tradução, que é em si um processo de transformação, é apenas um pequeno passo para o início de muitas conversas, entre nós e com nós próprios. Através das palavras que aqui partilhamos, queremos ajudar a construir pontes para um outro mundo, a traçar o enredo para uma outra história, e assim dar um contributo para um presente mais consciente e um futuro com mais sentido. Como esse mundo e essa história, este é um projecto em construção, e só tem a beneficiar da participação de todos os que vêm por bem.

Contactos: colectivometamorfia@gmail.com | <https://metamorfia.wordpress.com> | @colectivometamorfia



Lançamentos

Aproveitando um dia mais direccionado para a cidade de Lisboa (até no seguimento do recente espaço de reflexão de que o futuro da cidade se tem criado), ocorreu o lançamento de “Lisboa Oculta – Guia Turístico”. Tratando-se de um projecto que está em curso há algum tempo, era dos lançamentos que mais esperava. A apresentação ficou a cargo de Anísio Franco, licenciado em História da Arte e conservador no Museu Nacional de Arte Antiga, que bem conhece a história de muitos dos locais retratados, e que deu uma perspectiva interessante a este lançamento. Nesta antologia de contos com a forma de guia turístico, vários espaços da cidade são convertidos em cenários fantásticos, sobretudo envoltos em horror, destacando-se o visual cuidado das páginas, diferente de conto para conto.

Outro dos livros cujo lançamento teve grande destaque no Fórum Fantástico, foi “Tudo Isto Existe” de João Ventura. João Ventura é um dos autores mais prolíferos do meio da ficção especulativa portuguesa, que tem publicado em diversas antologias. Os seus contos encontravam-se, por isso, até agora, dispersos, sendo que “Tudo Isto Existe” constitui a primeira colectânea do autor. A apresentação foi precedida por uma pequena peça de teatro, que consistiu na adaptação de um dos contos curtos de João Ventura, “Outro Sentido”, com encenação de Sara Afonso.

Outra das obras de ficção especulativa apresentada foi “O Resto é Paisagem”, uma antologia que teve como

Assim FOI

O Fórum
Fantástico
deste
ano foi

caracterizado por vários lançamentos de autores portugueses pelas editoras Imaginauta e Editorial Divergência, destacando-se, também, a presença do autor de ficção especulativa Chris Wooding e da editora Gillian Redfearn, que trabalha para a Gollancz.

editor o Luís Filipe Silva, e que foi lançada pela Editorial Divergência. Esta antologia reuniu vários contos que decorrem num cenário rural, cenário inquietante e que não é totalmente dominado pelo homem e que, como tal, é propício a histórias com elementos de terror. Neste caso o espaço da apresentação foi partilhado com André Oliveira que também aproveitou o cenário rural para tecer várias das suas histórias, exactamente pelos mesmos motivos. Neste caso, a conversa começou por referir as obras de André Oliveira e prosseguiu para o seu mais recente projecto, como editor da JBC.

Na componente de banda desenhada lançou-se, como já é habitual, o mais recente volume da “Apocryphus”,



Fotos: Cristina Alves



"Femme Fatale", com a presença de vários dos autores. Falou-se, claro, do processo criativo e da cooperação entre narradores e desenhadores, sem esquecer as adversidades e a evolução da antologia ao longo dos volumes. Infelizmente, esta sessão passou do Sábado para o Domingo (no seguimento do temporal que se esperava) tendo, por isso, sido realizada com menor presença de autores do que seria expectável.

Convidados internacionais

Mas o Fórum Fantástico não apresentou apenas novos livros. Este ano teve dois convidados internacionais, Chris Wooding e Gilian Redfearn que participaram em duas conversas sobre publicação e edição, em dois dias diferentes, sexta e sábado. Na sexta a conversa centrou-se mais em Gilian Redfearn, editora na Gollancz, uma das mais conhecidas editoras mundiais no género da ficção especulativa. Falou-se do processo de edição, das diferentes formas de editar e da forma como se escolhem as obras a publicar. Já no Sábado a conversa centrou-se em Chris Wooding, que falou das suas obras e da forma como se adaptou à temática YA por ter mais liberdade do que nas restantes secções, em que os livros são dema-

siado catalogados e direccionados para um rótulo. A conversa tocou, claro, na sua perspectiva sobre a componente de edição, e na forma como recebe as sugestões (por exemplo, de Gilian Redfearn. Chris Wooding foi, ainda, responsável por um workshop no Domingo de escrita, com o título: "Character, character, character: putting people in you story".

Lisboa, cidade fantástica de futuros diversos

Ainda que, para mim, o dia de sexta tenha começado mais tarde do que o horário oficial, ainda apanhei parte da conversa "A Lisboa que teria sido... a Lisboa que poderá ser" em que se falou da cidade enquanto espaço de pessoas e para pessoas, espaço em mudança e adaptação constante. Claro que, tendo esta conversa a presença de João Barreiros, Lisboa foi arrasada por monstros e alienígenas, mas sobrevive ainda, com vários futuros possíveis.

Aniversários

Na sequência dos 25 anos de Filipe Seems foi inaugurada uma exposição com algumas pranchas da obra, e os autores, Nuno Artur Silva e António José Gonçalves, tiveram presentes para uma conversa sobre o





surgir da obra, sobre o processo criativo e a evolução da forma de publicação, passando de tiras para o volume que as reúne.

Ainda, por ocasião dos 20 anos da morte de Lima de Freitas, foi feita uma homenagem com a presença de José Hartvig de Freitas, o filho que é conhecido como tendo um papel bastante importante na banda desenhada portuguesa. Lima de Freitas, pintor, desenhador e escritor português é conhecido, entre os leitores de ficção científica, como o criador de várias capas dos livros da colecção Argonauta, tendo sido apresentadas várias das que criou. Hartvig de Freitas falou, não só da sua experiência como filho (crescendo com os cenários fantásticos) como da carreira do pai.

Prémios

Este ano foi caracterizado pelo anúncio de dois prémios, um o prémio António de Macedo, como homenagem ao falecido escritor de ficção especulativa, que é atribuído pela Editorial Divergência, com publicação do trabalho escolhido (sem que o autor tenha, claro, de pagar seja o que for – a Divergência não é uma Vanity). O prémio teve, como júri, Rui Ramos e Bruno Martins Soares (para além de Pedro Cipriano,



claro) e foi atribuído a Pedro Lucas Martins. Foram, ainda, revelados os vencedores do prémio Adamastor nas várias categorias. O prémio teve uma fase de nomeação e uma fase de votação, sendo que indico os nomeados e os vencedores:

Grande Prémio Adamastor de Literatura Fantástica Portuguesa

Anjos, de Carlos Silva

Dormir com Lisboa, de Fausta Cardoso Pereira

Espada que Sangra, de Nuno Ferreira

Lovesenda, de António de Macedo

As Nuvens de Hamburgo, de Pedro Cipriano

Proxy, de vários

Prémio Adamastor de Literatura Fantástica Estrangeira

Coração Negro, de Naomi Novik

Fome, de Alma Katsu

Livro do Pó, de Philip Pullman

Lovestar, de Andri Snaer Magnason

Normal, de Warren Ellis

O que se vê da última fila, de Neil Gaiman

Quem Teme a Morte, de Nnedi Okorafor



Reino do Amanhã, de J.G. Ballard
Revelação do Bobo, de Robin Hobb
Semente de Bruxa, de Margaret Atwood

Prémio Adamastor de Ficção Fantástica em Conto

Aranha, de Pedro Cipriano
Bastet, de Mário Seabra Coelho
Coração de Pedra, de Diana Pinguicha
Crazy Equoides, de João Barreiros
Modelação ascendente, de Júlia Durand
Videri Quam Esse, de Anton Stark

Prémio Adamastor de Ficção Fantástica em Banda Desenhada

Cemitério dos Sonhos, de Miguel Peres
Dragomante, de Manuel Morgado e Filipe Faria
Free Lance, de Diogo Carvalho
Futuro Proibido, de Pepedelrey
Hanuram, de Ricardo Venâncio
Lugar Maldito, de André Oliveira e João Sequeira
SINtra, de Inês Garcia e Tiago Cruz

Outras conversas

Vencedor do prémio Utopiales, com "A Instalação do Medo", Rui Zink falou do seu livro e do respectivo prémio (pouco mencionado na média tradicional) bem como de vários factores sociais (e das redes sociais) actuais. Foi uma conversa divertida com alguns pontos interessantes (ainda que não subscreva várias das perspectivas apresentadas) como a constante desumanização do outro (e por isso passível de linchamento) que passou pela

componente literária e sobre o facto das pessoas ficarem fascinadas com um livro na medida do que leram (em relação a outros livros). Ou do que não leram.

Outros espaços

A maioria das actividades decorreu no auditório, mas o Fórum Fantástico é mais do que esta componente. À semelhança de outros anos, existiam bancas de várias editoras com livros publicados de fantástico (como Imaginauta, Editorial Divergência ou Saída de Emergência) para além de bancas de alguns autores com material próprio. Destaca-se, também, a tenda com banda desenhada e livros de ficção especulativa (em português e inglês), bem como a exposição alusiva a Philip Seems.

Esta componente (outros espaços) estava um pouco mais fraca do que no ano anterior, em que o agendamento do evento para datas mais próximas do Verão, permitiu uma melhor exploração do espaço da biblioteca. Tanto quanto percebi da programação estava previsto um espaço com demonstração e jogos de tabuleiro, mas sempre que fui à zona assignada, não encontrei esta componente, julgo que, também, por constrangimentos meteorológicos.

Cristina Alves anima o blogue "Rascunhos", dedicado a banda desenhada, ficção científica e jogos de tabuleiro | osrascunhos.com





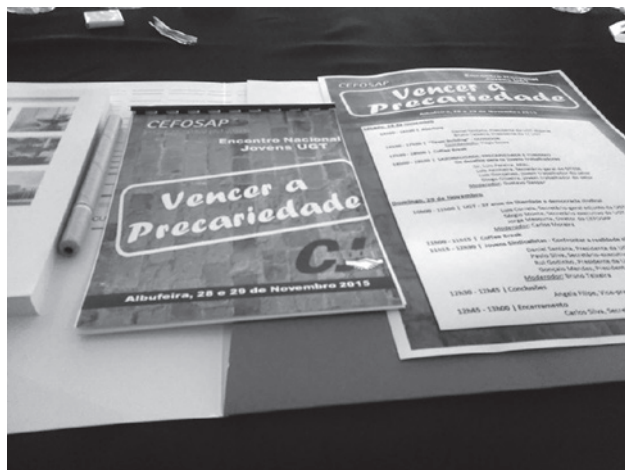
O Sindicalismo JOVEM em Portugal

Carlos Moreira é Coordenador Regional de Lisboa e Vale do Tejo do SINTAP, presidente da Comissão de Juventude da UGT e licenciado em História pela FCSH-UNL com pós-graduação em História Medieval na mesma faculdade. Nesta curta entrevista abordamos o sindicalismo em Portugal, o futuro do trabalho e os desafios que nos aguardam.

Foto: Inês Matos

Com base na tua experiência, sentes que há uma resistência cada vez maior à sindicalização? A crise terá favorecido um ambiente de medo entre os trabalhadores, que os leva a abdicar e a não reivindicar os seus direitos?

Boa tarde Flávio, em primeiro lugar queria agradecer a possibilidade de falarmos de uma temática que considero essencial para o equilíbrio social, o movimento sindical.



Os sindicatos sofrem do mesmo problema que todos os movimentos cívicos ou sociais, constituídos no século XX, onde muitos dos jovens não se consideram representados, por conseguinte, são precisas mudanças nas formas de “estarmos” próximo dos associados e dos trabalhadores.

No entanto, ao contrário do que muitos afirmam e outros tantos pensam, o movimento sindical da UGT apresenta crescimentos assinaláveis no número de trabalhadores e trabalhadoras a sindicalizarem-se nos nossos sindicatos, em sectores como os serviços, a indústria automóvel, a indústria do papel, no sector agrícola e claro está no sector da Administração Pública. Apresentamos também altas taxas de sindicalização em alguns sectores como a Banca e os Seguros, embora aqui a robotização e a digitalização comecem a provocar sangrias no número de trabalhadores e por conseguinte na sindicalização.

Assisti também durante os anos da Troika a um crescimento do número de chamadas, plenários e visitas a locais de trabalho da nossa parte o que permitiu uma defesa consistente face aos impulsos destrutivos de uma política de números e não de pessoas. Este trabalho de formiga permitiu resistir e crescer, sendo assinalável o crescimento de sindicalizados, pelo que não considero que haja medo e muitos dos novos dirigentes e activistas sindicais eram e são precários nos seus contratos.

Assim considero que a Troika permitiu reavivar o vigor e muitos procuraram a protecção dos sindicatos para se protegerem e conseguirem ter meios de agir local ou estruturalmente.

Antes de te conhecer, desconhecia a existência da Comissão de Juventude da UGT, quando surgiu? Qual o seu propósito?

Um activista sindical é um agitador por natureza, e nós jovens somos o factor diferenciador de todos os movimentos, porque nenhum movimento colectivo se faz sem futuro, sem perspectiva de consolidação e crescimento.

A Comissão de Juventude da UGT nasceu com a Central em 1978, onde muitos dos dirigentes eram jovens, como os capitães do 25 de Abril, eram livres e conscientes das agruras que os sindicatos tinham passado durante o Estado Novo e não queriam um pensamento único, queriam ser uma plataforma que acolhia todos, onde cada um tinha o seu espaço.

A CJ UGT foi o embrião de muitos dos dirigentes que hoje são os dirigentes de topo do movimento sindical da UGT, mas também a nível internacional.

O propósito da CJ UGT é ser uma plataforma representativa dos vários sectores que compõe a nossa central sindical, para a qual contribuem os vários sindicatos com membros para o secretariado da comissão. Para além dos eleitos e indicados, a Comissão procura



promover a partilha de conhecimentos entre os vários jovens activistas sindicais, para além da ligação às plataformas nacionais e internacionais como o Conselho Nacional da Juventude de Portugal, o Comité Jovem da Confederação Europeia de Sindicatos.

Participamos também no Conselho Consultivo da Juventude, um órgão criado pelo governo onde acompanhamos a implementação de diversos programas governamentais para a juventude, tais como o Plano



não esqueço, mas acima de considerações pessoais, está o princípio da justiça para todos, com a devida separação de poderes e claramente no Brasil esse é o problema neste momento.

No âmbito europeu, nota-se uma hostilidade crescente Norte-Sul devido em grande parte à "competitividade" dos baixos ordenados em países como Portugal, Itália e Grécia. Tal afecta as relações entre os vários sindicatos europeus?

No que diz respeito à Confederação Europeia de Sindicatos e a posição dos trabalhadores no seio da União Europeia podemos dizer que as diferenças entre Norte e Sul não se sentem, sobretudo em relação à perda de direitos e ao crescimento da precariedade.

No entanto, obviamente temos velocidades diferentes e também como tudo, quem tem mais membros acaba por ter uma posição mais forte dentro das organizações. Assim não é por acaso o peso da DGB (Central Sindical Alemã), da OGB (Central Sindical Austríaca), as centrais sindicais italianas e francesas dentro da CES.

No entanto nem tudo é mau para os países mais pequenos, porque a CJ UGT, por exemplo, ocupa neste momento a Vice-Presidência para a Região Latina no Comité Jovem da CES, uma posição que muito nos orgulha e que procura articular a posição dos jovens trabalhadores em Portugal, Espanha e Itália.

Nacional para a Juventude, aprovado hoje dia 9 de Agosto em Sede de Conselho de Ministros.

Acompanhamos também várias outras medidas como o Garantia Jovem, programa que não tem tido o impacto que se desejava e esperamos claro que a taxa de desemprego jovem chegue rapidamente aos valores da taxa de desemprego a nível nacional.

Podemos dizer que a CJ UGT acompanha todas as temáticas da juventude no que diz respeito à juventude sindical dentro dos vários sindicatos, mobilizando os jovens activistas, mas também ao nível governativo a nível nacional e internacional.

A UGT manifestou-se contra a prisão de Lula da Silva no Brasil, um político de centro-esquerda que iniciou o seu percurso como sindicalista. Estaremos a testemunhar um retrocesso da luta laboral na América Latina?

A UGT acompanhou a posição manifestada pela Confederação Internacional de Sindicatos, bem como a posição das Centrais Sindicais Brasileiras e da CSCPLP, não porque a luta laboral estivesse em causa, mas sobretudo porque a prisão de Lula da Silva simboliza aquilo que somos plenamente contra, ou seja a subserviência do poder judicial ao poder político.

Lula foi um grande sindicalista e um governante que libertou milhões da pobreza, essa é uma marca que não se apaga, uma marca que enquanto trabalhador



Aliás, organizámos um encontro com 30 jovens dirigentes e ativistas sindicais em Maio, com representantes de vários países e também portugueses de forma, a verificarmos e construirmos soluções integradas para a nossa geração e as vindouras, estando neste momento a trabalhar de perto com a Presidente do Comité Jovem da CES e todo o Bureau de forma, a que as posições da UGT sejam ouvidas e provoquem acções no que diz respeito ao Pilar dos Direitos Sociais.

Um Ordenado Mínimo Europeu e uma política laboral europeia seria uma mais-valia?

Embora o Ordenado Mínimo Europeu seja uma medida em teoria boa, penso que temos que ser muito realistas e pragmáticos, logo considero que não teremos uma medida dessa envergadura numa Europa que não se entende em tantos outros temas.

Quanto à política laboral temos o mesmo problema, porque como controlar o saque que países deficitários na formação de quadros continuam a fazer a países como Portugal em áreas que continuamos a ter problemas em fixar trabalhadores. Não será um problema fácil com uma solução simples, mas vamos ter que começar a olhar para esta questão, seja aliviando as medidas de défice aos países que formam mais quadros ou então penalizando fiscalmente e com contribuições mais elevadas aqueles que não formam.



O sindicalismo em Portugal tem sido visto como direito quase exclusivo da Função Pública, sentes esta realidade ao lidar com trabalhadores no teu dia a dia?

Essa imagem é totalmente incorreta. Como sabes, eu sou funcionário público, pertenço e sou dirigente do SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos; mas não somos exclusivos do sindicalismo.

A UGT tem mais de 50 sindicatos, muitos actantes apenas em sectores totalmente privados como a Banca, onde temos o maior sindicato português, o SBSI, com mais de 43.000 membros. Para além deste sector temos grandes sindicatos na UGT em sectores como a Indústria, o SINDEL, no Comércio, o SITESE, entre outros.

No entanto, o SINTAP, como sindicato da Administração Pública de âmbito nacional e vertical, tem uma posição importante, porque integra e lidera uma Federação (FESAP) com mais de 30 sindicatos, num sector que conta com 700.000 trabalhadores, entre carreiras gerais e carreiras especiais e não revistas.

O meu conselho a todos os jovens é que se sindicalizem e como disse e digo, o patrão não tem que saber, mas podemos contar que estando sindicalizados nos sindicatos da UGT estes não nos deixarão sozinhos quando e se precisarmos.



O que te atraiu para a luta sindical? Foi uma evolução política pensada ou deveu-se às circunstâncias?

Não foi uma evolução pensada, diria que foi um acaso conduzido pela vontade cívica de servir, mas inicialmente só queria estar sindicalizado para o caso de algum dia precisar de apoio jurídico ou a intervenção de alguém em meu nome.

Essa, aliás, é uma história engraçada, porque me sindicalizei no SINTAP através de um camarada que à época partilhava responsabilidades políticas ao nível autárquico comigo e era dirigente do SINDETELCO, de seu nome Francisco Máximo. Pedi-lhe que me trouxesse uma proposta de adesão para o SINTAP e ele, em vez disso, deu o meu contacto ao José Abraão, atual Secretário-Geral do SINTAP e da FESAP. No dia seguinte à conversa, estava a trabalhar e fui contactado e acedi encontrar-me com o José Abraão, ali perto do sítio onde trabalhava, que logo me convidou a participar, estávamos em 2012.

Comecei por fazer plenários junto de colegas de outros serviços dentro da minha entidade patronal e fazia fora do meu horário de trabalho, e logo no primeiro fui atirado aos tubarões e chamado a dizer umas palavrinhas, algo que não foi fácil, mas pelo que dizem correu bem.

Em 2013, fui o mais jovem dirigente eleito no Congresso Nacional, para o Conselho Geral e assumi funções na Regional de Lisboa e Vale do Tejo, passando a usufruir dos tempos sindicais nos termos da lei e procurando renovar o SINTAP.

Felizmente as coisas correram bem e em 2016, passo a dirigente a tempo inteiro da Regional, após o convi-

te do José Abraão para assumir mais responsabilidades dentro do sindicato, passo reforçado pela eleição como Presidente da Comissão de Juventude da UGT em Abril de 2017 e consolidado pela eleição para Coordenador da Regional de Lisboa e Vale do Tejo do SINTAP em Fevereiro deste ano.

Por isso, digo que é um feliz acaso, com muito trabalho e esforço pessoal, mas também de muitos homens e mulheres que felizmente me acompanham desde a minha entrada como associado. Sinto-me bem a ajudar os meus colegas, a conseguir melhores condições para todos, embora como saiba, tal como na política, nem sempre tudo acontece como desejamos, pelo que os sindicalistas têm que ter uma capacidade de resiliência acima da média.

Cada vez mais empresas incluem um seguro de saúde entre as regalias que atribuem aos seus trabalhadores, será este um mero reflexo da precariedade que tem atingido o SNS?

Em primeiro lugar convém perceber se o seguro de saúde não é “dado” para compensar putativos cortes à remuneração que devia ser paga e que algumas empresas utilizam como “prémio” de produtividade, mas vamos partir do princípio que não é nenhum destes casos.

Eu gostaria que o SNS tivesse capacidade de tratar todos os que dele precisam, mas sabemos que os hospitais privados tratam muitas das vezes os casos menos graves remetendo para os hospitais públicos os casos mais graves e que necessitam de mais assistência e significam mais custos para os privados.

Não sou, no entanto, hipócrita, porque como funcionário público tenho a ADSE, o sub-sistema de saúde

pago integralmente com os descontos que mensalmente eu e tantos outros fazemos para este sub-sistema, e sou dos que sabem que uma grande fatia do volume de negócios dos privados na área da saúde provém da ADSE e dos seus beneficiários.

Assim o que podemos dizer é que o SNS deve ter condições de prestar cuidados a todos, e que nenhum seguro de saúde nos vai ajudar quando tivermos problemas graves, basta ver o que acontece tantas vezes quando alguém tem um acidente de trabalho.

Já que falamos em precariedade, como encaraste as alterações ao regime dos trabalhadores a recibos verdes, serão suficientes? Não seria fácil para o governo fiscalizar os falsos recibos verdes com base nas declarações de IRS?

A fiscalização via declaração de IRS é altamente falível, devendo ser fiscalizados os indícios de laboriedade, no sentido de penalizar os empregadores que recorrem a esse tipo de mecanismo para suprir necessidades permanentes no que diz respeito aos trabalhadores.

Quanto às alterações no regime dos trabalhadores a recibos verdes, penso que na generalidade são boas, porque procuram penalizar o recurso extensivo a este mecanismo de contratação altamente precário e reforçam a protecção social dos trabalhadores nestas condições, como por exemplo na redução do período de contribuição para a Segurança Social de forma a ter subsídio de desemprego.

No entanto, não podemos deixar de assinalar que o novo regime contributivo veio trazer em alguns casos um acréscimo no valor pago pelos trabalhadores, sem o devido aumento de salário, o



que em última análise resulta na perda de poder de compra e de salário disponível face às despesas correntes.

Com a robotização e utilização cada vez mais difusa da Inteligência Artificial, estará o sindicalismo preparado para enfrentar um futuro onde o trabalho seja algo raro?

O movimento sindical é fundamental para a sociedade humana, onde o factor trabalho é o mecanismo de realização pessoal e familiar, pelo que embora a robotização venha

por desafios a todos os agentes laborais somos nós, os trabalhadores, os mais afectados.

Somos condicionados desde logo na escolha de algumas profissões que se irão extinguir nos próximos anos, pelo menos de acordo com alguns estudos.

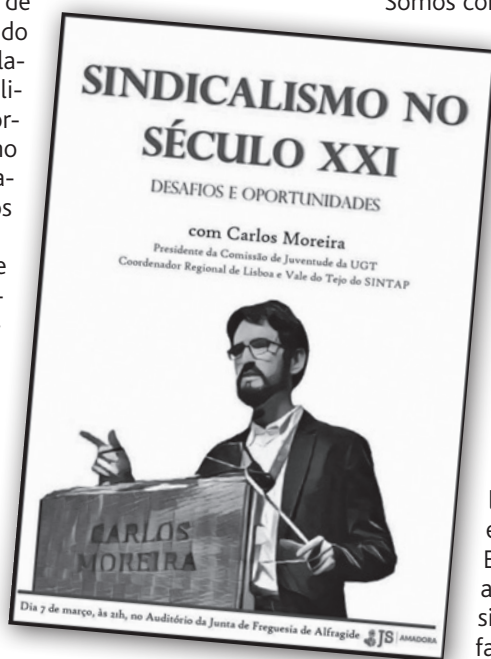
Somos condicionados na formação da nos-

sa juventude, onde cada vez mais ser licenciado não é sinónimo de trabalho permanente. Somos condicionados nas escolhas que tomamos, porque hoje em dia, um emprego não é para sempre e muitas vezes estamos em constante formação para diversas tarefas que vão mudando muito rapidamente.

Com isto não quero dizer que o trabalho vai perder o seu papel fundamental na redistribuição dos proveitos vindos da venda de um produto, mas temos que cada vez mais olhar para o trabalho como um factor de mais-valia e não uma despesa.

Este tem sido, desde pelo menos a revolução industrial, o papel dos sindicatos procurando valorizar o factor humano no mundo do trabalho e creio que embora a robotização nos venha trazer desafios,

também nos trará oportunidades e estou certo que os sindicatos saberão adaptar-se às novas realidades.





O Massacre 120 Anos Depois

O último mês de outubro marcou o 120º aniversário do maior massacre da história da República do Brasil. A Guerra de Canudos ocorreu entre 1896 e 1897 e levou a vida de mais de 35.000 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Dentre os civis mortos, ao menos 500 índios Kiriri morreram. De acordo com o antropólogo Edwin Reesink, com quem conversei por telefone, eles lutavam com arcos e flechas.

Os cidadãos de Canudos preferiram defender seu modo de vida do que se render à nova república, custasse o que custasse. Tendo sido convertidos ao cristianismo no século XVII pelos jesuítas, os índios decidiram se juntar à batalha graças à personalidade carismática de Antônio Conselheiro. Outros fatores sociais também devem ser levados em conta. Como nota Reesink, "Os Kiriri estavam no ponto mais baixo da sua história, tinham problemas com os brancos, sofriam opressão e discriminação."

Um momento crucial na decisão dos Kiriri de ingressar no conflito foi a expedição de Conselheiro ao seu território para buscar madeira para construir sua igreja. Acompanhado por vários homens, o próprio Conselheiro

ro caminhou mais de 100 quilômetros para conseguir a madeira. Os Kiriri consideraram a passagem de Conselheiro "a maior alegria do mundo", de acordo com Reesink.

Confirmando a profética frase segundo a qual "Se bens não cruzam fronteiras, tropas o farão", a guerra de Canudos começa em junho de 1896, após Antônio Conselheiro ter encomendado madeira na cidade de Juazeiro, para a construção da sua igreja. Apesar de Conselheiro ter pago a encomenda, o material não foi entregue, o que gerou pavor em autoridades da república, que temiam que o beato fosse buscar a madeira à força, usando jagunços como escolta.

Essa histeria desencadeou medo de que Canudos esti-



Foto: Flávio de Barros

vesse resistindo à República e fomentasse um levante monarquista. Essa é uma interpretação errônea da independência de Canudos. Aquelas pessoas lutavam somente por seu direito de soberania e autodeterminação, batalha que muitos povos enfrentam ainda hoje. O que se seguiu então foi a maior chacina da história do Brasil, com mais de 35.000 mortos. O povoado de Canudos sucumbiu, com homens, mulheres e crianças que resistiam sendo degolados. A cidade inteira fora devastada, nenhuma construção permaneceu intacta. O escritor Euclides da Cunha relata: "Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho."

Nem todos os Kiriri participaram no conflito, porém mesmo para os que sobreviveram, as perdas foram irreparáveis. Os últimos xamãs que falavam seu idioma foram mortos no combate, enfraquecendo seus laços com os encantados, entidades sobrenaturais com quem os Kiriri acreditam se comunicar e que lhes ajuda em suas lutas políticas, sociais e territoriais. Além do

problema religioso, os sobreviventes muitas vezes descobriam que suas terras haviam sido ocupadas pelos brancos durante sua ausência, algumas das quais não retornaram às suas mãos até hoje.

Mario Vargas Llosa, escritor peruano ganhador do Prêmio Nobel, chamou o episódio de A Guerra do Fim do Mundo, em seu famoso livro que reencena a guerra. A cidade fora até mesmo engolida pelo rio Cocorobó, como se para suprimir qualquer esperança de que algum dia fosse recomposta.

Canudos foi vítima da guerra total, conflito típico da alta modernidade, em que apenas derrotar seu inimigo não é o bastante, precisa-se exterminá-lo, eliminá-lo da face da Terra. O conceito de guerra total, originalmente cunhado pelo general prussiano Carl von Clausewitz em seu famoso tratado militar "Da Guerra" (Von Kriege) foi replicado em muitos conflitos ao redor do mundo. É assustador, no entanto, que o governo brasileiro tenha sido um dos poucos regimes a aplicá-lo ao seu próprio povo. Não precisamos de invasões bárbaras, somos nossos próprios hunos.

A história da guerra de Canudos se tornou conhecida internacionalmente graças a Euclides da Cunha, que escreveu "Os Sertões", descrevendo o conflito. Apesar de originalmente ser um engenheiro, Euclides sempre lutou ao lado dos oprimidos, escrevendo críticas sociais nos jornais sob o pseudônimo de "Proudhon". Euclides também fora abolicionista muito antes do fim da escravidão. Sua vida e seus escritos sobre a guerra de Ca-





nudos refletem a destruição causada pela guerra total. "Os Sertões" foi comparado à "Ilíada" de Homero: é o fundador de uma cultura, principiador de uma literatura e inventor de uma nacionalidade. Originalmente um escritor romântico influenciado por Victor Hugo, a prosa de Euclides se transfiguraria após o que viu em Canudos. Após testemunhar o desastre em Canudos, sua escrita se torna expressionista, denunciando as atroci-

dades perpetuadas pela República: "Euclides faz parte de uma geração desiludida pela República", explica o pesquisador Francisco Foot Hardman. O escritor havia sido expulso da Escola Militar da Praia Vermelha após quebrar seu sabre durante um desfile militar, protestando contra a monarquia. Ele defendera a República, mas não podia mais defender o indefensável. Em "Os Sertões", Euclides "denuncia o crime da nacionalidade",





diz Hardman. Depois da catástrofe de Canudos, sua fé na ordem e no progresso parecem retroceder: "Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora", lê-se nas páginas do livro.

Canudos ainda sobrevive. Não somente no imaginário popular, mas ainda ecoa em nossas vidas cotidianas. Analisando nosso cenário político contemporâneo, sobretudo as atrocidades que ocorrem diariamente em

nossas favelas, Hardman diz que "os sertões estão aqui, os sertões estão entre nós." Talvez, de alguma forma estejamos todos ainda esperando Antonio Conselheiro. Esperamos somente não enfrentar o mesmo destino dos quatro últimos resistentes de Canudos: apontados por rifles, "Canudos não se rendeu."

© C4SS

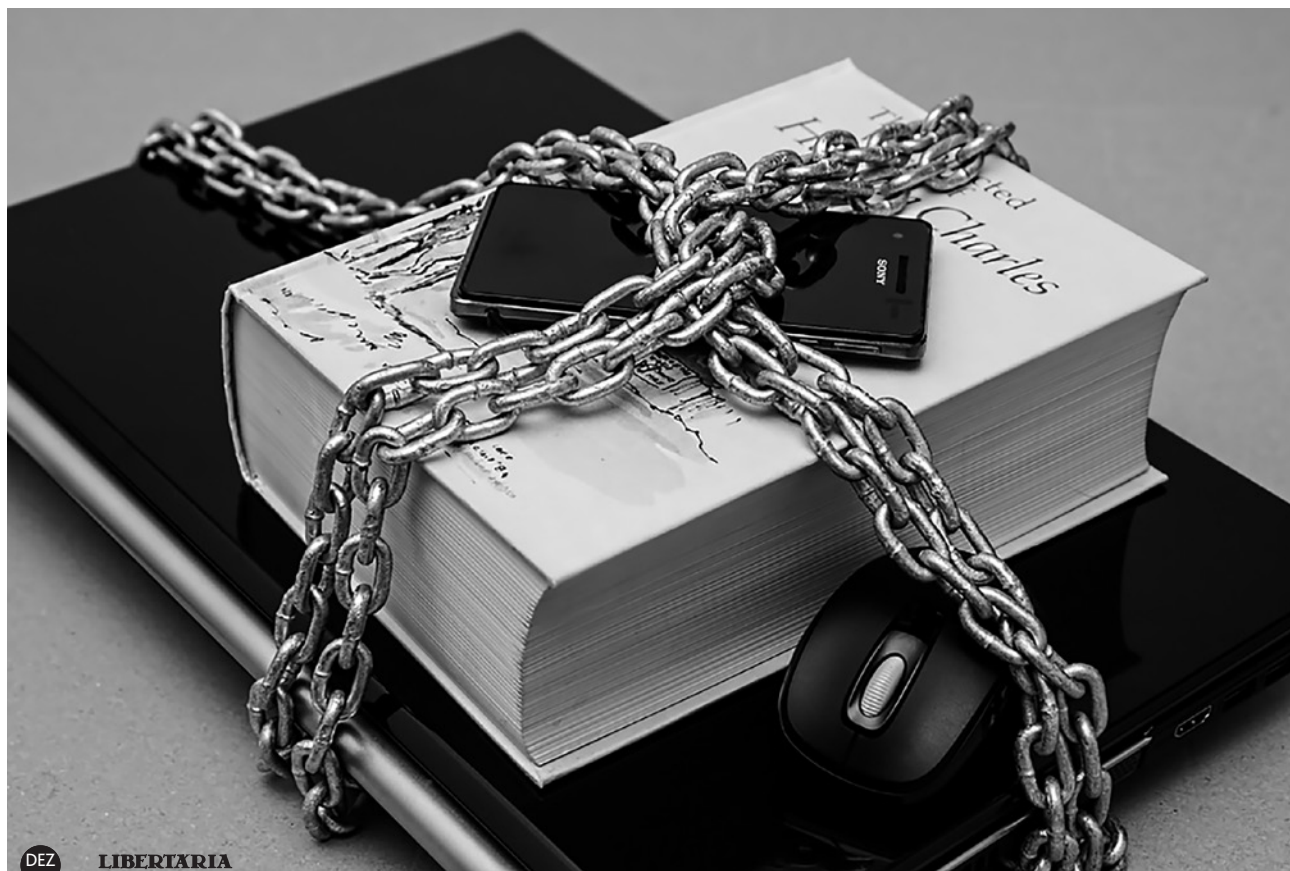


O politicamente correcto não é um plano comunista

A lista de avanços pelos quais o “marxismo cultural” tem levado com as culpas inclui os seguintes:

o movimento dos direitos LGBT, principalmente o aperto legal para eliminar

as leis sobre a sodomia e legitimar o casamento gay; o activismo pela aceitação e reconhecimento dos transgéneros; o aumento dos divórcios desde o final do século XX e diminuição da constituição dos núcleos familiares; o protesto contra o abuso policial por parte dos afro-americanos; arte e música que não cumpre com as convenções dos géneros familiares; o aumento da presença de uma variedade de raças, géneros e sexualidades na comunicação social mais popular; a aceitação dos imigrantes e o pluralismo cultural trazido por estes; a falta de tolerância para com ideias não-liberais nos campus universitários.





Esta lista de particularidades não é nova, principalmente vinda de conservadores. A viragem foi começarem a arrastar Karl Marx para a mesma. A narrativa reza assim: após a horrenda morte de milhões, o comunismo global pode estar desacreditado como sistema económico viável, mas os seus defensores querem impingir-lo sorrateiramente por via da decadência cultural. Como tal, o politicamente correcto faz parte de um gigantesco esquema de esquerda para tomar conta da América.

Há que dar crédito à direita conspirativa, pelo menos, pela sua astúcia retórica neste artifício. Como é que podemos concordar que gays afáveis apareçam na publicidade dos iogurtes se não passa tudo de uma conspiração comuna?

Pode ser reconfortante afirmar que os nossos adversários ideológicos são grupelhos de demoníacos manipuladores intelectuais. Mas afirmar que os defensores do multiculturalismo, do feminismo e dos direitos gay são meros peões de judeus comunistas já falecidos é

um erro tanto do ponto de vista histórico como disparatado no que diz respeito à promoção de uma ideologia alternativa. Não triunfará ao tratar pessoas que se limitam meramente a discordar de si como se fossem cavalos de Tróia para a tirania socialista.

A Conspiração da Teoria Crítica

Seria de pensar que a História do marxismo cultural começasse com Marx, mas o pobre e desganhado prussiano não tem praticamente nada a ver com este conto de pérfida infiltração. Em vez disso, a teoria arancou no final dos anos 90 devido aos discursos, ensaios e livros da autoria de William Lind, depois com a Fundação Congresso Livre e Patrick Buchanan, o agitador cronista conservador, comentador televisivo e por vezes candidato presidencial. (O conceito, embora não o nome, foi cunhado mais cedo, num monógrafo datado de 1992 e titulado “A Nova Idade das Trevas: A Escola de Frankfurt e o Politicamente Correcto”, da autoria de um discípulo do notório teórico da conspiração Lyndon LaRouche.)

Lind e Buchanan afirmavam que vários progressos ou alterações legais de teor social – desde a educação sexual nas escolas públicas até aos códigos de oratória nos campus universitários – eram resultado deliberado de um programa iniciado há décadas por um pelotão de filósofos, musicólogos, psicólogos e carolas incompreendidos oriundos do fermento marxista/freudiano do intermédio entre as duas guerras mundiais na Europa.

Esse bando é conhecido pelo nome de Escola de Frankfurt, pois fundaram o seu Instituto para Pesquisa Social na Universidade Goethe de Frankfurt, nos anos 20. Na sua órbita incluiu filósofos sociais tão recônditos como Walter Benjamin, Max Horkheimer e Theodor Adorno.

Reza a história que esses cabeças ocas viram que as previsões de Marx quanto às contradições do capita-



lismo darem azo a uma revolta do proletariado estavam a falhar na sua concretização. Decidiram que os valores tradicionais da cultura ocidental estavam a manter as massas ao largo da sua missão revolucionária e era necessário aniquilá-los. A religião, a família, a moral sexual tradicional, a crença na verdade objectiva – tudo isso tinha que ser derrubado. Para tal criaram a “teoria crítica” para demolir os princípios sagrados que tornavam grandiosa a civilização ocidental e assim pavimentar a via para a tirania comunista e uma eventual utopia sem Estados.

Resumir aquilo em que os coagulados e confusos intelectuais da Escola de Frankfurt escreveram e no qual acreditavam mesmo ultrapassa a capacidade de um curto ensaio (ou até de um longo). Fortuitamente, também não é necessário para compreender a teoria da conspiração do marxismo cultural. Basicamente, estes filósofos acreditavam que o conhecimento e a racionalidade não se encontram necessariamente para lá da história e da cultura, uma vez que tudo aquilo que conhecemos advém de perspectivas socialmente embutidas.

Este ponto de vista na realidade tornava alvo de crítica todos os tipos de instituições e mais algumas, mas não era inerentemente uma ameaça à liberdade ocidental. Como resume a popular Internet Encyclopedia of Philosophy, “o propósito da crítica da teoria social é o de avaliar o grau de racionalidade de qualquer sistema de domínio social de acordo com os padrões da justiça”. Tal por si só não é um ideal não libertário, embora os seus praticantes não o levassem ao ponto de obter conclusões libertárias.

Adorno e Horkheimer, por exemplo, esperavam dis-



cernir as raízes da “personalidade autoritária” através de um misto de marxismo, freudianismo e dados de pesquisa. Esta tentativa de compreender as tendências mais perturbadoras da política do século XX levou a que os seus seguidores, exasperadamente, descartassem praticamente todas as atitudes não-progressivas como “fascistas” e a tratar as diferenças políticas como indícios de defeitos mentais. Mas na sua análise sobre



a família, não descartaram assim tanto o valor da paternidade, principalmente como baluarte contra o poder totalizante das indústrias de cultura capitalista que tanto receavam e criticavam. Culpavam a cultura pop moderna pela deformação da natural noção de moral das massas, como fazem os tradicionalistas modernos. A análise dos teóricos da Crítica quanto ao poder da comunicação social electrónica e moderna são interpretados pelas mentes conspiratórias como prova de que tencionavam ocupar a comunicação social com propósitos comunistas, mas de qualquer modo um verdadeiro académico de Frankfurt iria duvidar de que um esquema desse género pudesse funcionar no seio do sistema capitalista.

Quem Nos Irá Salvar?

Gastaríamos garrações de tinta naquilo que se seguiu à Escola de Frankfurt no meio académico. Mas tal não é relevante para o nosso objectivo, pois as teorias sobre o marxismo cultural mal dependem do que esses autores realmente exploraram nas suas obras.

Praticamente todos aqueles que popularizaram a teoria retiram as suas análises de fontes primárias como os ensaios de Lind e o livro “A Morte do Ocidente”, publicado por Buchanan em 2001. Os académicos de Frankfurt, propriamente ditos, aparecem normalmente numa mão cheia de citações “incriminatórias” fora de contexto que são excessivamente utilizadas. Por exemplo Georg Lukacs (que não pertence formalmente à Escola mas que é um companheiro de viagem intelectual frequentemente associado a esta), num prefácio ao seu livro obscurantista “A Teoria do Romance”, escreveu: “quem nos salva da civilização ocidental?” Este

cri de coeur de um homem que desesperava com um mundo tomado pela loucura da Primeira Guerra Mundial é uma suposta prova de que os progressistas culturais modernos não defendem aquilo que julgam ser correcto, ou tentam rectificar malfeitorias históricas, estão é deliberadamente a tentar destruir a civilização. A obsessão pelo marxismo cultural por parte desses conservadores é um mero excedente de requisitos. Os direitistas americanos odeiam o multiculturalismo, os direitos gay e o feminismo radical por si só, não por terem sido concebidos para pavimentar a via para o comunismo. Mas essa história tem a vantagem emocional de lhes permitir imaginar que as tendências que desprezam não surgiram de um longo historial de abusos sociais contra negros, gays, mulheres e imigrantes, mas de sinistras maquinações comuns para nos escravizar. É irrelevante que o imparável “declínio cultural” tradicionalista das últimas décadas não tenha aproximado os Estados Unidos nem uma réstia da propriedade pública dos meios de produção.

Consequências da Ideia

Andrew Breitbart, que em 2009 publicava artigos no seu portal Big Hollywood com títulos como “O Politicamente Correcto é Marxismo Cultural” e que nesse ano foi ao programa de Sean Hannity na Fox News para declarar que “o marxismo cultural é o politicamente correcto, é o multiculturalismo, e é uma guerra contra o judaico-cristianismo”, foi um dos maiores vectores modernos da crença nessa conspiração. Embora seja difícil responsabilizar com precisão as tendências culturais do subterrâneo, o seu império mediático foi muito provavelmente uma das principais incubadoras.





Apesar dos esforços de Breitbart para disseminar a ideia, esta não foi amplamente adoptada pelos políticos conservadores mais próximos do sistema nem pelas personalidades mais mediáticas. Uma vigorosa excepção é o psicólogo e guru de estilo de vida Jordan Peterson, que parece aludir à mesma ideia genérica quando utiliza o seu termo favorito, neo-marxismo pós-moderno.

O cultista da conspiração do marxismo cultural que teve o mais hediondo impacto público foi Anders Breivik, que assassinou 77 pessoas na Noruega em 2011. Nas 1.500 páginas do seu manifesto, Breivik escreveu que "não conseguimos derrotar a islamização ou travar/reverter a colonização islâmica da Europa Ocidental sem primeiro remover as doutrinas políticas que se manifestam através do multiculturalismo/marxismo cultural."

O Google Trends demonstra um aumento das pesquisas na Internet pelo termo desde a aurora da era Trump em finais de 2015; essencialmente duplicou quando comparado com a década anterior. A febre também afectou a própria administração: em 2017 Rich Higgins, funcionário da Segurança Nacional de Trump, insistia num memorando que "os islamitas aliam-se aos marxistas culturais porque... estão cientes de que a esquerda tem uma forte probabilidade de reduzir a civilização ocidental em benefício [do Islão]." (O memorando irritou o chefe de Higgins, H.R. McMaster, Conselheiro para a Segurança Nacional, ao ponto de o despedir.)

Uma das figuras mais recentes a aderir à teoria – e a mais surpreendente, uma vez que a sua personagem pública ao longo das suas campanhas presidenciais mais recentes evitou sensivelmente abordar tama-

nhos ressentimentos culturais – foi o ex-congressista do Texas com tendências libertárias, Ron Paul. Em Julho, o Facebook de Paul publicou um texto curto a atacar o marxismo cultural. A argumentação era fraca, mesmo para o género, ao mesmo tempo que insinuava para a ideia generalizada de que as tendências culturais progressistas não passavam de infusões comunistas: "os marxistas limitaram-se a desviar a sua mote da 'exploração' para a cultura: as mulheres exploradas pelos homens; – os gays explorados pelos heterossexuais – os idosos explorados pelos jovens – e vice-versa – a lista não tem fim."

Mas a publicação despertou a atenção bem para lá do seu mérito intelectual graças à caricatura que o acompanhava. Seguindo a já conhecida cartilha de culpar as mudanças culturais negativas num Outro invasor não-branco, a caricatura exibia estereótipos clássicos de personagens judias, negras, asiáticas e hispânicas a esmurrar o Tio Sam. O punho que partilhavam estava ilustrado com uma foice e um martelo, e uniam-se num grito conjunto de – já devem ter adivinhado – "MARXISMO CULTURAL".

Um estagiário foi rapidamente responsabilizado pela publicação da imagem, e a ilustração desapareceu. Foi substituída por um sinal genérico com os dizeres "Não ao Politicamente Correcto".

Aquela infeliz primeira imagem realçou os perigos de misturar os anseios políticos libertários com preocupações em redor do marxismo cultural. Não é por acaso que uma teoria que se cinge essencialmente a estrangeiros subversivos com uma religião diferente acaba por atrair caricaturas preconceituosas. Mas a segunda imagem toca um nervo na confusa mistura de receios que a frase encerra e que na realidade afectam a liberdade individual.

A maior parte das coisas que são atiradas para baixo da etiqueta do marxismo cultural na verdade não passam de opções pessoais de crenças ou estilos de vida, não são políticas. Mas o “politicamente correcto” tropeça frequentemente em verdadeiras tentativas de suprimir a liberdade de expressão, o que de facto é preocupante. E os conspiracionistas têm um teórico da Escola de Frankfurt para culpar por isso: Herbert Marcuse.

Marcuse, que depois da Segunda Guerra Mundial deu aulas nas principais universidades americanas, como a Columbia e Harvard, e que é frequentemente apontado como sendo a Maria Tifoide do marxismo cultural na América, advogou a supressão de ideias não esquerdistas. A “tolerância repressiva”, o paradoxal termo que empregou, insinuava que permitir a disseminação de ideias à direita do centro não seria genuína tolerância intelectual, mas o seu exacto oposto.

Marcuse não foi propriamente o primeiro a arranjar uma justificação para silenciar os seus opositores políticos. A “tolerância repressiva” não passa de uma mera reformulação da ancestral atitude de que só as ideias verdadeiramente apropriadas e aceitáveis deviam ser livremente expressas. Marcuse realçou a sua terrível noção com o tipo de tributo que o vício prega à virtude, afirmando que as ideias que desejava suprimir tornavam impossível a tolerância genuína. Mas Marcuse não inventou a noção do “erro não possuir direitos” – foi a mui tradicional Igreja Católica. Sim, ele maliciosamente promoveu “a restrição da liberdade de expressão e de assembleia de grupos ou movimentos

que promovam políticas agressivas, o armamento, o chauvinismo, a discriminação com base na raça e na religião, ou que se oponham à extensão dos serviços públicos, da Segurança Social e da assistência médica”, mas tal não significa que seja responsável por todos aqueles que agora desejam promover o politicamente correcto.

O incentivo por parte dos actuais progressistas pré-licenciados em suprimir o discurso desagradável não advém de uma profunda compreensão de uma tradição intelectual mais ampla cujo objectivo seja dominar o mundo mas de um simples (embora equivocado) cálculo acerca da moralidade de ofender as pessoas. Por mais frustrante que essa atitude possa parecer para os libertários civis, muitos estudantes acreditam piamente que certas expressões interpretadas como sendo hostis às minorias oprimidas ou causam por si só mais danos a essas pessoas ou contribuem injustamente para um ambiente de hostilidade generalizado para com essas pessoas.

Os defensores da liberdade de expressão têm que assimilar essa noção. Insistir que a defesa de determinada mundivisão faz parte de uma via para a ditadura do proletariado não tem qualquer utilidade.

Teorias dúbias de conspiração sobre alterações ideológicas ou sociais também afectam negativamente os seus proponentes. É confortável acreditar que a única razão pela qual as pessoas discordam de nós é da responsabilidade de um grupo específico de vilões que as enganou. Mas tal falha em compreender as barreiras mentais que devemos derrubar para obter uma mudança social.



Uma das lições da era das redes sociais é precisamente quão impetuosamente as pessoas mais raivas tanto da esquerda como da direita são guiadas por um sentimento pré-intelectual de nojo para com os seus adversários. Esse nojo é ainda mais exacerbado pelas teorias da conspiração. Pode ser enfiado por uma estrutura política ou cultural que aparenta odiar-nos pelo que somos ou pelo que defendemos. Tal será uma revelação tardia para os fulanos brancos do Unam a Direita, cujas experiências mais recentes espelham as que os gays, os negros, as feministas, os imigrantes e muitos outros há muito descrevem. A sensação de uma exclusão injusta, e não o desejo para a imposição do comunismo, explica muito mais correctamente alguns dos fenómenos que a direita repudia.

A Saída

O Ron Paul que concorreu à presidência em 2008 e em 2012 nunca falou de coisas como o marxismo cultural. Em vez disso, ofereceu uma saída para a nossa interminável guerra cultural. Como afirmou no decorrer de uma emissão em 2016 que tinha por tema as teorias da conspiração, "a liberdade significa permitir que [todos] possam fazer opções pessoais, sociais, sexuais e económicas." Na altura a sua mensagem, consistente com o modo como vendeu a liberdade como candidato e membro do Congresso, era a de que a tolerância libertária não deve ser vista como uma "ameaça". Deve, afirmava então, "unir as pessoas". Há uma profunda ironia em vislumbrar o marxismo num mundo submerso em diversos produtos cul-

turais e numa variedade de preferências humanas. A paranoia com o marxismo cultural tende a estar embebida do conceito realmente marxista de que as massas são amaldiçoadas por "necessidades artificiais". Os marxistas verdadeiros atribuem-no ao capitalismo. Os anti-marxistas culturais culpam intelectuais que já faleceram há muito tempo.

É verdade que os esquerdistas dos campus universitários desviaram o seu foco das preocupações especificamente económicas para outras que têm por base a identidade cultural. Mas fingir que a ampla mágoa dos gays, dos negros ou das mulheres têm por base o comunismo em vez da História americana e uma demanda pela dignidade, é falhar em compreender o mundo que nos cerca, e isso é sempre péssimo para quem quer que queira tentar mudar os corações e as mentalidades.

Nas páginas da "Reason" em 1998, por volta da mesma altura que Lind levava a sua história acerca da sinistra influência da Escola de Frankfurt às massas da direita, o antropólogo Grant McCracken analisava as mudanças sociais que estavam a dar azia a Lind. Vislumbrando "comportamentos anárquicos, obstinados e imprudentemente individualistas em todo o lado", McCracken realçava que "para a direita política é uma prova avassaladora de que as coisas correram extremamente mal... o mundo parece estar instável, confuso, perigoso e estranho."

"A direita escolheu a plenitude como inimigo", argumentava McCracken. "O Rev. Pat Robertson famosamente sugeriu que o feminismo 'encoraja as mulheres a deixar os maridos, a assassinar os seus





filhos, a praticar bruxaria, a destruir o capitalismo e a tornarem-se lésbicas'. Pat Buchanan, a concorrer à nomeação presidencial, chama 'José' aos mexicanos e realça todas as sílabas do nome da Ruth Bader Ginsburg. A direita nem sempre é assim tão insofisticada, mas tem a tendência de acalantar desconfianças para com 'os outros'... Há nervosismo nisto – e um desconforto arrebatador e brutal para com a diferença."

À medida que este fermento cultural se aprofundou e acelerou, a teoria da conspiração do marxismo cultural disseminou-se ainda mais. McCracken tentou assegurar aos nervosos homens da direita que "o ameaçador outro raramente é um agente do caos ou o princípio do fim. Já assimilamos essas diferenças praticamente todas, e nada mudou. A civilização não terminou. Ainda vamos inventar muitas mais diferenças, e também essas provarão ser assimiláveis."

É um belo conselho, principalmente para aqueles que amam a liberdade acima das noções tradicionais acerca da raça, do gênero e da sexualidade.

Tal não significa que admirar os valores tradicionais transforme automaticamente alguém num inimigo da liberdade política; querer viver de modo tradicional, ou acreditar que certos costumes modernos não idealizam a felicidade e a prosperidade humana, é perfeitamente compactível com o compromisso político para com a liberdade. Mas recusar admitir que os outros possam ter razões legítimas, não tirânicas,

para abandonar esses costumes leva a que confundamos a voz daqueles de quem discordamos com ameaças à nossa liberdade.

O próprio Lind, para seu crédito, apresentou em 2017 num artigo na "Chronicles" uma solução pacífica e pluralista para o "problema" das mudanças pelas quais culpa os marxistas culturais: um movimento que apoda de "retrocultura", no qual aqueles que preferiram viver um estilo de vida anterior aos anos 60 optem por viver juntos em irmandade, autonomamente, tendo como exemplo os amish.

Todos os que queiram uma paz cívica nesta terra tão vasta e diversa devem esforçar-se por forjar o estilo de vida que quiserem, qualquer que seja, nas suas propriedades ou nas suas próprias comunidades, em vez de insistir que os outros que anseiam por ser tratados de modo mais justo, só o estão a fazer como disfarce para impor uma tirania comunista. A luta pelas limitações do governo na nossa cultura não obterá sucesso numa oposição obstinada e assustadiça quanto à plenitude cultural da livre escolha.

Brian Doherty é bacharel em jornalismo pela Universidade da Flórida, já foi colaborador do "Washington Post", do "Wall Street Journal", "Wired" e "Mother Jones", é autor de "Ron Paul's Revolution: The Man and the Movement He Inspired" (HarperCollins/Broadside, 2012).



LIBERTARIA



Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- Ofereça a Libertária, a revista impressa é um autêntico livro repleto de autores criteriosamente seleccionados e de renome internacional, embora ainda pouco conhecidos em Portugal, não sabe o que oferecer aos seus familiares e amigos de esquerda pelo aniversário ou em épocas festivas como o Natal? Ofereça a Libertária;
- Divulgue e doe a Libertária junto da sua biblioteca local. Em todo o território nacional e ilhas adjacentes existem bibliotecas, sejam estas municipais ou propriedade das juntas de freguesia, a maior parte destas aceitam sugestões de aquisição, sugira a compra da Libertária na caixa de sugestões ou, caso seja daquelas pessoas que não gostam de acumular revistas e livros que já leu, doe o seu exemplar, o mesmo vale para as bibliotecas das escolas secundárias, faculdades e universidades da sua zona;
- Distribua a Libertária, seja a título pessoal ou colectivo (grupos de amigos, associações e colectividades de âmbito local, nacional ou internacional) pode adquirir um mínimo de cinco exemplares com 50% de desconto sobre o preço de capa e aplicar o lucro nas suas actividades ou, pura e simplesmente, ganhar uns trocos – em tempo de austeridade ninguém leva a mal;
- Escreva para a Libertária, faça-nos chegar as suas notícias, sugira colectivos, artistas e autores que se coadunem com a nossa linha editorial, seja no portal libertaria.pt ou na edição em papel, queremos dar uma voz a novas vozes socialistas, ambientalistas, democratas e libertárias;
- Passe a palavra, estamos a preparar várias opções de autocolantes e panfletos para divulgação da Libertária, os mesmos estarão disponíveis para venda no libertaria.pt ao preço de custo acrescido de portes de envio, transformemos a Libertária numa comunidade viva!

SÓ Acompanhados A Cidade e os seus Reclusos

A proporção da humanidade que vive em cidades tem crescido exponencialmente, acompanhando a industrialização. A

megalópolis é a forma mais recente de “habitat” urbano, interpondo-se

cada vez mais entre a vida humana e a biosfera.

A cidade é também uma barreira entre

os seus reclusos, um mundo de desconhecidos. De facto, todas as cidades da História do mundo foram fundadas por desconhecidos e forasteiros, que habitaram em conjunto ambientes que previamente não lhes eram familiares.

A proporção da humanidade que vive em cidades tem crescido exponencialmente, acompanhando a industrialização. A megalópolis é a forma mais recente de “habitat” urbano, interpondo-se cada vez mais entre a vida humana e a biosfera.

A cidade é também uma barreira entre os seus reclusos, um mundo de desconhecidos. De facto, todas as cidades da História do mundo foram fundadas por desconhecidos e forasteiros, que habitaram em conjunto ambientes que previamente não lhes eram familiares. Tem no seu seio a cultura dominante, no seu melhor, na sua forma mais dominante. Joseph Grance está basicamente, e infelizmente, certo quando afirma que “por excelência, é onde os valores humanos atingem a sua expressão mais concreta ¹.” (Caso perdoemos o trocadilho, também tristemente apropriado.) Claro está, o termo “humano” obtém o seu significado mais deformado no contexto urbano, principalmente no actual. Todos conseguimos vislumbrar a “apartamentagem”. Utilizando o termo consiso de Norberg-Schulz (1969), as Zonas Nada da deslocalidade onde o localismo e a variedade diminuem a passo firme, quando não são mesmo erradicadas ². O supermercado, o centro comercial, o salão do aeroporto, são iguais em todo o lado, tal como o escritório, a escola, o bloco de apartamentos, o hospital e a prisão mal se distinguem um do outro, nas nossas próprias cidades ³.

As mega-cidades têm mais em comum umas com as outras do que quaisquer outros organismos sociais. Os seus cidadãos tendem

a vestir-se da mesma maneira e também a consumir a mesma cultura global, sob uma vigília securitária cada vez mais abrangente. É o oposto a viver num qualquer sítio na terra, com respeito pela sua singularidade. Hoje em dia, todos os espaços se estão a tornar em espaços urbanos; não há um lugar no planeta que não possa tornar-se pelo menos virtualmente urbano à mera rodagem de um satélite. Fomos treinados e equipados para moldar o espaço como se fosse um objecto. Este tipo de educação é obrigatório na Era Digital, dominada por cidades e regiões metropolitanas numa extensão sem precedentes na História.

Como sucedeu isto? Como Weber o coloca, “podemos encontrar tudo e mais alguma coisa nos textos da cidade, menos o princípio informativo que deu origem à própria cidade ⁴.” Mas é notório qual é e sempre foi o “princípio”/mecanismo/dinâmica fundamental. Weber continua: “todos os aparelhos da cidade que facilitam o comércio e a indústria preparam a via para uma divisão cada vez maior da mão-de-obra e uma maior especialização das suas tarefas ⁵.” Mais massificação, padronização, equivalência.

À medida que as ferramentas se tornaram em sistemas de tecnologia – ou seja, à medida que se desenvolveu a complexidade social – surgiu a cidade. A cidade-máquina foi o mais primordial e maior fenómeno tecnológico, a culminação da divisão da mão-de-obra. Ou como a caracterizou Lewis Mumford, “a marca da cidade é a sua complexidade social propositada ⁶”. Neste contexto os dois modos são um só. As cidades são os artefactos mais complexos al-

¹ Joseph Grance, *The City: An Urban Cosmology* (Albany: State University of New York Press, 1999), p. xv.

² Edward Relph, *Place and Placelessness* (London: Pion Ltd., 1976), p. 6.

³ Entretanto, fenómenos como os das áreas da “Parte Velha” e as partes históricas distraem-nos do tédio e da padronização, mas também realçam essas distintivas características urbanas. O mesmo vale para a superficialidade patente na arquitectura pós-moderna.

⁴ Max Weber, *The City*, tradução de Don Martindale e Gertrud Neuwirth (Glencoe, IL: The Free Press, 1958), p. 11.

⁵ *ibid.*, p. 21



guma vez planeados, tal como a urbanização é uma das primeiras medidas para o desenvolvimento.

O mundo-cidade do porvir aperfeiçoa a sua guerra contra a Natureza, obliterando-a em favor do artificial e reduzindo o campo a meros arredores em conformidade com as prioridades urbanas. Todas as cidades são anti-téticas para a terra.

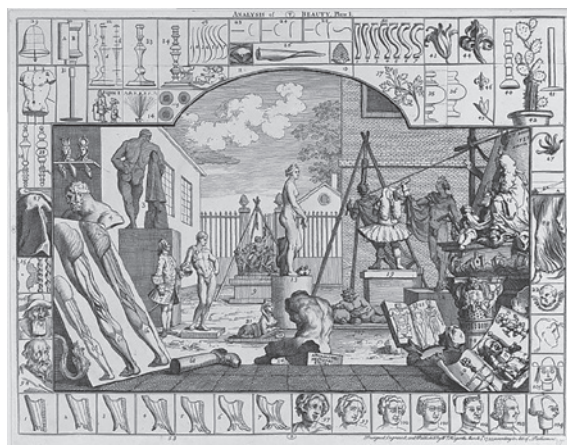
"Caminhando na Cidade" de Certeau tem uma certa misteriosa qualidade, dado o tema e o facto de ter sido escrito em 2000. Certeau via o World Trade Center como "a mais monumental figura" do urbanismo ocidental e sentia que "ser levado à sua cúpula é ser levado pela apreensão da cidade". A viabilidade da cidade entrou no seu inevitável estado de dúvida, acompanhado de uma ansiedade empolada – mas não criada – pelo 11 de Setembro. A profunda ambivalência acerca da vida urbana, sentida ao longo de todo o reinado da civilização, tornou-se muito mais pronunciada.

A domesticação tornou possível a civilização, e a domesticação de alta intensidade fez surgir a cultura urbana. As comunidades hortícolas primais – assentamentos e aldeias – foram substituídas pelas cidades à medida que se implantou a agricultura massificada. Um resquício duradouro dessa alteração são os monumentos megalíticos. Nos primeiros monumentos do neolítico encontramos todas as qualidades da cidade: o sedentarismo, a permanência, a densidade, o anúncio evidente da marcha triunfante da agricultura sobre o forrageamento. O espectacular centrismo da cidade é um enorme ponto de viragem na evolução cultural humana, a chegada da civilização no seu sentido mais pleno, definitivo.

Houve civilizações sem cidades (e.g. a primeira civiliza-

ção maia), mas não muitas. O mais frequente é serem uma característica essencial e desenvolverem-se com uma força relativamente súbita, como se a energia reprimida pela domesticação tivesse que rebentar em frente para um novo patamar da sua lógica de controlo. Contudo, a explosão urbana não escapa a algumas críticas negativas. Na tradição hebraica, foi Caim, o homicida de Abel, quem fundou a primeira cidade. De igual modo, as referências a urbes como a Babilónia, a Torre de Babel, Sodoma e Gomorra são completamente negativas. Na verdade, uma profunda ambivalência quanto às cidades é uma constante da civilização.

As primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia e no Egipto cerca de 4.000 anos AC, quando os meios políticos foram idealizados para canalizar os excedentes criados pelo novo ethos agrícola para as mãos de uma minoria governante. Este incremento exigia um input económico de áreas de produção cada vez mais amplas; não tardou muito até que surgissem as instituições de larga escala, burocráticas e centralizadoras. As aldeias foram empurradas cada vez mais para estratégias de maximização especializada para produzir imensos excedentes que fluíssem para as cidades. Por exemplo, uma maior produção de cereais só era atingível com trabalho adicional e mais coacção. A resistência surgiu no seio desta estrutura bem familiar, à medida que as comunidades agrícolas mais primitivas foram forçosamente convertidas em cidades administrativas, como Nínive. Os povos nómadas do Sinai recusaram minar cobre para os governantes egípcios, para citar outro exemplo⁸. Os pequenos produtores foram forçados a sair das terras e a ir para as cidades; esta deslocalização é parte essencial de um padrão familiar que hoje ainda continua.



⁶ Lewis Mumford, *The Culture of Cities* (New York: Harcourt, Brace and Company, 1938), p. 6. For all of the valid historical content, Mumford can also lapse into absurdity, e.g. "the city should be an organ of love..." in *The City in History* (New York, Harcourt. Brace, 1961), p. 575.

⁷ Michel de Certeau, *The Certeau Reader*, editado por Graham Ward (Londres: Blackwell Publishers, 2000), p. 103.

⁸ Stanley Diamond, *In Search of the Primitive* (New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1974), p. 7.



A realidade urbana é essencialmente dedicada ao negócio e ao comércio, com uma dependência quase total do apoio de áreas externas para a continuação da sua existência. Para garantir uma subsistência tão artificial, os fundadores das cidades viram-se inevitavelmente para a guerra, essa necessidade crónica civilizacional. "Conquista no estrangeiro e repressão em casa", nas palavras de Stanley Diamond, é uma característica definidora das cidades desde a sua origem⁹. As primeiras cidades-Estado da Suméria, por exemplo, estavam constantemente em guerra. A luta pela estabilidade das economias de mercado urbanas eram incessantemente uma questão de sobrevivência. Os exércitos e a guerra eram necessidades básicas, principalmente dado o carácter inerentemente expansionista da dinâmica urbana. Uruk, a maior cidade da Mesopotâmia na sua altura (ca 2.700 AC), exibia um anel com uma amurada dupla com 10 quilómetros de extensão, fortificada com 900 torres. Desde este período ancestral até à Idade Média, praticamente todas as cidades eram guarnições fortificadas. Júlio César empregava o termo *oppidum* (guarnição) para simbolizar todas as cidades da Gália. Os primeiros centros urbanos também revelaram consistentemente uma



forte inclinação cerimonial. O movimento de afastamento de uma espiritualidade imanente, inspirada na terra para realçar os espaços sagrados ou sobrenaturais obtém uma deformação ainda maior com grandiosos templos e sepulcros urbanos, literalmente imponentes. A elevação dos deuses de uma sociedade correspondia a aumentar a complexidade e a estratificação da sua estrutura social. Já agora, o monumentalismo religioso não foi uma mera tática para induzir a obediência por parte de quem estava no poder; foi também um veículo fundamental para disseminar a domesticação¹⁰. Mas o domínio começou realmente não só com a agricultura intensiva – e o surgimento dos sistemas de escrita, como Childe, Levi-Strauss e outros notaram – mas com a metalurgia. Prosperando no estado inicial

neolítico da civilização, na Idade do Bronze e adiante. A Idade do Ferro levou a urbanização ao seu pleno centralismo. De acordo com Toynbee, "se o aumento do tamanho das cidades ao longo do curso da História for representado visualmente na forma de uma curva, notaremos que essa curva terá a mesma configuração da curva que representa o aumento do poderio da tecnologia¹¹." E com o carácter cada vez mais urbanizado da

⁹ *ibid.*, p. I.

¹⁰ Andrew Sherratt, *Economy and Society in Prehistoric Europe* (Princeton: Princeton University Press., 1997), p. 562.

¹¹ Arnold Toynbee, *Cities on the Move* (Nova Iorque: Oxford University Press 1970), p. 173.



vida social, a cidade pode ser vista como um bloqueio. As cidades, tal como as fábricas que já lá estão presentes, dependem da contenção. As cidades e as fábricas nunca são à partida livres opções por parte das pessoas que lá se encontram dentro: o controlo mantém-nos lá. Aristófanes argumentou-o bem na sua criação de 414 AC, "Os Pássaros": "deve erguer-se uma cidade, para alojar todos os pássaros; depois temos que murar o ar, o céu, a terra, e cercá-la de paredes, como a Babilónia." Os Estados tais como os conhecemos também existiam neste período, e poderosas cidades emergiram como capitais, *loci* do poderio do Estado. O domínio político fluiu sempre destes centros urbanos. Neste contexto, os camponeses deixaram para trás uma servidão já conhecida e odiada por novas formas, inicialmente desconhecidas, de grilhetas e sofrimentos. A cidade, já em si sítio de poder e guerra local, é uma incubadora de doenças contagiosas, incluindo a peste, e, claro está, aumenta o impacto dos incêndios, dos terremotos e outros perigos. Durante milhares de gerações os humanos levantaram-se ao romper do Sol e deitaram-se ao por do Sol, desfrutando das glórias do nascer do Sol, do por do Sol e dos céus estrelados. Há meio milénio, os sinos e os relógios das cidades anunciaram uma vida diária cada vez mais ordenada e regulada, o reinado da cronometragem urbana. Com a modernidade, o tempo vivido desaparece: o tempo torna-se num recurso, num materialismo objectivo.

vado. Medido, o tempo materializado isola os indivíduos no campo de forças da uma divisão e separação cada vez mais profundas, a inteireza cada vez mais diminuída. O contacto com a terra declina, à medida que a urbanização aumenta; e tal como Hogarth retratava nas suas imagens da Londres do século XVIII, o contacto físico entre as pessoas é dramaticamente reduzido. Nesta altura Nicolas Chamfort declarava, "Paris é uma cidade de contentamento e prazeres, na qual quatro quintos dos seus habitantes morre de mágoa"¹². Em "Émile" (1762), Rousseau coloca-o de modo mais pessoal; "adieu, Paris. Procuramos o amor, a felicidade, a inocência. Nunca estaremos longe o suficiente de ti"¹³. O peso penetrante da existência urbana imiscuiu-se até mesmo nos fenómenos públicos politicamente vitais, incluindo a Revolução Francesa. As multidões na Paris revolucionária por norma pareciam estranhamente apáticas, levando a que Richard Sennett detectasse ali o primeiro prenúncio dos indícios da passividade urbana¹⁴.

No século seguinte, Engels, em sentido contrário, decidiu que é na cidade que o proletariado alcança a sua "plena perfeição clássica"¹⁵. Mas Tocqueville já tinha visto como os indivíduos nas cidades se sentem "alheios aos destinos de cada um"¹⁶. Tardiamente no século XIX, Durkheim notou que o suicídio e a insanidade aumentam com a urbanização moderna. Na verdade, gera-se uma sensação de dependência, solidão e todos os tipos de

¹² Nicolas Chamfort, citado in James A. Clapp, *The City, A Dictionary of Quotable Thought on Cities and Urban Life* (New Brunswick, NJ: Center for Urban Policy Research, 1984), p. 51.

¹³ Jean-Jacques Rousseau, *Emile*, tradução de Allan Bloom (Nova Iorque: Basic Books, 1979), p. 355.

¹⁴ Richard Sennett, *Flesh and Stone: the Body and the City in Western Civilization* (New York: W. W. Norton, 1994), p. 23.

¹⁵ Friedrich Engels, *The Condition of the Working Class in England* (St. Albans: Panther Press, 1969), p. 75.

¹⁶ Alexis de Tocqueville, *Democracy in America* v. 2 (Nova Iorque: Vintage, 1963), p. 141.

distúrbios emocionais, dando azo à percepção de Benjamin quanto a “o medo, a repulsa e o horror foram as emoções que a multidão da cidade grande despertou naqueles que a viram pela primeira vez”¹⁷. Os desenvolvimentos tecnológicos nas áreas dos esgotos e outros desafios do saneamento, embora necessários na metrópole que florescia, também permitiram a urbanização e o seu crescimento acrescido. A vida nas cidades só é possível com o apoio contínuo desses suportes tecnológicos. Por volta de 1.900, Georg Simmel compreendeu como viver em cidades causa não só a solidão, mas também a reserva ou o entorpecimento emocional que a exacerba. Como afirma Simmel, é extramente semelhante aos efeitos da vida industrial de modo geral: “a pontualidade, o calculismo, a exactidão são forçadas sobre a vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana”¹⁸. “A fadiga urbana e a impotência expressas na primeira poesia de T.S. Eliot, por exemplo, auxilia-nos a preencher este quadro de vida reduzida.

O termo “subúrbio” foi empregue desde Shakespeare e Milton muito no seu sentido moderno, mas na realidade foi só com a chacina da industrialização que o fenómeno suburbano emergiu. Assim sendo, o desenvolvimento residencial só surgiu nos arredores das maiores cidades

da América entre 1815 e 1860. Marx referia-se ao capitalismo como “a urbanização do campo”¹⁹; a suburbanização só entrou em passo rápido, no seu sentido actual, logo após a Segunda Guerra Mundial. A refinação das técnicas de produção em massa criaram um conformismo físico para acompanhar e aumentar o conformismo social²⁰. Sem profundidade, homogeneizada, uma estufa de consumismo cercada por centros comerciais e vias rápidas, o subúrbio é outro fruto degradado da cidade. Como tal, as diferenças entre o urbano e o suburbano não devem ser exageradas ou vistas como qualitativas. O alheamento, facilitado por uma série de aparelhos de alta tecnologia – iPods, telemóveis, etc. – está agora na ordem do dia, um fenómeno extremamente revelador²¹. A civilização, tal como clarifica a origem da palavra no original em latim, significa aquilo que sucede nas cidades²². Actualmente mais de metade da população vive em cidades. McDonaldizando não-lugares como Kuala Lumpur e Singapura que tão resolutamente viraram as costas aos seus próprios ricos e contextos. O imperativo da urbanização é uma característica de base da civilização. Ainda desperta uma certa perversa sedução em alguns, e seja como for tornou-se extremamente difícil para escapar à zona de influência urbana. Ainda há uma centelha



¹⁷ Waller Benjamin, *Illuminations*, tradução de Harry Zahn (Nova Iorque, Schocken Books, 1969), p. 174.

¹⁸ Kurt H. Wolff, *The Sociology of Georg Simmel* (Nova Iorque: The Free Press, 1950), p. 413.

¹⁹ Karl Marx, *Grundrisse* (Nova Iorque: Vintage, 1973), p. 479.

²⁰ Uma obra típica e digna de nota será Richard Harris, *Creeping Conformity: How Canada Became Suburban, 1900–1960* (Toronto: University of Toronto Press, 2004).

²¹ Muito pertinente: Michael Bull, *Sounding Out the City: Personal Stereos and the Management of Everyday Life* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

²² Tal não sucede apenas no Ocidente. Na civilização árabe, *madaniyya*, ou civilização, tem origem em *madine*, que significa cidade.

de esperança para a comunidade, ou pelo menos para a diversão, na metrópole. E alguns de nós continuam lá com o intuito de não perder o contacto com aquilo com que nos sentimos compelidos a compreender, para conseguirmos atingir o seu término. Certo, há quem se debata para humanizar a cidade, criar jardins públicos e outras comodidades, mas as cidades não deixam de ser o que sempre foram. A maior parte dos seus habitantes pura e simplesmente aceita a realidade urbana e tenta ajustar-se à mesma, com a mesma passividade aparente que exprimem para com o tecno-mundo que os rodeia. Há quem tente sempre reformar o irreformável. Criemos "uma nova modernidade", "uma nova atitude perante a tecnologia", etc., etc. Julia Kristeva apela "a um cosmopolismo de um novo tipo..."²³ Tais orientações revelam, entre outras coisas, a convicção de que aquilo que é amplamente considerado como parte essencial da vida social estará sempre connosco. Max Weber considerava que a modernidade e o racionalismo burocrático eram "à prova de fuga", enquanto que Toynbee considerava a ecumenopolis, como apodava o estado de gigantismo que sucedia à megapolis, "inevitável"²⁴. Ellul referia-se à urbanização como "aquilo que só pode ser aceite"²⁵. Contudo, dada a realidade urbana actual e o modo como as cidades vieram a existir logo à partida e continuam a existir, o que James Baldwin dizia sobre o gueto aplica-se por inteiro à cidade: "só pode ser aperfeiçoado de uma maneira: deixando de existir."²⁶ Já agora, há um enorme consenso entre os teóricos urbanos, que "as cidades estão novamente divididas e polarizadas"²⁷. Que os pobres e os indígenas devam ser urbanizados é outra faceta primordial da ideologia colonialista-imperialista. Na cidade actual ainda se encontra presente o monu-

mentalismo original, com a mesma diminuição e enfraquecimento do indivíduo. A escala humana é obliterada pelos arranha-céus, a privação sensorial aprofunda-se e os habitantes são tomados de assalto pela monotonia, pelo ruído e outros poluentes. O mundo do ciberespaço é por si só um espaço urbano, acelerando o rápido declínio da presença e da ligação física. O espaço urbano é o avanço permanente (vertical e horizontal) do símbolo da derrota da Natureza e da morte da comunidade. O que John Habberton escreveu em 1889 é hoje ainda mais válido que nunca: "uma cidade grande é uma grande úlcera – uma úlcera que nunca irá sarar."²⁸ Ou a resposta que Kai W. Lee deu sobre se é possível imaginar uma transição para cidades sustentáveis: "a resposta é não."²⁹ Copán, Palenque e Tikal foram cidades abastadas da civilização maia que foram abandonadas no seu pico, entre 600 e 900 AC. Havendo exemplos parecidos em várias culturas, apontam-nos uma via em frente. Nos anos mais recentes a literatura do urbanismo só se tornou cada vez mais obscura e distópica, à medida que o terrorismo e o colapso ensombram os produtos mais insustentáveis da civilização: as cidades do mundo. Ao afastarmos o olhar da servidão perpétua e da doença crónica da existência urbana, podemos inspirar-nos em locais como as antigas povoações indígenas no local que agora dá pelo nome do rio de Los Angeles. Locais nos quais a esfera da vida está enraizada em subsistir como adultos dotados em harmonia com a terra.

John Zerzan é bacharel pela Universidade de Stanford e licenciado pela Universidade Estatal de São Francisco, é autor de inúmeras obras e tem editado em Portugal "Futuro Primitivo" (Deriva Editores, 2007).



²³ Julia Kristeva, *Strangers to Ourselves* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1991), p. 192

²⁴ Toynbee, op.cit., p. 196

²⁵ Jacques Ellul, *The Political Illusion* (Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1967), p. 43.

²⁶ James Baldwin, *Nobody Knows My Name* (New York, The Dial Press, 1961), p. 65

²⁷ Peter Marcuse and Ronald van Kempen, editores, *Of States and Cities: the Partitioning of Urban Space* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2002), p. vii.

²⁸ John Habberton, *Our Country's Future* (Philadelphia: International Publishing Company, 1889), citado in Clapp, op.cit., p. 105.

²⁹ Kai N. Lee, "Urban Sustainability and the Limits of Classical Environmentalism," in *Environment and Urbanization* 18:1 (Abril 2006), p. 9.



Depois da radicalização do discurso político nos EUA que levou Donald Trump à presidência de uma das maiores potências do mundo, hoje assistimos à vitória de Jair Bolsonaro, o Mito, nas eleições presidenciais do Brasil.

Existindo pontos comuns entre os candidatos, designadamente, ao nível de um discurso focado em temas quentes e com uma resolução apresentada como radical mas realista aos olhos de muitos eleitores (o caso da construção de muros ou da promessa de mais e melhor segurança nas ruas) demarcam-se do tradicional pelo discurso aberto e aparentemente directo e pela ausência de propostas sobre assuntos que são dados como garantidos por demasiadas franjas populacionais. Tal como Trump, Bolsonaro poderá agora ser um Presidente mais moderado do que se apresentou perante o eleitorado, uma tática que já dá frutos nos EUA com muitos dos detractores de Trump a afirmarem que afinal ele não é assim tão mau e tão bera como seria de

esperar. Apesar desta normalização, a agenda política americana nada tem a ver com o pendor progressista dos mandatos de Barack Obama, e certamente que no Brasil poderemos não assistir a uma queda abrupta da democracia, mas quiçá uma normalização de uma certa visão mais rígida da mesma.

No fundo, vamos assistindo a uma radicalização que passa a normalização, um sinal assustador do que está para vir e ficar um pouco por todo o mundo e o problema não é só destas figuras que se assumem como são, é a incapacidade dos partidos e políticos tradicionais de gerar uma mudança positiva e efectiva nas comunidades.



Autarca, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Eu Serei a Última de Nadia Murad

Um testemunho íntimo de sobrevivência, uma história terrível e inspiradora.

A 15 de Agosto de 2014 a vida de Nadia Murad mudou para sempre. As tropas do Estado Islâmico invadiram a sua aldeia, onde a minoria yazidi levava uma vida tranquila, e levaram a cabo um massacre. Executaram homens e mulheres, entre eles a mãe e seis dos seus irmãos e amontoaram os corpos em valas comuns.

Nadia, que tinha então 21 anos, foi sequestrada e vendida como escrava sexual. Os soldados torturaram-na e violaram-na repetidamente até que, numa noite, conseguiu fugir pelas ruas de Mossul.

Para que não se esqueça, porque quer ser a última a vivê-la, Nadia conta a sua história.



Edição: Objectiva; 392 páginas, 20,90 €

Crónica de uma amizade fixe de Vítor Ramalho



Desde o convite inicial a Vítor Ramalho para o exercício de funções governativas, apresentado pelo então primeiro-ministro Mário Soares como sendo uma proposta sem possibilidade de recusa, até à comoção sentida na despedida derradeira - quando o cortejo fúnebre do ex-Presidente passou em frente da sede do PS, em Lisboa -, o relato de uma sólida amizade que se estreitou, independentemente dos triunfos ou desaires políticos

vivididos por cada um deles, ao longo da nossa História recente.

Um testemunho sobre o entendimento cúmplice que uniu Mário Soares e Vítor Ramalho em situações, confrontos ou alianças com protagonistas da vida partidária e política bem conhecidos, sem esquecer igualmente o contributo prestado por ambos para realizações e iniciativas que ficaram a assinalar intervenções cívicas de relevância inegável.

Edição: Temas e Debates; 208 páginas, 14,94 €

O Socialismo e o PS em Portugal de Fernando Pereira Marques



Apesar da incipiente industrialização, as ideias socialistas chegaram ao nosso país nos anos 50 do século XIX quando ainda se viviam as sequelas da Patuleia, guerra civil que contribuiu para abalar os alicerces da monarquia. Viriam a surgir, assim, as primeiras associações visando “os melhoramentos das classes laboriosas”, os primeiros periódicos e textos doutrinários. Em 1875, mesmo antes de que isso acontecesse noutros países mais desenvolvidos, foi fundado o Partido Socialista. Figuras como Antero de Quental e José Fontana fariam com que o socialismo entre nós tivesse, desde logo, características muito especiais no que concerne à sua componente libertária e ética. Isto não impediria que também aqui se repercutissem as divisões programáticas em curso no resto da Europa o que, no contexto da sociedade portuguesa, ajudaria à hegemonia das ideias republicanas e do anarco-sindicalismo no movimento operário.

Edição: Âncora Editora; 328 páginas, 16,00 €

Um novo paradigma educativo para Portugal no século XXI de Daniel Adrião



Este livro explica como podemos mudar o paradigma de ensino/aprendizagem, focando-o na aquisição das competências do século XXI, designadamente, a criatividade, o pensamento crítico, o trabalho colaborativo, a capacidade de resolução de problemas, a capacidade de trabalhar com base em projetos. Precisamos de uma Escola que permita aos alunos não apenas adquirir competências cognitivas básicas, mas também competências socio-emocionais, as chamadas soft skills.

E precisamos de uma Escola que utilize as ferramentas do século XXI e que não continue agarrada a ferramentas que têm séculos, como por exemplo, o livro impresso.

Precisamos de fazer a transição para a desmaterialização e para os recursos educativos digitais.

Edição: Educanology; 170 páginas, 17,91 €

Anarquismo Moderno mas não Pós-Moderno

Coordenação: António Cândido Franco, Carlos Abreu, Manuela Parreira da Silva, Maria Alexandre Lousada

A presente antologia quer pôr à disposição dos leitores actuais uma súmula cómoda, de textos referentes: à crise e dificuldades do anarquismo tradicional; à crítica da concepção de revolução como derrube ou destruição do poder; às perspectivas autogestionárias no quadro das preocupações ecologistas e das teorias gestionárias das organizações; ao feminismo em crescimento; ao movimento por um desarmamento universal; à discussão conceptual em torno de objectos centrais da crítica anarquista como são o poder e o Estado; mas também alguma crítica ligeira do sistema económico (uma das pechas da tradição acrata); e, finalmente, reflexões muito elaboradas acerca do psiquismo humano, ao par das melhores contribuições teóricas disponíveis na época. Textos cuja qualidade teórica e reflexiva constituirá, certamente, uma oportunidade para nos interrogarmos sobre o sentido do anarquismo hoje e um convite aos leitores, e a nós-próprios, para um exercício reconfortante e estimulante de memória colectiva.

Edição: Edições Colibri; 238 páginas, 15,00 €

Um Projecto Libertário, sereno e racional de João Freire

A presente antologia quer pôr à disposição dos leitores actuais uma súmula cómoda, de textos referentes: à crise e dificuldades do anarquismo tradicional; à crítica da concepção de revolução como derrube ou destruição do poder; às perspectivas autogestionárias no quadro das preocupações ecologistas e das teorias gestionárias das organizações; ao feminismo em crescimento; ao movimento por um desarmamento universal; à discussão conceptual em torno de objectos centrais da crítica anarquista como são o poder e o Estado; mas também alguma crítica ligeira do sistema económico; e, finalmente, reflexões muito elaboradas acerca do psiquismo humano.

Edição: Edições Colibri; 142 páginas, 12,00 €

A Sociedade contra o Estado de Pierre Clastres

A Sociedade contra o Estado (1974), obra maior do antropólogo e etnólogo francês Pierre Clastres, reúne artigos escritos no seio de uma intensa convivência com tribos índias sul-americanas, entre 1962 e 1974. Nestes estudos que inspiraram libertários de todo o mundo, tecem-se duras críticas ao etnocentrismo do Ocidente, desfazendo-se o mito de que a história tem um sentido único e de que qualquer sociedade está condenada a percorrer as etapas que vão da selvajaria à civilização.

As povoações tropicais que Pierre Clastres observa não são apenas sociedades sem Estado, mas sociedades «contra o Estado»: nelas tudo se organiza de modo a impedir o nascimento de uma entidade exterior à comunidade; nelas se escarnece de quem deseja mandar e fazer obedecer; nelas não se dá ao chefe qualquer autoridade, mas somente um dever – o de usar a palavra para manter a paz.

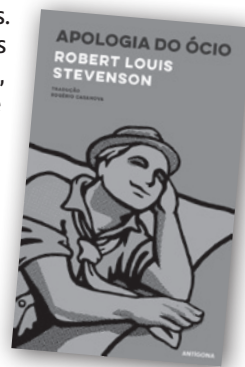
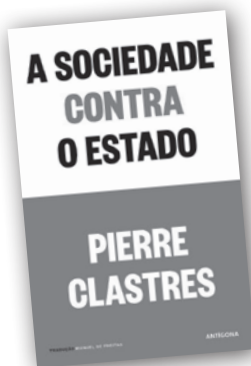
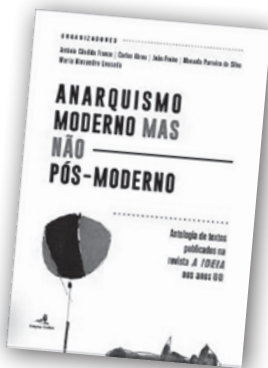
Depois d'A Sociedade contra o Estado, o Índio não é afinal um povo sem fé, sem rei, sem lei.

Edição: Antígona; 240 páginas, 14,40 €

Apologia do Ócio de Robert Louis Stevenson

Estes dois ensaios-pepitas, tão brilhantes como concisos, irradiam o palpitante calor da vida e a luminosa mensagem de que o futuro pertence aos ociosos e aos bons conversadores. Revelando o ócio e os seus ditos derivados não como inércia inútil, mas sim tónicos diários ao alcance de todos, Apologia do Ócio (1877) e A Conversa e os Conversadores (1882) são páginas para folhear com deleite, em que cintila uma arte de viver com benefícios comprovados e se desmonta um quotidiano acinzentado pelas obrigações laborais. Essenciais para converter trabalhadores inveterados, fãs de horas extraordinárias e gurus dos lucros anuais em gente com alegria crónica, estes textos demonstram que o ócio e a conversa merecem figurar como felizes vícios, a cultivar, na vida do homem.

Edição: Antígona; 170 páginas, 10,80 €



Anarquistas e orgulhosos de o ser de Amedeo Bertolo



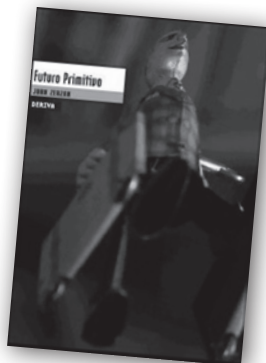
O livro é uma antologia de textos inéditos em português de Amedeo Bertolo, um dos mais importantes nomes do anarquismo italiano e europeu pós-Maio 68, falecido em 2016. Desde o rapto do vice-cônsul espanhol em Milão, em 1962, para chamar a atenção da opinião pública italiana para as sentenças de morte do ditador Franco, até à fundação, mais recentemente, da editora Elèuthera e do Centro de Estudos Libertários - Arquivo

Pinelli, passando pela luta contra o Estado italiano após o assassinato de Giuseppe Pinelli em 1969, pela co-invenção do famoso símbolo do A circular e pela criação da revista A e da editora Antistato, Bertolo foi protagonista de todo um conjunto de iniciativas militantes e editoriais que marcaram os últimos 50 anos.

Edição: Barricada de Livros; 215 páginas, 12 €

Futuro Primitivo de John Zerzan

As ideias de John Zerzan situam-se na crítica à tecnologia e à cultura simbólica como origem da degenerescência da Humanidade que a iniciou com o advento da agricultura e da domesticação de toda a vida humana e da natureza. Rejeita, portanto, a divisão social e sexual do trabalho e o patriarcado, assim como a separação entre a Natureza e a Cultura. Singular, na visão de Zerzan, é a síntese de várias correntes filosóficas que elabora na crítica à sociedade moderna e pós-moderna como suportes que fazem parte de um mundo que se encontra moribundo. As fontes teóricas do Primitivismo a que Zerzan dá voz vão desde Adorno, aos situacionistas, à antropologia, ao luddismo, à ecologia e ao feminismo, assim como às correntes igualitárias e anti-autoritárias americanas e europeias. O "Futuro Primitivo", para além de reflectir uma revisão teórica da Pré-História, ataca violentamente as ideias preconcebidas da antropologia oficial e dá-nos a possibilidade de encontrar uma tênue saída para a catástrofe iminente.



Edição: Deriva Editores; 64 páginas, 12,11 €

Da Direita à Esquerda de António Araújo

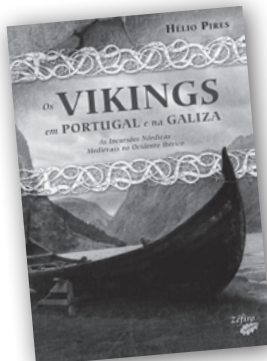
Começando por retratar a cultura de direita portuguesa dos anos 80 aos nossos dias, o autor debruça-se sobre os grandes pontos de clivagem que, pelo menos à superfície, continuam a dividir as culturas de esquerda e de direita em Portugal. Percorrendo diversas tendências contemporâneas como a proliferação do lifestyle e do trendy, a revisitação light do salazarismo, os livros de auto-ajuda e outras taras actuais, a sociedade portuguesa é apresentada como adversa a extremismos, realçando-se as muitas afinidades ocultas entre direita e esquerda — mais numerosas e profundas do que costumamos julgar.



Edição: Saída de Emergência; 384 páginas, 15,93 €

Os Vikings em Portugal e na Galiza de Hélio Pires

Escandinávia, França, Ilhas Britânicas, Gronelândia e América do Norte. São estes os locais que o grande público associa com frequência aos vikings e com razão, porque deles partiram ou neles protagonizaram episódios memoráveis entre os finais dos séculos VIII e XI. Contudo, é pouco divulgado que estiveram também no território que hoje é português e galego, não de forma esporádica, mas sistemática, e isto ao longo de aproximadamente duzentos anos. Para além disso, na primeira metade do século XII, a presença de nórdicos na costa ibérica persistiu, já não como piratas pagãos, mas como cruzados.



Esta obra pretende dar a conhecer uma parte da nossa História que se encontra intimamente ligada à da Escandinávia e da Europa ocidental. Quem eram os vikings? De onde vinham, que crenças tinham, quais as suas motivações, até onde chegaram e o que fizeram, não só no que é hoje Portugal e a Galiza, mas também noutros lugares, sendo enquadrados num contexto mais amplo?

Edição: Zéfiro; 256 páginas, 17,91 €

O Meu Diário de Campanha de Fernando De Castro

Um testemunho inédito sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial. "A caminho do centenário do fim da I Guerra Mundial, a memória do passado tem de se manter viva para conferir um sentido ainda mais evidente ao nosso futuro comum - um futuro que só concebo como visando estreitar ainda mais os laços que unem todos os povos europeus." Prefácio de Jorge Sampaio.

Edição de uma excelente memória de guerra, com muitos pormenores interessantes, de um combatente português no teatro de operações francês em 1917, durante o conflito que hoje conhecemos como Primeira Guerra Mundial.

Edição: Objectiva; 268 páginas, 13,41 €

O Meu Irmão Che de Juan Martín Guevara

A biografia íntima de um dos líderes revolucionários mais marcantes de sempre.

Cinquenta anos depois, o seu irmão mais novo, Juan Martín, decidiu partilhar as suas recordações e revelar quem era Che na intimidade.

Fala-nos de Ernesto, aquele irmão mais velho e protector, cúmplice nos segredos e aventuras infantis.

Das suas viagens, os estudos, os primeiros amores. Do aventureiro idealista, intelectual comprometido e do guerrilheiro em que se transformou.

"Esperei quarenta e sete anos para visitar o lugar onde o meu irmão, Ernesto Guevara, foi assassinado. Toda a gente sabe que ele foi covardemente fuzilado a 9 de Outubro de 1967, na pobre sala de aula da escola primária de La Higuera, uma pequena aldeia perdida no Sul da Bolívia."

Edição: Objectiva; 280 páginas, 18,80 €



Hórus e o Quinto Império de Luís Belo Morais

Este trabalho trará de volta o conhecimento da verdadeira Trindade, que reinou na terra antes da era de leão e antes do tempo dos faraós, e que deu origem ao nascimento do grande Mediador Alado Hórus, que foi concebido pela virgem Ísis, enviado pelo Deus altíssimo através do grande falcão do Horizonte, o espírito Santo Rá, para batalhar contra Set, na luta entre o bem e o mal e, assim ser nomeado desde o princípio das eras o senhor dos exércitos dos céus e da terra. Na época em que estamos a viver também se pode observar os sinais do tempo de Hórus, na ruína dos sistemas económicos de alguns países e na ascensão de outros, nas transformações cataclísmicas que se estão a dar na face da terra e também nas transformações do pensamento humano. Essas coisas podem parecer ruins a princípio, mas o que ocorre sobre a terra nesses períodos é para que tudo se renove. São os sinais dos tempos que anunciam a vinda do grande monarca universal, o começo do quinto império e da quinta raça prevista por muitos profetas.

Edição: Chiado Books; 352 páginas, 16,00 €



Nados Líquidos de Zygmunt Bauman e Thomas Leoncini

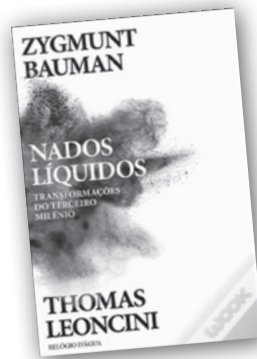
Este livro contém as páginas em que Zygmunt Bauman estava a trabalhar quando faleceu.

Em diálogo com Thomas Leoncini, o autor de Amor Líquido dirige-se pela primeira vez à geração surgida nos anos 80, ou seja, aos que já nasceram numa

sociedade líquida em permanente mudança.

Bauman, um dos maiores sociólogos e filósofos da contemporaneidade, aborda neste pequeno livro questões como a transformação do corpo, as tatuagens, a cirurgia estética, os hipsters, fenómenos de agressividade como o bullying e as transformações amorosas.

Edição: Relógio D'Água; 96 páginas, 13,50 €



Estatuto Editorial

A Libertária é uma revista não periódica que se rege pelas ideias inerentes ao livre pensamento, à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias;

A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão;

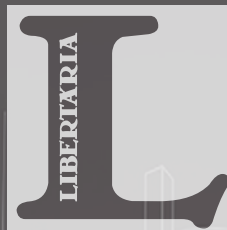
A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível e da perspectiva libertária e do pragmatismo político as várias correntes do pensamento socialista democrático e do centro-esquerda, numa tónica reformista;

A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de três paradigmas distintos:

- o *libertaire* europeu (vulgarmente apodado de "anarquista");
- o *libertarian* norte-americano (que inclui na sua síntese social o pensamento liberal clássico) e
- a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze o bem-estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu;

A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.



Director

Flávio Gonçalves

Propriedade

Edições IAECA

ISSN: 2183-5284

Depósito Legal: 449706/18

Grafismo e Paginação

Jorge Matias

Tradutores

Manuel Fernandes

Flávio Gonçalves

Jorge Matias

Mariana Nave

Contacto

libertariapt@gmail.com

Facebook e Twitter

@libertariapt

Impressão

Uzama Digital e KDP

Distribuição Internacional

Amazon.com Inc.

Página

www.libertaria.pt

Publicação Não Periódica

Isento de registo na E.R.C. ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9/6, artigo 12º, nº 1-a

Neste Número

Brian Doherty

Carlos Moreira

Christian Krell

Colectivo Metamorfilia

Cristina Alves

David Autor

Fábio Morgado

Filipe Barroso

Iraci da Costa

João Ferreira Dias

João Vasco Almeida

José Ventura

John Simkin

John Zerzan

Jorge Martin

Henning Meyer

Paul Heideman

Rui Martins

Rodrigo Lima

Sönke Hollenberg.

Parcerias

Global Research

Jacobin Magazine

Pravda.ru

Red Pepper Magazine

Reason

Social Europe

Spartacus Educational

Z Magazine



ISSN: 2183-5284

A Libertária é uma revista não periódica que se rege pelas ideias inerentes ao livre pensamento, à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias;

A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão;

A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível e da perspectiva libertária e do pragmatismo político as várias correntes do pensamento socialista democrático e do centro-esquerda, numa tônica reformista;

A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de três paradigmas distintos:

- o *libertaire* europeu (vulgarmente apodado de “anarquista”);
- o *libertarian* norte-americano (que inclui na sua síntese social o pensamento liberal clássico) e
- a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze o bem-estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu;

A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.



**Libertar o pensamento
e deixá-lo correr
sempre que houver
tempo para pensar.**

Jorge Matias, Dezembro 2018

ISSN: 2183-5284



9781547024162